

Cenário

#08



Reitoria

Revista CENÁRIO

Associada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília

www.unb.br

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão Moura

Centro de Excelência em Turismo

Diretor: Neio Lucio de Oliveira Campos

Programa de Pós-Graduação

Coordenador: Luiz Carlos Spiller Pena

REVISTA CENÁRIO

Editora Responsável: Marutschka Martini Moesch

Assessoria: Tatielle Pereira Cavalcante Matos

Administração do site: Tatielle Pereira Cavalcante Matos

Projeto gráfico, capa e diagramação: Tatielle Pereira Cavalcante Matos.

Periodicidade: semestral

Divulgação eletrônica

Endereço para correspondência do Cet /UnB

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, Bloco E - Av. L3 Norte, Asa Norte - Brasília-DF, CEP: 70.904-970

Telefones:

55(61) 3107 6000, 3107 6001, 3107 6002

Fax: 3107-5972

Cenário – Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília,

v. 5, n. 8 (2017). – Brasília

Semestral

1. Turismo. Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo.

Fotografias de Tatielle Pereira Cavalcante Matos

Conselho Editorial

Prof. Dr. Agnaldo Cesar Fratucci, Universidade Federal Fluminense-Niterói, Brasil
Prof. Dra. Silvana Souza, Universidade federal do Paraná-Curitiba, Brasil
Prof. Dr. Vander Valduga-Universidade Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Francisco dos Anjos-UNIVALI-Balneário Camboriú, Brasil
Prof. Dr. Wilker Nóbrega, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Prof. Dr. Silvio Figueiredo-Universidade Federal do Pará-Belém, Brasil
Prof. Dra. Miriam Rejowski, UAM-São Paulo, Brasil
Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale, UCS/Caxias do Sul, Brasil
Prof. Dra. Suzana Gastal-UCS, Caxias do Sul, Brasil
Prof. Dr. João Paulo Faria de Tasso, UnB, Brasília, Brasil

Comitê Científico da Revista

Prof. Dr. Agnaldo Cesar Fratucci, Universidade Federal Fluminense-Niterói, Brasil
Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguese, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. André de Almeida Cunha, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Antonio Carlos Sarti, Universidade de São Paulo - USP, Brasil
Prof. Dr. Carles Carreras, Universitat de Barcelona, Espanha
Prof. Dr. Eduardo Abdo Yázig, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa, Universidade de Brasília. Departamento de Geografia. Centro de Excelência em Turismo, Brasil
Prof. Dr. Francisco dos Anjos-UNIVALI-Balneário Camboriú, Brasil
Prof. Dr. Harold Goodwin, Manchester Metropolitan University, Reino Unido
Prof. Dr. João Paulo Faria de Tasso, UnB, Brasília, Brasil
Prof. Dr. Júlio César Suzuki, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Leandro Benediti Brusadin, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Mario Carlos Beni, Universidade de São Paulo e Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Neio Campos, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dr. Nuno Alexandre Abranja, Instituto Superior de Ciências Educativas Ramada, Portugal
Prof. Dr. Rodrigo Meira Martoni, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof. Dr. Silvio Figueiredo-Universidade Federal do Pará-Belém, Brasil
Prof. Dr. Vander Valduga-Universidade Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Wilker Nóbrega, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Prof. Dra. María Dolores Sánchez Fernández, Universidade da Coruña, Espanha
Prof. Dra. Vera Lucia Boguea Borges, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil
Prof. Dra. Ada de Freitas Maneti Denker, Universidade Anhembi Morumbi, Brasil
Prof. Dra. Alissandra Nazareth de Carvalho, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Brasil
Prof. Dra. Antonia Marisa Canton, Universidade de São Paulo, USP, Brasil
Prof. Dra. Bernadete Caprioglio Castro, Universidade Estadual Paulista, UNESP
Prof. Dra. Donária Coelho Duarte, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Eloísa Pereira Barroso, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Helena Araújo Costa, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Iara Lúcia Gomes Brasileiro, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Karina e Silva Dias, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Maria do Carmo Pires, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof. Dra. Maria Elenita Menezes Nascimento, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Maria Geralda Almeida, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares, Universidade Federal do Pará, Brasil
Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale, UCS/Caxias do Sul, Brasil
Prof. Dra. Marutschka Martini Moesch, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Miriam Rejowski, UAM-São Paulo, Brasil
Prof. Dra. Neuza Farias Araujo, Universidade de Brasília, Brasil
Prof. Dra. Regina Schluter, Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, Argentina
Prof. Dra. Silvana Souza, Universidade federal do Paraná-Curitiba, Brasil
Prof. Dra. Simone Scifoni, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Dra. Solange T. de Lima Guimarães, UNESP - Rio Claro, Brasil
Prof. Dra. Suzana Gastal-UCS, Caxias do Sul, Brasil

SUMÁRIO



EDITORIAL, 8

Marutschka Martini Moesch

ARTIGOS

- **O Território como lugar de hospitalidade, 11**

The territory as a hospitality place

Manoela Carrillo Valduga

- **Análise sobre o planejamento turístico na Bahia e seus reflexos na Ilha de Itaparica (BA), 33**

Analysis of the tourist planning in Bahia and its reflexes in Itaparica Island (BA)

Chelly Costa Souza e Regina Celeste de Almeida Souza

- **O caminho das missões como produto turístico de integração regional, 49**

The way of missions as a tourist product of regional integration

Luciana Scherer, Carlos Augusto Alves, Louise de Lira Roedel Botelho e Ronnie Schroeder

- **Turismo e cinema na Capital Nacional do Espumante – Garibaldi, 67**

Tourism and cinema in Capital Nacional do Espumante- Garibaldi

Vanilson Pereira Silveira e Maria Luiza Cardinale Baptista

- **Limites e possibilidades da inclusão social pela Política Nacional de Turismo: O caso do Programa de Regionalização do Turismo, 83**

Limits and possibilities of social inclusion by Policy National Tourism: The case of the Regionalization Program of Tourism

Mariana Tomazin e Mario Carlos Beni

- **Circuito Quilombola (Eldorado-SP): possibilidades para o turismo cultural, 98**

Circuit Quilombo (Eldorado-SP): possibilities for cultural tourism

Circuito Quilombo (Eldorado-SP): possibilidades para el turismo cultural

Hetienne Juliani Pontes de Aguiar e Silvana do Rocio Souza

- **A identidade percebida na intersecção entre Turismo e Migração na perspectiva da análise da metamorfose “turista-migrante”, 113**

The identity perceived at the intersection between Tourism and Migration through the perspective of an analysis of “tourist-migrant” metamorphosis

Eloisa Pereira Barroso e Tatiana Tannús Grama

• **Os usos múltiplos das águas do lago reservatório de Furnas, Minas Gerais: turismo, geração de energia elétrica e conflitos, 128**

The multiple uses of the waters of the reservoir lake of Furnas, Minas Gerais: tourism, electric power generation and conflicts.

Marcos Jorge Godoy e Fernando Luiz Araújo Sobrinho

• **O estudo da relação Turismo, Eventos e Acolhimento para transformação da práxis numa prática refletida,149**

The study of the relation Tourism, Events and Reception for the transformation of praxis into a reflected practice.

Luciana Resende Borges e Biagio Mauricio Avena

EDITORIAL



O Programa de Pós-Graduação em Turismo, do Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília, tem a satisfação de tornar publica mais uma edição da Revista Cenário, seu Volume 5/ Número 8. Periódico que tem o compromisso de tratar o campo do Turismo, Hospitalidade, Gastronomia e Lazer como objetos de pesquisa interdisciplinar. O conhecimento interdisciplinar manifesta ainda um estado de carência como método de pesquisa, o que nos incentiva a defender espaços de sua disseminação, a fim de romper com os feudos disciplinares acadêmicos que pouco tem contribuído para um conhecimento emancipador. O conhecimento pertinente é aquele capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que estiver inscrita, contextualizando e englobando de forma crítica. Criar uma ciência do Turismo significa buscar dar conta da complexa multiplicidade do que é humanos no processo de fluxos- mobilidades- e fixos- nos encontros.

O estudo do Turismo requer um questionamento sistemático de tudo que envolve o fazer-saber turístico, e do que se quer fazer. O saber turístico é e será objeto de desconstrução permanente. O conhecimento não parte de observações, de dados, de informações, de percepções da realidade, dos fatos, dos fenômenos, mas dos problemas considerados científicos. Ao contextualizar e formular o problema como ponto de partida da pesquisa proposta é preciso considerar, primeiro, o conhecimento já produzido, e segundo, o conhecimento a ser produzido. Pois, o problema qualificado como toda pergunta nos habituou a viver tranquilamente entre problemas, a partir da ciência moderna, distraíndo-nos de uma situação quando esta se torna problemática, de fato, e quando não se pode estar nela, cumpre, então, recuperar a complexidade do problema.

O olhar interdisciplinar, que possibilita a troca e cooperação, possibilita a organicidade, estabelecendo pontos entre ciências e disciplinas não comunicantes que, pelo fenômeno turístico, são ultrapassadas e conservadas, pela transdisciplinaridade. A atitude (método) transdisciplinar aponta a permanente incompletude do processo de investigação teórico, desafio posto para os pesquisadores implicados numa concepção de sustentabilidade prática e emancipação teórica para o turismo como fenômeno humano.

Nesse volume 5 da Revista Cenário são disseminados 9 artigos, em sua maioria escritos por turismólogos, o que representa a maturidade possível deste caminho trilhado a quase 20 anos pelos programas de pós-graduação em Turismo e Hospitalidade em nosso país.

Muitos destes saberes são reflexões de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e pesquisas na área como os artigos sobre: "Circuito Quilombola (Eldorado-SP): possibilidades para o turismo cultural", da Dr^a Silvana do Rocio de Souza e Ms. Hetienne Juliani Pontes de Aguiar; "Turismo e cinema na capital nacional do espumante- Garibaldi," de autoria do mestrando Vanilson Pereira

Silveira e Dr^a Maria Luiza Cardinale Baptista; “Limites e possibilidades da inclusão social pela Política Nacional de Turismo: o caso do programa de Regionalização do Turismo”, do Dr. Mário Carlos Beni e da Ms. Mariana Tomazin; do Dr. Fernando Araújo Sobrinho e Ms. Marcos Jorge Godoy, “Os usos múltiplos das águas do lago reservatório de Furnas, Minas Gerais: turismo, geração de energia elétrica e conflitos”, do Dr. Biagio Avena e Ms. Luciana Resende Borges, “O estudo da relação Turismo, Eventos e Acolhimento para transformação da práxis numa prática refletida”, somado ao artigo da Dr^a Chelly Costa Souza e PhD Regina Celeste de Almeida Souza sobre “O planejamento turístico na Bahia e seus reflexos da Ilha de Itaparica (BA)”.

Os artigos de pesquisas que estão em andamento são da Mestranda Tatiana Tannús Grama e da Dr^a Eloisa Pereira Barroso, “A identidade percebida na inter-relação entre turismo e migração na perspectiva da análise da metamorfose “turista-migrante”; e da doutoranda Manoela Valduga, “O Território como lugar de hospitalidade”.

Valorizando as reflexões sobre as práticas a doutoranda Luciana Scherer, Ms.Carlos Augusto Alves, PhD Louise de Lira Roedel Botelho e Esp. Ronnie Schroder apresentam o artigo “O caminho das Missões como produto turístico de integração regional”.

A teorização das práticas turísticas e de hospitalidade propõe a competência sempre renovada, como se alimenta também da capacidade de colocar sob questionamento a própria prática, não como “objeto dado”, mas em desconstrução e reconstrução a luz das teorias críticas. A concepção deste volume 5 da Revista Cenário tem como eixo estruturante a ideia de trazer de volta as práticas para a teoria, aplicando-lhe um choque de crítica, buscando novas dimensões para um fazer turístico ético, inclusivo e emancipador.

Boa leitura,

Marutschka Moesch

Editora

ARTIGOS



O Território como lugar de hospitalidade

The territory as a hospitality place

Manoela Carrillo Valduga¹

¹Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007), graduação em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002) e mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (2007). Atualmente é doutoranda em Turismo na Universidade de Aveiro, em Portugal. É professora assistente da Universidade Federal Fluminense. manuelavalduga@hotmail.com

Resumo

O objetivo do presente artigo, de cunho qualitativo e exploratório, é argumentar acerca da relevância da presença da hospitalidade nos territórios turísticos e o papel que a identidade exerce nesse contexto. Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Ao intercalar os conceitos de território turístico, identidade e hospitalidade, é evidenciada a relação intrínseca existente entre eles e a relevância da presença da hospitalidade nos territórios turísticos para o bem-estar do próprio turismo e todos os agentes sociais que dele fazem parte.

Palavras-chave: Hospitalidade. Turismo. Território Turístico. Identidade.

Abstract

The aim of this article, qualitative and exploratory approach, is to argue about the relevance of the hospitality in tourist areas and the role that identity plays in this context. As methodological procedure, we used the literature review. Popping up the concepts of touristic territory, identity and hospitality, It's evidence the existing intrinsic relationship between them and the relevance of the presence of hospitality in tourist areas for the tourism own welfare and all social agents who are part of it is highlighted.

Keywords: Hospitality. Tourism. Touristic Territory. Identity.

1. INTRODUÇÃO

Ao conceito de hospitalidade são atribuídas diversas versões, sendo algumas complementares e outras divergentes. O termo pode ser empregado, sobretudo e simplificada, com dois sentidos diferentes. O primeiro deles refere-se a um fenômeno social de trocas simbólicas e o segundo é empregado como sinônimo de gestão hoteleira.

A polissemia presente no emprego do termo hospitalidade, por si só, já gera discussão pela aparente ambigüidade. No entanto, pode-se tomar como o grande desafio, no campo do turismo, desvelar as possibilidades de tornar o fenômeno social da hospitalidade presente nos territórios turísticos. O presente artigo versa sobre a importância da expressão da hospitalidade no território turístico para o bem estar da comunidade local e para a boa experiência dos turistas, levando em consideração a relevância da identidade na formação de ambos: do território e da hospitalidade.

No presente estudo, a hospitalidade será considerada um fenômeno social e qualidade presente nos territórios turísticos. A problemática que o motivou adveio da relação entre a avaliação da hospitalidade por parte dos turistas estrangeiros no Brasil. Em pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), a pedido do Ministério do Turismo, em 2012, a Hospitalidade foi apontada como o item mais bem avaliado do país. A mesma pesquisa foi realizada

junto à demanda turística internacional durante o Campeonato Mundial da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*), em 2014, e o resultado foi igual. Mesmo o estudo tendo o Brasil como ponto de partida, as reflexões que por ventura daqui surgirem podem ser conceitualmente universalizadas.

Assim, o presente estudo, de cunho exploratório, busca, a partir do uso da metodologia baseada em revisão de literatura sobre os conceitos de território turístico e hospitalidade, comprovar a relevância da presença da hospitalidade nos territórios turísticos para o bem-estar do próprio turismo e todos os agentes sociais que dele fazem parte.

Para a comprovação da relevância da presença da hospitalidade nos territórios turísticos, mais vale insistir na argumentação. Para a comprovação de objetos mensuráveis, basta contar, medir ou pesar as variáveis para resolver a questão proposta. “Estes diferendos nem se prolongam nem se agravam, a não ser quando nos faltam esses processos de medida (...)” (Platão, *Euthyfron*, 7 b-d *cited in* Moreau, 1963). Pode-se deduzir, desta passagem, que nos casos de subjetividade há discutibilidade e, então, lugar para a argumentação.

A seguir, o presente artigo apresentará os conceitos indicados, iniciando pela apresentação do conceito de de território turístico, de identidade e por fim, o de hospitalidade. Ao final do estudo, buscarse-á correlacionar os conceitos na argumentação à favor da hipótese inicial da relevância da presença da hospitalidade nos territórios turísticos, usando a identidade como elo entre ambos.

2. TERRITÓRIO TURÍSTICO

Para Humbelino (2014), na atualidade, o fato de a maioria das populações ocuparem territórios urbanos faz com que ocorra uma fuga dos mesmos, para a fruição do lazer, abrindo espaço para o turismo de natureza, turismo rural, etc... Entretanto, a primazia do tempo de trabalho na sociedade faz com que, majoritariamente, as atividades de lazer ocorram no espaço doméstico e suas proximidades ou espaços de reprodução do mesmo, ou ainda, espaços de consumo. Os dados da OMT (2014) também reiteram que, mesmo com a facilidade de transporte, os principais países emissores de turistas estrangeiros pelo globo continuam sendo os limítrofes.

No campo do turismo, como um dos possíveis exemplos entre tantos outros, pode-se dizer que a globalização afetou de forma direta a expansão do setor hoteleiro a partir das chamadas “cadeias” ou “redes” de Hotéis, que foi consolidada nos anos de 1970. Observou-se uma reprodução de

padrões de serviços e de operações dos países sedes das empresas, geralmente os considerados desenvolvidos, nos países considerados subdesenvolvidos. Se tal fato, por um lado, levou novas tecnologias a certos lugares que antes não as conheciam, por outro, levou à falência de muitos estabelecimentos hoteleiros locais que não tinham o aporte financeiro das grandes redes. Com o tempo, os próprios hotéis independentes restantes passaram a se organizar em redes informais para diminuir custos, principalmente em relação aos fornecedores. (Proserpio, 2007).

O destaque que deve ser dado às mudanças acima relatadas é em relação ao que não deu certo na tentativa de “padronização”. Os colaboradores locais não tinham formação social, familiar ou mesmo formal para absorver certos comportamentos no campo comercial (Lashey, 2004), e nem mesmo os turistas queriam ser atendidos com padrões anglo-saxões em países tropicais. Os restaurantes estilo “*buffet* internacional” que foram instalados nos hotéis entre os anos 1970 e 1990 foram substituídos nos anos 2000 por estabelecimentos com ementas que continham pratos e ingredientes locais. (Campos, 2005).

A ampliação da locomoção dos sujeitos trás a tona também a questão da hospitalidade, não apenas em relação aos turistas, mas a todos os considerados estrangeiros, e mesmo a questão da identidade, aqui, sobretudo, no sentido de universalizar ou relativizar os valores da acolhida. (Bakes, 2009).

Em alguns casos, como o turismo de aventura e suas trilhas, o território é determinante para o seu desenvolvimento, em outros, pode ser oportuno, como o golfismo ou turismo cultural, este último tendendo à questão imaterial da formação do território.

Como interligação entre turismo (lazer) e território, há ainda o próprio deslocamento, que pode ser facilitado ou dificultado pelo território, tanto em relação à distância quanto em relação ao tempo para percorrê-la. Por fim, mas não menos importante, há questões territoriais de infraestrutura que demandam certa multifuncionalidade dos territórios (Humbelino, 2014) na medida em que devem acolher os fluxos turísticos e também servirem aos que ali vivem e trabalham.

No fenômeno turístico, podem-se identificar os fluxos do território como os próprios turistas, e os fixos como os componentes da oferta turística. O lugar turístico é considerado onde se dá a materialização da prática turística, onde os fixos e os fluxos coexistem. (Fratucci, 2000). As formas fixas da oferta turística são os atrativos naturais e culturais, os equipamentos e serviços, como meios de hospedagem, agência de viagens, entretenimento, a infraestrutura de apoio, como os transportes, saúde, segurança, entre outros.

Knafou (1996, cited in Fratucci, 2000), sugere a possibilidade de três tipos de relações entre turismo e território, quais sejam: i. A existência de território sem turismo, ii. A existência de um turismo sem território e, por fim, iii. A existência dos chamados territórios turísticos, determinados pelos turistas, que os inventam ou os produzem, com intervenção em maior ou menor grau dos operadores e planejadores turísticos. Fratucci (2000, p.132) conclui que “desse modo, o lugar turístico passa a existir enquanto um espaço relacional turista-habitante, sendo efêmero para o primeiro e permanente para o segundo.”.

Ao valer-se do território e do patrimônio, causando alterações intensas em ambos, deve-se realçar a atenção ao fenômeno turístico que, muitas vezes, é concebido pelos governos e empresários como um eficiente meio para aceder ao desenvolvimento econômico e social e melhorar as condições de vida da população local. (Bravo 2014). Na região de Castilha e León, na Espanha, fronteira com Portugal, Mínguez (2015) relata que as características geográficas (de fronteira, a distância do centro político e geomorfológico) imputaram ao local a condição de periférico, “atrasado” ou subdesenvolvido. Entretanto, o patrimônio cultral e a própria paisagem do território foram aproveitados pelo turismo, auxiliando na preservação de certos costumes locais, bem como de alguns dialetos.

A região conta com *Siega Verde* considerada patrimônio cultural de grande valor pré-histórico reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO, em primeiro de agosto de 2010. De acordo com Mínguez (2015), o patrimônio territorial tem orientado a ação dos setores público e privado para o ecoturismo em reservas naturais, turismo cultural e turismo ativo, utilizando recursos até então esquecidos e desvalorizados, o que o autor considera a criação de uma oferta inovadora. Para além das tradicionais trilhas em áreas naturais e educação ambiental, o surgimento da infraestrutura e de negócios que o fluxo turístico ocasionou retroagiu promovendo o turismo geológico, turismo de saúde e spas, turismo ornitológico, de observação de animais selvagens e turismo fluvial. Por fim, o autor aponta que uma região considerada com “desvantagem geográfica”, conhecida como *raya*, aproveitou as características territoriais para se transformar em um promissor destino turístico de fronteiras.

No caso do México, Bravo (2014) destaca a importância da estreita relação entre o turismo, o território e o patrimônio cultural, este último entendido como uma construção histórica e social que envolve a apropriação coletiva de um conjunto de ruínas e de produtos do passado - ou uma valorização seletiva destes – criando um sentido de pertencimento e uma identidade ligada a este patrimônio, ou seja, gera uma herança cultural fortemente territorializada. Tais afirmações podem

ser verificadas na representação dessa identidade, na medida em que é bem compartilhada no seio de uma sociedade em particular e também em como a expressão de uma determinada comunidade conduz à naturalização da cultura, resultado de uma escolha de um dado território como terra natal ou território nativo.

Ao estudar a formação da sociedade turística na região conhecida como Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, Valduga (2007) observou que moradores oriundos de outros estados do país absorviam rapidamente a identidade local, mesmo de cunho étnico, em consequência da valorização turística da mesma. Ou seja, a valorização da etnicidade aplicada na atração de turistas acaba por influenciar a absorção da mesma pela população migrante no local.

Direcionando o olhar para o lado ocidental do mundo, pela própria história de dominação ora ocidental, ora oriental, Hong Kong torna-se um campo fértil para a reflexão da identidade territorial. Para os autores Zhang, Decosta e McKercher (2015), Hong Kong explora seu passado colonial para criar uma identidade que realça os “chineses locais” com um sabor ocidental e posiciona o território para assumir uma identidade cada vez mais híbrida evitando ser apenas mais uma cidade chinesa. Para chegar a tal conclusão, os autores analisaram o material promocional turístico da cidade, tanto impressos como de websites, e realizaram entrevistas com gestores da área do turismo. O material reflete o patrimônio cultural material e imaterial de Hong Kong, incluindo setenta atrativos e atividades turísticas, incluindo produtos tradicionais, o patrimônio urbano (edificações), museus, templos, festivais, passeios e outras atividades. O estudo demonstrou que a situação geo-política e histórica única de Hong Kong levaram à criação de quatro tipos de mitos nacionais promovido pelo Convention & Visitors Bureau local, relacionados à criação da identidade singular do local, que são i. O mito “China Arcaica”, “Honk Kong Movimentada”, “Mais China” e “República Popular da China Contemporânea”. Em conjunto, estes mitos permitem que as autoridades de turismo usem a singularidade de Hong Kong como um poderoso criador do híbrido “social conhecimento” ou “verdades”, para reforçar o apelo turístico da cidade.

Em outro estudo realizado no México, na cidade de Izamal, estado de Yucatan, Alvarado-Sizzo (2015) apresenta em seus estudos a metodologia chamada estrutura territorial do turismo (TST, da sigla em inglês de *territorial structure of tourism*). Tal metodologia considera o já exposto sobre o conceito de território no que concerne a considerar a configuração integrada do território por nós, interligados por canais – ou as linhas (Raffestin 1993) - que permitem a circulação dos fluxos. Há também a metodologia chamada Processos Territoriais (TP, da sigla em inglês *Territorial Processes*), que foca na

análise da evolução histórica dos espaços turísticos. Para a autora, na primeira abordagem há destaque para a dimensão material espacial enquanto a segunda analisa o componente imaterial.

Tanto a TST quanto a TP integram a proposta de análise denominada organização territorial do turismo (TTO, da sigla em inglês *Tourism Territorial Organization*), que objetiva revelar as ligações entre o turismo e o território dentro de uma perspectiva do local para o global (ou de dentro para fora). Além disso, a abordagem pode ser aplicada em diferentes escalas que vão desde pequenos locais, regiões ou mesmo países inteiros.

Frente o até aqui exposto, é notável a inter-relação entre o território, o turismo e a identidade, sendo esta última o tema do próximo tópico.

3. IDENTIDADE

Para Canclini (1997: pg. 139), identidade é uma construção imaginada. “A identidade é uma construção que se narra”. É poliglota, multi-étnica, migrante, mescla elementos de diferentes culturas, é teatro, é política, é representação e ação. Para Featherstone (1997), o mundo pós-moderno comporta múltiplas identidades (de gênero, de etnia, de gastronomia). Castells (1999) define identidade como fonte de significado e experiência de um povo. Uma diferenciação construída entre “nós” e os “outros” baseada em atributos culturais. Para Hall (2005), na pós-modernidade, ela é definida historicamente, mutante, cambiante, múltipla, temporária.

Para Castells (1999: p.22), “identidade é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significados”.

Para o autor, os papéis sociais são normas estruturadas pelas instituições e organizações sociais. Correspondem a “função” dos indivíduos dentro da sociedade, instituída pelas organizações sociais, sejam governamentais ou civis, como por exemplo, o estado, a igreja ou a família, o que é diferente da identidade, que tem como prerrogativa do sentimento de pertencimento a um significante a interiorização individual deste significante. Ao mesmo tempo em que a identidade é resultante de um processo de individuação, é processo de resistência comunal, porque é construída a partir dos símbolos comuns à sociedade, mas não impostos pelas instituições.

Ainda para Castells (1999), do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. O que conforma a construção de identidade é a história, a geografia, a biologia, as instituições produtivas e reprodutivas, a memória coletiva, as fantasias pessoais e os aparatos de poder. O autor

coloca três formas e origens de construção de identidades, quais sejam a legitimadora, a de resistência e a de projeto.

Segundo Hall (2005), as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado, dando início a assim chamada “crise de identidade”. Para o autor, “as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentas”. (HALL, 2005:8)

Aponta que as diferentes mudanças de ordem estrutural transformaram as sociedades modernas no final do século XX e estão fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, forneciam sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando as identidades pessoais, abalando a idéia individual de sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo. (HALL, 2005:9)

Hall (2005) apresenta três concepções de identidade, a partir da concepção do sujeito do iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo está baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de razão, de consciência e de ação. É uma concepção “individualista” do sujeito e de sua identidade, que também é masculina. A concepção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos -a cultura- dos mundos que ele/ela habitava. É uma concepção “interativa” da identidade entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda é o “eu real”, mas é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. Nessa concepção, a identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo pessoal e o mundo público. A identidade costura o sujeito à estrutura. A mudança apresentada nesta concepção é de que o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado. Não é mais composto de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume

identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ocorre um confronto entre o sujeito e uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, cada uma das quais passíveis de serem absorvidas pelos sujeitos, ao menos temporariamente.

As abordagens acerca da construção de identidades na pós-modernidade apontam para uma resistência das culturas locais, uma manutenção das tradições, em um contraponto à transposição dos tempos e espaços permitida a partir da tecnologia iniciada na modernidade e disparada na pós-modernidade, que trouxe como consequências o acesso irrestrito a diferentes culturas e modos de vida. No entanto, este contraponto não é de oposição binária, mas sim sustentado por uma relação diacrônica, onde as velhas tradições são retomadas sob as novas possibilidades culturais globais.

4. HOSPITALIDADE

Retomando a questão apresentada na introdução deste estudo, onde se pressupõe que toda prática turística requer deslocamento, e que a chegada dos sujeitos em territórios que não os seus (de morada ou de frequência) requer práticas de hospitalidade (ou hostilidade, em muitos casos), tem-se a hospitalidade como um complexo campo de estudo em debate na arena acadêmica turística.

Entretanto, sem contrariar a reflexão anterior, há de se ressaltar que o entedimento da hospitalidade transcende o território, ou mesmo o sujeito em deslocamento, que está fora de seu habitat comum. “Entramos, aqui, na relação a uma dimensão pesada, na definição do mesmo e do outro: a dimensão do lugar, como território ou como cultura – mesmo como linguagem”. (Duque, 2014, p 151). A citação leva à reflexão de que há mais sobre o sujeito que chega (à cidade, a casa, ao encontro fortuito) do que aquilo que o identifica, no sentido da mesmidade da identidade, do lugar de onde ele é ou veio ou de sua condição de cidadão.

Camargo (2004, p. 09) pode ser considerado o autor brasileiro que inaugura a discussão acadêmica da hospitalidade no país. O autor relata sentir “pela primeira vez o apelo do termo”, no ano de 1997. Para o autor, a globalização foi o fator que levou à tona a discussão sobre a hospitalidade. Para Dikeç, Clark e Barnett (2009), o tema da hospitalidade reacende na área das ciências humanas e sociais na medida em que compartilham a preocupação com as questões de comunidade, de identidade e de pertencimento que tomam relevo no estilo de vida globalizado.

Tal estado de vida pode ser desfrutado por alguns sujeitos, na medida em que “experimentam os benefícios da alta conectividade e fácil mobilidade, enquanto outros permanecem presos ou coagidos (ou ambos) em políticas econômicas desastrosas e pressões políticas” (Dikeç, Clark e Barnett, 2009, p.02).

Camargo (2004) define hospitalidade de acordo com a corrente francesa de estudos como uma dádiva, que faz parte de um processo que compreende três momentos: dar, receber e retribuir, sem considerar a hospitalidade comercial. Reproduzindo estudos de Mauss em “Ensaio sobre a dádiva e o dom”, o autor caracteriza a hospitalidade como o ritual básico do vínculo humano, uma virtude, que, segundo o autor, está se perdendo no contexto comercial, e as verdadeiras virtudes da hospitalidade devem ser resgatadas.

Com uma visão crítica, Dikeç, Clark e Barnett (2009, p. 02) surpreendem-se com a forma como os estudos da hospitalidade estão lidando com ela: “uma temática antiga e um pouco mofada de cunho teológico e filosófico que chega a nós tingida de piedade e associações a outro mundo”, focando no debate sobre a imigração, o multiculturalismo e a cidadania pós-nacional.

Lashley (2004) utiliza as categorias privado, social e comercial para tratar dos domínios da hospitalidade, conceitos similares aos da abordagem que Camargo (2004), que os estuda, propõe. A hospitalidade privada não pode ser confundida com a doméstica, pois não se restringe ao lar, embora o abarque. Diz respeito à condição de hóspede e anfitrião, em muitos casos situando os sujeitos sobre como devem atuar na sociedade quanto às práticas de hospitalidade. A preocupação com os estudos da hospitalidade social está em desvelar como as relações de acolhida, traduzidas em dever, moral, valor social ou forma privada de comportamento se dão historicamente nas diferentes sociedades. O autor considera os ambientes comerciais como espaços que reproduzem os valores sociais da hospitalidade.

Mesmo em domínios comerciais, existirão espaços onde as práticas de hospitalidade serão privadas (a unidade habitacional), ou sociais (o bar, o restaurante, o *lobby*).

Cabe ressaltar que o campo de estudos da hospitalidade comercial apresentado por Camargo (2004) não se refere à corrente americana de estudos da hospitalidade. O autor busca inserir o interesse pelo estudo das práticas de hospitalidade em ambientes comerciais, o que difere de sinonimizar hospitalidade à hotelaria.

Revisitando sua tese sobre a hospitalidade, Camargo (2015) apresenta as categorias de relação humana, virtude, ritual e troca para analisar a hospitalidade, entretanto, na explicação de cada uma

das novas categorias apresentadas, encontram-se as referências anteriormente propostas de “ver” a hospitalidade nos campos doméstico, público, comercial e virtual.

Beni (2006, p. 208) resolve a relação entre os diferentes campos de estudos da hospitalidade aceitando eu emprego em diferentes contextos: “Desde a hospitalidade familiar, a da esfera do Estado (legislação sobre estrangeiros), passando pela hospitalidade “comercial”, que escapa à regra da gratuidade e da reciprocidade, até um novo lugar urbano ou rural de hospitalidade”.

Já para Baptista (2002), as trocas humanas que forem caracterizadas por alguma mediação financeira não podem ser consideradas processos de hospitalidade. A autora, que tem em Emmanuel Lévinas e Jacques Derrida a base de seu pensamento, considera a hospitalidade uma competência prática capaz de promover a aproximação humana, em diferentes contextos onde ocorra sociabilidade, sejam eles públicos ou privados.

A hospitalidade é considerada, por Boff (2005), como uma das virtudes necessárias para a construção de outro mundo possível, a partir do resgate do respeito, da tolerância, da convivência, da comensalidade e da própria hospitalidade.

O autor não expõe preocupação em estabelecer domínios da hospitalidade, tal como Camargo (2004), Beni (2006) ou Lashley (2004). O turismo também não é seu objeto de estudos. Acredita-se que o autor emprega o sentido da hospitalidade a ser apropriado pelo turismo, promovendo a comunhão entre os sujeitos e entre os sujeitos e o espaço onde vivem.

Para o autor, à luz de Derridá, o resgate do outro é a base para a hospitalidade. A ética mínima pressupõe a acolhida do outro como outro, o respeito por sua singularidade. Pressupõe disposição para uma aliança duradoura com fundamentos no que seja correto e constante, permanecendo sólida e inquebrável, superando toda adversidade.

Para Boff, “ela [a hospitalidade] é um dever que todos devem praticar e é um direito que todos devem gozar” (2005, p. 110). Para tanto, deve haver a boa vontade incondicional, entendida como o único bem que é somente bom e a o qual não cabe nenhuma restrição. Deve-se acolher generosamente, é preciso escutar atentamente, pois o ato de ouvir exige uma transferência de posição em relação ao próximo. Urge o diálogo franco, entrar em reciprocidade e intercambiar, conceber a Terra como um mosaico. Os sujeitos precisam aprender a negociar honestamente, assumindo compromissos que visem o bem comum. Devem renunciar desinteressadamente, tendo a capacidade de priorizar o que é realmente importante para todos. É necessário responsabilizar-se conscientemente. Abandonar antigos obstáculos pessoais em benefício do bem comum. Relativizar

corajosamente significa entender os valores do outro, sem ter os próprios como únicos e absolutos. Por fim, o autor orienta a transfigurar inteligentemente, pois considera o *homo demens*, portador de dimensões de agressividade, porém com a capacidade de transfigurá-las.

Em uma tentativa de sintetizar o entendimento de Boff (2005) da hospitalidade, pode-se afirmar que sua idéia principia com uma analogia à natureza. O autor afirma que os homens deveriam se espelhar na forma como a natureza surge, desenvolve-se e sobrevive que é a partir das trocas entre os diferentes, a partir da diversidade.

Entende-se ainda a hospitalidade como “uma das leis superiores da humanidade e uma lei universal. Acolher é permitir, sob certas condições, a inclusão do outro no próprio espaço”. (Grinover, 2007, p.32). Não ocorre sozinha ou apenas por uma parte. É um processo de troca, que depende de ambos os lados: daquele que recebe e daquele que é recebido. (Gotman, A. 2011).

Pressupõe-se a intenção do turista em usufruir proveitosamente o espaço e as relações sociais que nele ocorrem (Crouch, 2004; Urry 2002), bem como a preocupação dos gestores com a promoção da hospitalidade nos espaços turísticos (Morrison, 2012).

Grinover (2007, p. 2) aplica a noção de hospitalidade à relação estabelecida entre o espaço físico das cidades e seus habitantes entendendo que: “A hospitalidade pelo dom do conhecimento é um modo de garantir o princípio da heterogeneidade da cidade, e, sobretudo a riqueza de sua diversidade social”. A acessibilidade pode ser percebida por dois aspectos, sendo o primeiro deles referente aos aspectos físicos da acessibilidade e o segundo referente aos aspectos socioeconômicos. Os aspectos físicos englobam a malha viária, a oferta de transporte, etc. Os aspectos socioeconômicos aludem ao acesso aos diversos serviços públicos de direito dos cidadãos, como a saúde, a educação, a informação, a segurança, o saneamento básico, os espaços de habitação, o lazer, entre outros.

A legibilidade diz respeito à qualidade visual de uma cidade. Em referência à semiótica, é a forma de perceber, ler e interpretar um lugar. A forma como o local é interpretado facilita a orientação do sujeito no espaço. Seria a qualidade de um local em ser transposto a um mapa mental e facilmente compreendido. A noção de legibilidade de Grinover (2007) pode ser complementada pelo entendimento do ambiente comportamental como uma simplificação que o turista faz do espaço que lhe é estranho para que possa melhor compreendê-lo (Walmsley, 2004).

A identidade das cidades é construída a partir das matérias-primas, processadas pelos indivíduos, por grupos sociais e sociedades que reorganizam seus significados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e de espaço. As matérias primas são formadas pela história, geografia, regimes

políticos, eventos, entre outros. As identidades nacionais, ou mesmo regionais, representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias e pertencimento. (Grinover, 2007).

É fato que há diferentes olhares lançados à hospitalidade na contemporaneidade. Santos (2014, p. 13-14) corrobora tal assertiva ao explicar que “(...) tem-se a hospitalidade constituindo-se em objeto de estudo sob múltiplas lentes analíticas, as quais, no entanto, longe de serem excludentes, apenas traduzem o intrincado de duas múltiplas dimensões e a riqueza interpretativa a que ela conduz”.

Apesar das múltiplas abordagens da hospitalidade, ao longo da história da humanidade, pode-se observar a prática de acolher o outro. Ou seja, pode não haver acordo ou consenso epistemológico sobre o tema, mas não se pode negar a sua existência. Já Dikeç, Clark e Barnett (2009) observam que os estudos da hospitalidade tendem para um esforço da filosofia continental em realizar pesquisa empírica nas ciências humanas e sociais, prática oportunizada frente à concretude da relevância do discurso do Outro na contemporaneidade.

Para Backer (2009), o estudo da hospitalidade está ligado a uma tradição cosmopolita e seu pensamento sobre o estranho (ou estrangeiro), limitado ao campo doméstico onde o hóspede é soberano.

A acolhida ao Outro pode ser entendida, primeiramente, como a construção de uma “experiência de descentração”. Para Gonçalves e Souza (2014, p. 163-164) “A hospitalidade exige ser configurada como uma experiência relacional de doação de contornos éticos e aberta à novidade, ao imprevisto, ao “mistério” do Outro e a desmesura que excede o encontro com esse Outro”. Acolher ao estrangeiro é questão proeminente nos estudos da hospitalidade, tanto de forma literal como simbólica. Boff (2005) lembra a falta de hospitalidade oriunda das práticas da sociedade industrial de massa, pluralista e de grande mobilidade, mas que exclui os outros que não são considerados úteis ou produtivos. O estrangeiro é o outro estranho:

A estranheza pode advir pelo comportamento diferente da pessoa, por pertencer a uma etnia ausente naquela sociedade, por falar uma língua estranha, por apresentar ideias ou visões de mundo incomum para aquele grupo cultural (Boff, 2005, p. 124).

Como representante de outra cultura, o estrangeiro prescinde de abertura para ser acolhido. Quem o acolhe deve ter coragem de superar e enfrentar o desconhecido, que lhe causa desconfiança, medo e até mesmo repulsa. Baptista (2005) advoga que a abertura, a recepção e o acolhimento ao estrangeiro requerem exposição e risco e acarreta em fecundidade. O estrangeiro, para a autora, é o sujeito fora do eu, o outro, e dessa relação entre o eu e o outro surgem às construções identitárias.

O extraordinário desse acontecimento humano que é a relação interpessoal reside no fato de o lugar de interrupção constituir, simultaneamente, o núcleo de vinculação ao outro ser; ou seja, o ponto de ruptura funciona, ao mesmo tempo, como ponto de ligação, como espaço privilegiado para a emergência dos laços de proximidade. (Batista, 2005, p. 15).

No momento em que o sujeito se abre ao outro, o recebe e o acolhe, aceitando o risco de exposição de si mesmo ao outro, ele rompe com seu universo interior e estabelece uma relação com o outro, desenhando assim uma geografia da hospitalidade humana pela experiência da descentração. A questão que suscitaria o estudo da hospitalidade seria - por si só - o estrangeiro:

A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao es-trangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-lo entre nós? (Derrida, 2003, p. 15).

Na relação de acolhimento ao Outro, pode-se pensar também a relação inter-humana, em última instância, como a relação entre dois estrangeiros, na medida em que ambos são desconhecidos um ao outro. Dessa forma, subverter-se-ia a relação do território com os sujeitos. Para Duque (2014), a definição de lugar pode ser tomada como uma dimensão de território ou como uma dimensão de cultura (ou linguagem).

Se a perspectiva imediata da compreensão da identidade assenta, mais uma vez, na referência a uma mesmidade de lugar – que define o sujeito como cidadão, fazendo assentar nisso a sua mesmidade e a mesmidade dos que partilham o mesmo lugar – a presença irrecusável da alteridade, também aqui, tem o primeiro efeito de desconstruir essa construção da mesmidade identitária. (Duque, 2014, p. 151).

Do ponto de vista de Duque (2014), as relações de acolhida dizem, sobretudo respeito à relação de estrangeiro a estrangeiro, de secreto a secreto, e não de cidadão a cidadão, pois a ética fundamental da hospitalidade repousa na exposição do sujeito ao outro.

Entretanto, pode-se pensar também a prática da hospitalidade, assim como diversos estudos comprovam, no espaço onde ela se desenrola. As autoras Perazzolo e Santos (2012) dão relevo ao que chamam de *Corpo Coletivo Acolhedor*, onde os sujeitos locais tem sua prática da acolhida estruturada na triangulação de trocas ou serviços, conhecimento e cultura e organismo gestor público ou privado. “O traçado dessa triangulação delimita o espaço em que o fenômeno do acolhimento e as práticas de hospitalidade se organizam e se desenvolvem” (Perazzolo e Santos, 2012, p. 06).

Ao alertar sobre a necessidade de estudar com mais cuidado as “aproximações” que provocam atos de hospitalidade e de hostilidade para poder identificar melhor as dimensões temporais e espaciais e

as qualidades relacionais de identidade, comunidade e lugar que a caracterizam a hospitalidade, os autores Dikeç, Clark e Barnett (2009) revisitam a obra de Kant “À Paz Perpétua”, que evoca a razão para a manutenção da paz entre os Estados-Nação, no início da Modernidade. Os autores relembram que Kant propôs o direito à hospitalidade, entendido como aquele dos sujeitos em movimento serem recebidos sem hostilidade, que, de certa forma foi implementado nos chamados “salvo-condutos”, ao que atualmente dá-se o nome de passaporte.

Tal ideia trás a tona as questões de condicionalidade e de incondicionalidade na hospitalidade. A condicionalidade da hospitalidade está justamente ligada ao caráter objetivo de o que é necessário, imprescindível para garantir a acolhida normativa ou, formal do estrangeiro, como o já citado exemplo do passaporte.

Para Derrida, a hospitalidade “consiste em fazer de tudo para se dirigir ao outro, em lhe conceder, até mesmo perguntar seu nome, sempre evitando que essa pergunta se torne uma “condição”, uma inquirição policial, um fichamento ou um simples controle de fronteiras.” (Derrida, 2001a, p. 275, *cited in* Michaud, 2011, p. 1007).

Entretanto, a incondicionalidade da hospitalidade repousa no risco da exposição ao estrangeiro, ao Outro desconhecido, que irrompe o espaço do Eu, caracterizando a alteridade absoluta. (Duque, 2014). Esse Outro deve ser acolhido com receptividade, a partir da capacidade de uma pessoa perceber e ter como suas as necessidades do Outro. (Dikeç, Clark e Barnett, 2009).

Levinas (1980, p. 281) alega que o indivíduo está radicado na infinitude a partir do momento em que este permite a fecundidade do outro na própria interioridade, pautada na ética. A fecundidade, portanto, “abre um tempo infinito e descontínuo; [...] retira ao sujeito o último vestígio da fatalidade, permitindo-lhe ser outro”.

Frente o exposto, pode-se sintetizar as questões trazidas por Dikeç, Clark e Barnett (2009), à luz do paradigma da hospitalidade condicional proposto por Kant e revisitado do ponto de vista crítico da hospitalidade incondicional por Derrida e Levinas, na seguinte lógica: (i) a abertura ao Outro deve se dar de forma incondicional; (ii) o Outro complementa e reforça a identidade do Eu, a partir do que lhe é novo, diferente; (iii) a discussão da hospitalidade repousa sobre o estrangeiro sobretudo a partir da globalização muito provavelmente pelo fato de o Outro de outro país ter mais diferença em Relação ao Eu; por fim, (iv) ainda, entretanto, há que se considerar que a aceitação incondicional

seria posta em dúvida porque o Outro já foi identificado: alguém diferente do Eu.

A alocação acerca da hospitalidade tratada no presente estudo não dá conta de esgotá-la, mas aborda diferentes olhares sobre o tema e pretende, na sessão final, assim como foi feito sempre que possível ao longo do texto, relacioná-la aos conceitos de identidade e de território, com foco no fenômeno turístico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não ter sido explicitada na introdução do presente estudo, há uma aparente contradição entre a evidência empírica que o motivou e a argumentação pretendida. Os turistas internacionais avaliam a hospitalidade como a melhor experiência que eles têm no Brasil, entretanto, alguns itens que seriam intrínsecos ao território são avaliados de forma negativa, como os meios de acesso, rodovias, sinalização e aeroportos, estes últimos considerados o primeiro elo do turista com o território a ser desvelado. Além dos elementos indicados na pesquisa, sabe-se que limpeza, iluminação, segurança, entre outros elementos de infraestrutura urbana são pouco qualificados, principalmente quando comparados a países considerados desenvolvidos, centrais ou de primeiro mundo.

Entretanto, após o referencial teórico apresentado, a contradição é, de fato, apenas aparente. Ela não existe. O território é muito mais do que a parte fixa ou material. Há que se levar em conta os fluxos, a interação que os sujeitos têm entre eles e entre eles e o território, bem como a identidade do mesmo. Provavelmente estes elementos chamem muito mais a atenção do turista (ou estrangeiro) do que a infraestrutura que, mesmo precária, acaba por ser mais ou menos similar em diversos outros espaços.

Os turistas, estrangeiros e foragidos também fazem parte da construção da identidade de um ambiente urbano. A identidade pós-moderna não é formada somente pela cultura local. Hoje, o hibridismo cultural faz parte de todas as nações (Hall, 2003). A globalização influencia radicalmente nessa questão, o que às vezes atrapalha o reforço da identidade local. (Bauman, 2009).

O espaço social da hospitalidade é onde ocorre o encontro de estranhos (Bauman, 2001), tanto entre os estranhos da própria sociedade quanto os da sociedade com os estrangeiros e forasteiros. Para Grinover (2006, p. 29), a hospitalidade no ambiente urbano “não se reduz ao oferecimento de uma

“Restauração ou de um alojamento, mas à relação interpessoal estabelecida, que implica uma ligação social e valores de solidariedade e de sociabilidade”.

O ambiente urbano deve ser um território capaz de promover a socialização e de obter uma significação para os atores que dele usufruem. Grinover (2006, p.36) indica que houve uma perda do mundo urbano, no sentido da presença das segregações sócio-espaciais, e compara tal perda com a magia da cidade antiga, que seduz o morador e o visitante, “porque ela se oferece para ser vista. Ela objetiva a apresentação de si, além de qualquer funcionalidade, numa dimensão de renovação originária do ser e do parecer”.

Bauman (2001) utiliza a Praça *La Défense*, localizada na parte ‘futurista’ de Paris, como exemplo para ilustrar o espaço que não possui comunicação com o lugar tampouco entre os seres que por ali passam. O sociólogo polonês argumenta que:

O que chama a atenção do visitante de La Défense é antes e acima de tudo falta de hospitalidade da praça: tudo o que se vê inspira respeito e ao mesmo tempo desencoraja a permanência. [...] Nada alivia ou interrompe o uniforme e monótono vazio da praça. Não há bancos para descansar, nem árvores sob cuja sombra esconder-se do sol escaldante (Bauman, 2001, p. 113).

O tema trazido à tona por Bauman (2001) no trecho acima relaciona a hospitalidade aos fixos do território, assim como Grinover (2006) entende que as cidades podem ser lugares de hospitalidade (ou de hostilidade). Infere-se então que a hospitalidade pode ser pensada desde o ponto de vista da relação entre os sujeitos e da relação entre os sujeitos e o território, em uma teia permeada pelos fios que formam a identidade de todos os elementos envolvidos nesta relação.

Observa-se poucos estudos relacionando o fenômeno turístico à hospitalidade, talvez pelo fato de áreas específicas diferenciadas darem conta (preferencialmente, mas não exclusivamente) dos temas: a economia do turismo e a filosofia da hospitalidade.

Pode-se aventar a hipótese de que a condicionalidade dada à entrada dos turistas em território estrangeiro diminua a curiosidade científica, ou porque a antropologia já visa dar conta dessa discussão no estudo entre os visitantes e os visitados. Como prontaponto a tais assertivas, poderse-ia argumentar que a mobilidade da contemporaneidade dificulta a identificação dos estrangeiros: Turista? Morador temporário? Imigrante? A identificação do outro torna-se mais complicada. E qual seria o resultado de tal fenômeno? Maior abertura aos outros, ou o seu oposto? Compaixão ou aversão? Hospitalidade ou hostilidade? Há uma ética cosmopolita regendo tais encontros entre

estranhos? Será o turismo um fenômeno capaz de aproximar os sujeitos a partir dos encontros proporcionados ou o contrário?

Por fim, há mais questões a serem respondidas do que propriamente uma ideia formatada e finalizada, o que pressupõe que o campo da hospitalidade ainda deve ser cuidadosamente e arduamente desvelado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baptista, I. Lugares de Hospitalidade. **Hospitalidade, Reflexões e Perspectivas**. Moraes Dias (Org.). São Paulo: Editora Manole: 2002.

Baptista, I. Para uma geografia de proximidade humana. **Revista: Hospitalidade**. São Paulo. 2: 11-22, (2005).

Baker, G. Cosmopolitanism as Hospitality: Revisiting Identity and Difference in Cosmopolitanism. **Alternatives**. 34. 107–128, (2009).

Bauman, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: 2009.

Bauman, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: 2001.

Beni, M. **Análise Estrutural do Turismo**, São Paulo: SENAC: 2006.

Boff, L. **Virtudes para um outro mundo possível**. Vol I: Hospitalidade, direito e dever de todos. Petrópolis: Vozes: 2005.

Bravo, F. G. Z. The Territorial Changes of Totonacapan Veracruzano, Mexico and their Heritage Cultural Based on the Touristic Activity as a Regional Development Strategy. **Cuadernos de Turismo**. Universidad de Murcia, n 34, 439-442, (2014).

Camargo, L. O. de L. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph: 2004

Camargo, L., O., de L. Os interstícios da hospitalidade. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. XII, n. especial, p. 42-69, (2015).

Campos, J. R. V. **Introdução ao universo da Hospitalidade**. Campinas, SP: Papyrus: 2005

Canclini, N. G. **Consumidores e Cidadãos** – Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: 1997.

Castells, M. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Editora Paz e Terra: 1999.

Crouch, D. Práticas e Resultados Turísticos. In Lew, A., Hall, M., Williams, A. **Compêndio de Turismo**. Portugal: Instituto Piaget: 2004.

Derrida, J. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Escuta: 2003.

Dike, c, M.; Clark, N.; Barnett, C. Extending Hospitality: Giving Space, Taking Time. **Paragraph Special Issues**. 32 (1).Edinburgh: Edinburgh University Press. pp: 1–14, (2009).

Duque, J. M. Fragmentos para uma Filosofia da Hospitalidade. In Santos, M. M. C. Baptista. I. (orgs.) (2014). **Laços Sociais: por uma epistemologia da hospitalidade**. Caxias do Sul, RS: Educs, 149-160, (2011).

Featherstone, M. **O Desmanche da Cultura: Globalização, Pós-Modernismo e Identidade**. São Paulo: Studio Nobel: SESC: 1997.

Fratucci, A. Os Lugares Turísticos: Territórios do Fenômeno Turístico. **GEOgraphia** – Ano. II – No 4, (2000).

Fratucci, A. C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, 87-96, (2014).

Gonçalves. J. L. A.; Souza, J. E. P. Hospitalidade: Experiências de dádiva que desenvolvem o self e renovam o laço social. In Santos. M. M. C. Baptista. I. (orgs.) (2014). **Laços Sociais: por uma epistemologia da hospitalidade**. Caxias do Sul, RS: Educs. pp. 161-178, (2014).

Gotman, A. Marcel Mauss: uma estação sagrada da vida social. In Montandon, A. **O livro da hospitalidade: a acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo: 2011.

Grinover, L. “A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade.” **Revista Hospitalidade**. São Paulo. 2: 29-50, (2006).

Grinover, L. “Hospitalidade, qualidade de vida, cidadania, urbanidade: novas e velhas categorias para a compreensão da hospitalidade urbana.” **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**. Penedo. 3 (1): 16-24 , (2013). Hall, S. **A Identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora: 2005.

Lashley, C. Para um entendimento teórico. In: Lashley, C.; Morrison, A. (orgs.). **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. Barueri, SP: Manole: 2004.

Levinas, E. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70: 1980.

Michaud, G. Jacques Derrida. Um pensamento do incondicional. In Montandon, A. **O livro da hospitalidade: a acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo: 2011.

Mínguez, L. A. H. Territorial Heritage as a Touristic Asset in the «Raya» of Castilla y León Bordering Portugal. **Cuadernos de Turismo**, nº 36, 473-475, (2015).

Moreau, Jo. Rhétorique, dialectique et exigence première, **Théorie de l'argumentation**, Logique et Analyse, nº 21 à 24, (1963).

Perazzolo, O.A., & Santos, M.M.C. Hospitalidade numa perspectiva coletiva: o corpo coletivo acolhedor. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./abr.,3-15, (2012).

Proserpio, R. **O avanço das redes internacionais hoteleiras no Brasil**. São Paulo: Aleph: 2007.

Raffestin, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática: 1993.

Santos, M.M.C. A metáfora laços sociais e a hospitalidade. In Santos, M. M. C. Baptista. I. (orgs.) (2014). **Laços Sociais: por uma epistemologia da hospitalidade**. Caxias do Sul, RS: Educ. pp: 13-17: 2014.

Umbelino, J. Os valores do território no lazer e no turismo. In Costa, C.; Brandão F.; Costa, R.; Breda, Z. (coord.) **Turismo nos Países Lusófonos**, vol. II. Lisboa, Escolar Editora. Capítulo 13: 202-216, (2014).

Urry, J. **The Tourist Gaze**. Londres: Sage: 2002.

Valduga, M. C. **Desmitificando um modelo de desenvolvimento: a formação da sociedade do turismo na periferia do capitalismo**. Caxias do Sul. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Caxias do Sul: 2007. Disponível em:

<https://repositorio.ucs.br/jspui/bitstream/11338/229/1/Dissertacao%20Manoela%20C%20Valduga.pdf> Consultado em 20/02/2016.

Walmsley, J. **Abordagens comportamentais na investigação do turismo**. In Lew, A., Hall, M., Williams, A. *Compêndio de Turismo*. Portugal: Instituto Piaget. pp: 71-82, 2004.

Zhang, C. X.; Decosta, P. L.; McKercher, B. Politics and tourism promotion: Hong Kong's myth making. **Annals of Tourism Research**. Elsevier, Volume 54, 156–171, (2015).



Análise sobre o planejamento turístico na Bahia e seus reflexos na Ilha de Itaparica (BA)

Analysis of the tourist planning in Bahia and its reflexes in Itaparica Island (BA)

Chelly Costa Souza²

Regina Celeste de Almeida Souza³

² Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano (2016). Mestre em Análise Regional (2008), MBA em Administração (2003) e Bacharel em Turismo (2000). Toda a formação cursada na Universidade Salvador - UNIFACS. Tem experiência na área de Turismo e Hotelaria atuando principalmente nas seguintes áreas: Hotelaria e Planejamento Turístico. É docente do Instituto Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica - IFBA - Campus Salvador/Bahia do Curso Técnico de Hospedagem e Superior de Tecnologia em Eventos. chellycsouza@yahoo.com.br / chelly@ifba.edu.br

³ Pós-doutorado pela Université de Toulouse II (Le Mirail), França, (1986-1987) e pelo Centre d'Etudes Techniques de l'Équipement de Lyon, CETE, França (1992-1992). Doutorado em Geografia pela Universidade de Rouen, França (1981). Mestrado em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Bahia (1976). Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (1970) e graduação em História pela Universidade Católica do Salvador (1967). Atualmente é professor titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador- Unifacs, atuando principalmente nos seguintes temas: Turismo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Regional. Líder do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente - GPTURIS vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. regina.souza@unifacs.br

Resumo

A Ilha de Itaparica (BA), já se destacou, no cenário nacional e internacional, como um importante destino turístico brasileiro. Entretanto, no contexto atual, essa região enfrenta dificuldades de ordem social e econômica, ainda que sua atividade predominante seja o turismo. Diante disso, o presente estudo analisa o planejamento turístico na Bahia e seus reflexos na Ilha de Itaparica (BA), no período de 2004 a 2014, com enfoque para os possíveis desdobramentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/NE na Ilha. Para tanto, optou-se pela metodologia qualitativa e pelo método do estudo de caso. Conjuntamente, o estudo envolveu a pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental, além de entrevistas e observação direta. Os resultados indicaram que os principais problemas encontrados devem-se, em grande parte, à falta de um planejamento direcionado, à falta de interesse da atuação do poder público, assim como, à ausência de uma parceria entre os setores envolvidos.

Palavras-chave: Planejamento Turístico. Políticas Públicas. PRODETUR/NE. Ilha de Itaparica (BA).

Abstract

Itaparica Island (BA) was long known national and internationally as a major tourist destination in Brazil. However, in the present situation, this region faces difficulties in social and economic order, although its main activity is tourism. Based on that, this study focuses on tourism planning in Bahia and its reflections in Itaparica Island (BA), from 2004 to 2014, emphasizing on the possible developments of the Tourism Development Program - PRODETUR / NE in the Island. For that, we chose the qualitative methodology and the case study method. This study involved bibliographical, cartographic and documentary research, as well as interviews and direct observation. The results indicated that the main problems are due in large part to the lack of tourism planning, lack of interest of the public power, and lack of a partnership between the sectors involved.

Keywords: Tourism Planning. Public Politics. PRODETUR/NE. Itaparica Island.

1. Introdução

O presente artigo é um recorte da tese de doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, pela Universidade Salvador (UNIFACS), defendida no ano de 2016 e intitulada “Sob o sol da Bahia: uma análise do planejamento e da dinâmica da atividade turística na Ilha de Itaparica”. Nela, buscamos analisar, de forma ampliada, as inter-relações entre o planejamento e a dinâmica da atividade turística na Bahia, considerando, especialmente, as políticas públicas e suas consequências em âmbito estadual baiano, bem como, de forma mais específica, os seus desdobramentos (ou ausência destes) na Ilha de Itaparica (BA), no decurso do decênio de 2004 a 2014.

No recorte ora apresentado, nos detemos resumidamente na apreciação de alguns dos pontos discutidos na tese. Em razão disso, optamos por expor um breve apanhado sobre a atividade turística insular, bem como uma retomada sobre essa atividade na Ilha de Itaparica e o planejamento público. Além disso, apresentamos brevemente a metodologia utilizada na tese e as principais conclusões encontradas ao longo do processo de pesquisa.

Com o presente estudo, objetivamos analisar o planejamento turístico na Bahia e seus reflexos na Ilha de Itaparica (BA), com base nos entrelaçamentos entre planejamento turístico, políticas públicas de promoção do turismo e a atividade turística na Ilha. Para tanto, a abordagem compreende três seções, além da introdução e das considerações finais: Turismo insular e atividade turística na Ilha de Itaparica (BA), Planejamento Turístico, Políticas de Turismo e seus reflexos para a Ilha de Itaparica (BA) e Procedimentos metodológicos.

Na primeira parte, são apresentados os aspectos históricos e econômicos da Ilha de Itaparica, com fins à observação do desenvolvimento da atividade turística nessa região, bem como um decurso histórico da atividade turística nos territórios investigados, dando ênfase ao período de análise (2004 - 2014). Em Planejamento Turístico, Políticas de Turismo e seus reflexos para a Ilha de Itaparica (BA), por sua vez, discutimos o planejamento turístico ocorrido na Bahia e suas inter-relações com as políticas públicas de promoção do turismo na região, em especial a partir do programa PRODETUR/NE II e sua correlação com a Ilha de Itaparica, tendo como principal enfoque o decênio de 2004 a 2014. Por fim, em Procedimentos metodológicos, há uma breve explicação sobre quais foram os métodos e procedimentos abordados utilizados como amostragem para a discussão ora apresentada.

2. Turismo insular e atividade turística na Ilha de Itaparica (BA)

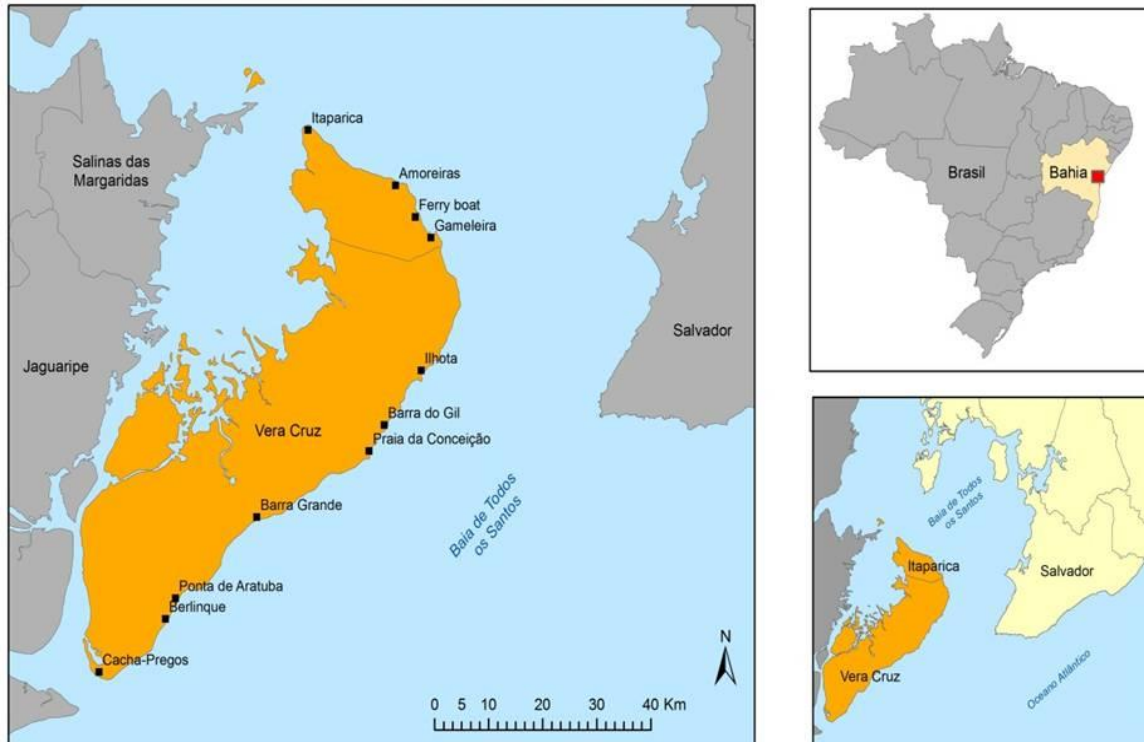
A atividade turística é considerada um fenômeno das sociedades modernas, responsável pelo incremento da economia, pela produção e/ou utilização de espaços e pelo intercâmbio de culturas e pessoas. Na esteira do crescimento dessa atividade, enquadra-se o turismo em ilhas, as quais são veiculadas pela mídia como destinos turísticos preciosos, exóticos, sagrados e diferentes, por sua concepção de isolamento, o que os diferiria dos outros territórios. Para Assis (2001a), a questão do isolamento das ilhas favorece a ideia de quebra de rotina, uma vez que apresenta a sensação de refúgio. Além disso, o público interessado nesse destino turístico, em particular, procura por um clima diferente, belas paisagens, sol e praia – elementos que compõem o que os especialistas denominam de turismo litorâneo, popularmente conhecido como Turismo de Sol e Praia. Em alguns casos, nos quais há uma extensão maior do período em que o turista fica hospedado na localidade, há a ocorrência do Turismo de veraneio/segunda residência, cujas características estão atreladas, no Brasil, de forma muito especial ao Turismo de Sol e Praia.

Dessa forma, o turismo em ilhas apresenta diferentes particularidades que são manifestadas pela interação de múltiplos fatores, tais como localização, tamanho, infraestrutura, práticas socioespaciais, entre outros. Em razão desses múltiplos fatores, na história do turismo na Bahia, a Ilha de Itaparica (BA) – composta pelos municípios de Itaparica e Vera Cruz – durante muito tempo,

destacou-se turisticamente no âmbito nacional e internacional. Entretanto, atualmente, a atividade turística nessa região tem passado por um expressivo dinamismo – diminuiu significativamente e a região vem enfrentando graves problemas econômicos e sociais, mesmo mantendo na localidade o turismo de sol e praia, bem como o de veraneio/segunda residência.

A presente investigação elegeu como período de análise o decênio de 2004 a 2014, pois, nesse transcurso temporal, inferimos que há o ressurgir de uma esperança quanto à atividade turística na Ilha de Itaparica, em razão da implementação de políticas públicas de turismo, em particular das diretrizes do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II – PRODETUR/NE II, em sua segunda fase. Nesta, esse espaço insular seria beneficiado com recursos advindos do referido programa, ainda que essa região venha de um sofrido processo de desgaste em relação ao declínio da atividade turística na região, em anos anteriores, como analisou Soares (2003). Entretanto, mesmo com os problemas apresentados, os quais vão da falta de investimento às deficiências nas estruturas básicas de acesso e de serviços, se mantém na localidade o turismo como principal atividade econômica.

A Ilha de Itaparica (BA) é uma área litorânea situada na macrorregião do Recôncavo da Bahia, composta por dois espaços geograficamente integrados, os municípios baianos de Vera Cruz e Itaparica. Insere-se na Baía de Todos os Santos e faz parte da Zona Turística e Área de Proteção Ambiental (APA) da Baía de Todos os Santos (BTS). Igualmente pertence à Região Metropolitana de Salvador (RMS), considerada a mais rica do estado em termos econômicos, sendo bem integrada à capital – Salvador, principalmente por causa de sua posição geográfica estratégica, a qual se liga à cidade de Salvador e a outros importantes municípios do interior do estado. A seguir, a figura 01, intitulada Mapa da Baía de Todos os Santos, apresenta o recorte territorial da Ilha de Itaparica a ser analisado.



Fonte: www.coapatur.com.br

Título: Mapa de localização da Ilha de Itaparica

Fonte: www.coapatur.com.br

Organização: Ricardo Bahia

A Ilha de Itaparica apresenta uma área de 246 km², no qual vivem cerca de 58.292 pessoas, sendo 20.725 habitantes no município de Itaparica e 37.597 no município de Vera Cruz (IBGE, 2010). Em relação à economia da Ilha, destacam-se: a pesca, o comércio (que atende às necessidades locais) e a atividade turística. Desses setores, o turismo é o que dá maior dinamização ao cenário econômico da região. Desse modo, considerando que o sol e a praia sejam as principais motivações para as pessoas que frequentam essa região, o período do verão (em particular, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro) é a época em que há uma maior movimentação em torno dessa atividade no espaço em questão.

Historicamente, nessa região, o turismo passou por diversas fases e teve início oficialmente a partir do ano de 1939⁴, quando a localidade recebeu o título de estância hidromineral⁵. Nesse contexto, o desenvolvimento da atividade na região começou a ocorrer em torno da Fonte da Bica

⁴Desde 1877 já se registram notícias de sua ocupação como estação de cura e local de veraneio, conforme indica Osório (1928).

em virtude dos hábitos populacionais. Era um hábito social secular passar as férias ou temporadas de descanso fazendo uma “estação de águas”, isto é, as temporadas de lazer se concentravam em regiões de estâncias termais e hidrominerais.

Durante muito tempo, na Bahia, essa foi a principal motivação dos primeiros fluxos turísticos registrados no estado. Gradativamente, a percepção social e comercial passou a ver nesses fluxos uma possibilidade de investimento turístico e, em virtude disso, em especial na década de 1950⁶, houve o desenvolvimento do turismo em Itaparica de forma mais estruturada, a partir de fatos como a construção do Grande Hotel de Itaparica⁷, no ano de 1954. Este empreendimento marcou a fase áurea da Ilha diante do grande fluxo de turistas que a região recebia na época.

Em seguida (década de 1970), outros três importantes fatos aconteceram: a implantação do Sistema *Ferry Boat*, com a construção da rodovia BA-001; a construção da Ponte do Funil; e a inauguração do primeiro hotel de grande porte, um *resort* pertencente a uma cadeia internacional de hotéis e *resorts*, o *Club Mediterranéé – Club Med*, situado na Praia de Conceição, pertencente ao município de Vera Cruz. A instalação desse *resort* foi um dos marcos de consolidação da ilha enquanto destino turístico, principalmente, na rota das grandes cadeias internacionais.

Na década de 1980, ocorreu a criação do *Programa Caminhos da Bahia*, cujo objetivo foi estimular a atividade turística no interior do estado, com vistas ao incremento do fluxo nacional e/ou regional, na direção das cidades de grande potencial turístico, situadas principalmente nas redondezas da BR-101, com destaque para os municípios de Itaparica e Vera Cruz. Contudo, ainda na década de 80, o segmento turístico passou a entrar em dificuldades.

Segundo Santos (2011), ao analisar as potencialidades econômicas da Ilha de Itaparica, o autor identificou que a falta de atividades econômicas possíveis para dar suporte ao crescimento demográfico e a ausência de investimentos públicos foram suficientes para promover pontos críticos na região, a exemplo da degradação ambiental, do patrimônio histórico e cultural, elementos considerados imprescindíveis para o uso turístico.

De acordo com Soares (2003), há um entendimento, no senso comum, de que, com o passar do tempo, a Ilha se transformou em território das classes sociais mais baixas. Do mesmo modo, há a compreensão de que o surgimento de outros destinos, com maior facilidade de deslocamento, maior número de serviços aliados aos fatores preço e qualidade, fez com que a Ilha ficasse esquecida pelos

⁵ Esse fato corroborou para a solidificação de Itaparica como balneário e local de turismo. A estância tem como eixo central a Fonte da Bica, importante local da cidade, com águas medicinais, cuja construção data de 1842 e tem por singularidade ser a única estância hidromineral do país à beira-mar.

⁶ Ressaltamos que desde a década de 1930 existiram ações pontuais que tornaram o turismo uma realidade regional na Ilha de Itaparica. Contudo, era algo esporádico e explorado de forma não específica e não especializada.

⁷ O Grande Hotel de Itaparica, primeiro Hotel Cassino da Bahia, construído em 1950 e conhecido como centro preferido de lazer e repouso da sociedade na Bahia. Até início da década de 1980, teve momento de ápice e recebeu personalidades ilustres do cenário regional, nacional e até internacional. Na atualidade é administrado pelo Serviço Social de Comércio (SESC) desde o ano de 2006 (GAUDENZI, 2008).

órgãos competentes de turismo e pelo próprio turista durante o final do século XX.

Em se tratando da Ilha de Itaparica, nesse sentido, o deslocamento é algo que deve merecer atenção. Isso porque, após a instalação do sistema de *ferry boat*, alguns problemas começaram a surgir. A principal dificuldade desse modo de transporte foi e continua sendo a formação de imensas filas de pessoas e carros que aguardam para atravessar, principalmente no período do verão (SOARES, 2003).

Em paralelo, por sua vez, a Estrada do Coco, aberta no ano de 1975, e sua extensão, a Linha Verde – rodovia que se estende de Praia do Forte até o município de Jandaíra e/o Litoral Norte da Bahia ou a BA-099, começaram a receber atenção de forma intensa e a influenciar nas perspectivas futuras para a ilha. Além disso, a construção desse novo acesso criou condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo, com extensão de 140 km de praias, até então inexploradas, em uma curta distância do Aeroporto Internacional de Salvador (Luís Eduardo Magalhães).

Assim, houve um redirecionamento de um número significativo de pessoas que tinham a Ilha de Itaparica como destino. Elas passaram a buscar outros atrativos como novidade, num primeiro momento, entretanto, posteriormente, tornou-se uma espécie de via definitiva. Além disso, as regiões da Baía de Todos os Santos e a Costa dos Coqueiros (estratégia de divisão das regiões turísticas) passaram a fazer parte da lista de prioridades do governo estadual. O potencial da Costa dos Coqueiros, de acordo com Gaudenzi (1998), estava mais do que comprovado. Tal fato se confirma a partir do volume de investimentos da iniciativa privada que essa região atrai e continua a atrair, após a construção da Linha Verde.

Enquanto isso, a Ilha de Itaparica continuou a se deparar com sérias dificuldades. A ausência de outras atividades econômicas para dar apoio ao crescimento demográfico que se observa na ilha e, igualmente, a ausência de investimentos públicos é avaliada como pontos críticos dos municípios e que têm como consequência a degradação ambiental, do patrimônio histórico e cultural, vistos como potencialidades de Itaparica para o seu desenvolvimento (ITAPARICA, 2004, p. 5.02).

No período de 1991–2002, a Bahia apresentou uma expansão considerável na atividade turística, a qual respondia em torno de 7,9% da economia baiana. Nessa ocasião, o turismo ainda era a atividade que dava maior dinamização ao cenário econômico da ilha de Itaparica. Porém, foi nessa década de 1990 que a Ilha de Itaparica começou a sentir os efeitos da concorrência de outros destinos, com potenciais turísticos semelhantes, os quais começavam a atrair a atenção de visitantes e de investimentos advindos do poder público e privado. Assim, a Ilha de Itaparica perdeu o seu *glamour* e passou a experimentar um processo de desvalorização das propriedades, chegando, inclusive, a um movimento de favelização em determinadas áreas (ITAPARICA, 2003-2005, p. 5.08–

5.09). A esta situação, somou-se a falta de investimentos em infraestrutura por parte das três instâncias governamentais.

Daí em diante, os atrativos naturais e culturais tornaram-se “desinteressantes” e a ilha passou a perder a visitação de (muitos) visitantes/ turistas e veranistas que aproveitavam a sua paisagem (sol e mar) durante a alta estação. A Ilha de Itaparica começou a se deparar com os efeitos de degradação em seu território. Do mesmo modo, a feição urbana e a sua interface social passaram a demonstrar sinais de saturação e insustentabilidade no padrão de ocupação e uso do solo (SOARES, 2003). Contudo, mesmo diante desse cenário de transformações, degradação e falta de investimentos em prol de sua revitalização, a atividade turística ainda acontecia de forma oscilante, com características de pendularidade, qualificada pelo fluxo de turistas (visitantes) que passavam o dia na Ilha de Itaparica, mas se hospedavam na capital baiana.

A preferência pela hospedagem em Salvador pode ser explicada pela proximidade entre as localidades e pela existência de problemas na infraestrutura básica da ilha. Ou, também, de modo mais específico, pela falta de atenção ao turismo propriamente dito nessa região, o que se observa de modo mais acentuado a partir dos anos 90. Já no decênio de 2004 a 2014 (período de análise desse estudo) houve o ressurgir de uma esperança quanto ao ressurgimento mais acentuado da atividade turística na Ilha, uma vez que também foi nessa época que houve a introdução da segunda fase de um importante programa: o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II do PRODETUR/NE II (2003⁸ a 2012), no qual a Ilha de Itaparica seria beneficiada com recursos advindos desse programa.

03. Planejamento Turístico, Políticas de Turismo e seus reflexos para a Ilha de Itaparica (BA)

Considerando que o presente estudo centra a análise nas inter-relações entre o planejamento da atividade turística na Bahia e seus reflexos para a Ilha de Itaparica (BA) no período de 2004 a 2014, tendo como principal diretriz o PRODETUR-NE II, é fundamental apresentarmos nossos entendimentos quanto ao planejamento, no que tange à prática do turismo. Bem como, analisarmos também as políticas públicas enquanto pilares desse planejamento, como um dos fatores que influenciam a realização da atividade turística.

A atividade turística é vista como um dos setores econômicos que mais cresce no Brasil e em função do segmento sol e praia apresentarem uma posição de destaque, o governo federal brasileiro organizou um conjunto de ações e diretrizes que originaram e fomentaram políticas públicas pautadas no planejamento sistemático e organizadas desse setor. Historicamente, o conceito de planejamento se constrói como o conjunto de ações que buscam instituir o controle social sobre

⁸Com início em 2005.

bens, serviços e obras públicas, de modo que estes sejam desfrutados de maneira efetiva por toda a sociedade.

Observamos, assim, que, com base no planejamento, uma política pública pode ser definida como o desenvolvimento da atividade política. Para o Ministério do Turismo, a política pública,

sinaliza um tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos. A implementação e Gestão das Políticas públicas é responsabilidade de atores políticos, nos mais diversos âmbitos da administração pública (BRASIL, 2009, p. 47).

O Planejamento do Turismo, segundo Molina e Rodríguez (2001), é o resultado de um processo lógico de pensamento, no qual tem como objetivo uma mudança na ordem econômica e social de um povo. Porém, ao enveredar por esse campo, é importante considerar a complexidade estrutural que envolve o turismo, processá-la, instrumentalizá-la a fim de promover mudanças que atuem como alavancas do desenvolvimento. Disso resulta que a maneira adequada de planejar incide em analisar objetivamente uma realidade e condicionar as ações ao problema.

Assim, o planejamento turístico representa o instrumento fundamental na determinação e seleção de prioridades, deve ordenar as ações do homem sobre o território, por meio de um processo sistemático no qual há a definição de objetivos, estudos, análises, formulação de planos e indicações e implantação de uma gestão contínua. Esta, por sua vez, tem como objetivo promover o desenvolvimento do turismo de forma harmoniosa, através de mudanças estruturais de realidades existentes e da geração do crescimento econômico acelerado. Dessa forma, podemos afirmar que o Planejamento Turístico continua e sempre será um instrumento valioso e que serve para orientar o sistema turístico.

É justamente em virtude dessa funcionalidade e vital importância do planejamento para a atividade turística que nos propusemos a estudar o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) e seus reflexos na Bahia, tendo como especial enfoque os desdobramentos desse plano de ação na Ilha de Itaparica. O PRODETUR/NE, instituído pelo governo federal, teve como objetivo a intensificação do turismo nos territórios nordestinos, o que foi acolhido pelos governos estaduais como forma de introduzir e aprimorar a atividade turística nessas regiões, em especial voltadas às áreas litorâneas. Assim, era possível melhorar os aspectos de infraestrutura básica e de acesso, bem como promover a geração de renda e emprego e a minimização das desigualdades inter-regionais.

O modelo definido no referido programa passa pela ordenação do espaço turístico. No caso da Bahia, adotou-se como metodologia a subdivisão territorial do estado, enquadrando a inclusão de quatro grandes regiões, denominadas de Regiões Turísticas: Salvador; Entorno Metropolitano (Baía

de Todos os Santos – zona onde a Ilha de Itaparica está situada e Litoral Norte)⁹; Litoral Sul e Chapada Diamantina. Depois, esse zoneamento foi aperfeiçoado e deu origem ao estabelecimento de sete zonas¹⁰ turísticas na Bahia (MATTEDI, 1999, p. 23). Cada estado desenhou os seus projetos na área de turismo. Por esse motivo, cada área específica do litoral nordestino passou a fazer parte do PRODETUR e assim estava dividido, conforme explica a autora:

No Maranhão, foi escolhida Alcântara, no golfo maranhense; no Piauí, a Costa das Dunas; no Ceará, a Costa do Sol Poente; no Rio Grande do Norte, a Rota do Sol; na Paraíba, o Centro Turístico do Cabo Branco; em Pernambuco, o Centro Turístico de Guadalupe que, com uma área do litoral de Alagoas, forma a Costa Dourada; em Sergipe, a Zona Turística de São Cristóvão; na Bahia, a Costa dos Coqueiros e a Costa do Descobrimento, e em Minas Gerais, os sítios arqueológicos e ecológicos de Montes Claros.

Na primeira fase do Programa, o Governo estadual concentrou a maior parte dos investimentos (57%) na Costa do Descobrimento, principalmente no município de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Belmonte. Em seguida, Baía de Todos os Santos (31%) – destaque para a capital do estado, Costa dos Coqueiros (21,6%), Costa do Dendê e Costa do Cacau. No tocante à Ilha de Itaparica, entretanto, os municípios de Vera Cruz e Itaparica não tiveram nenhum tipo de participação no que se refere às obras realizadas no PRODETUR I, mesmo a região estando incorporada na zona turística Baía de Todos os Santos. A cidade de Salvador recebeu os maiores investimentos (44,7%), dos recursos públicos, favorecendo dessa maneira, a liderança como um centro turístico baiano importante. Esse fato, inclusive, contraria o que foi definido no início do Programa, já que a Bahia havia proposto como região prioritária para os investimentos a Costa dos Coqueiros e a Costa do Descobrimento.

Além disso, a Ilha de Itaparica não foi contemplada porque o PRODETUR I se concentrou menos nessa região (Baía de Todos os Santos) e mais na Costa do Descobrimento. Cabe acrescentar que a Ilha só foi contemplada a partir da 2ª fase do PRODETUR. Contudo, ainda assim, ressaltamos que O PRODETUR/NE I foi avaliado como uma experiência diferente e importante para a reestruturação dos territórios. Isso porque estimulou novos investimentos e contribuiu para o crescimento econômico das regiões beneficiadas, sendo considerada uma política diversa em termos de fomento em turismo.

Devido aos resultados de sucesso do PRODETUR I, surgiu a criação e consequente aplicação do PRODETUR II, cuja finalidade foi o de melhorar a qualidade de vida da população dos polos turísticos, situados no litoral nordestino, através da capacitação profissional. Também teve como

⁹Essa zona turística abrange a capital do Estado (Salvador), além dos municípios de Cachoeira, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Nazaré, Salinas de Margarida, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz. É considerado o principal portão de entrada para o turista que visita a Bahia (www.setur.gov.br/guia-do-investidor/geografia-do-turismo). Acesso em 25 de Fevereiro de 2015.

¹⁰ Costa dos Coqueiros; Baía de Todos os Santos; Costa do Dendê; Costa do Cacau; Costa do Descobrimento; Costa das Baleias; Chapada Diamantina.

foco apoiar os investimentos e ações para gerar renda turística e garantir que os governos municipais gerenciassem de forma eficaz os investimentos e fluxos de turismo, além de promover benefícios para a população permanente.

No estado da Bahia foram definidas quatro regiões estratégicas que seriam beneficiadas nessa etapa (Costa do Descobrimento; Chapada Diamantina; Litoral Sul; e Salvador e Entorno) e 91% das ações foram executadas entre os anos de 2007 e 2011 (BAHIA, 2012). Reportando-nos sobre os investimentos do PRODETUR II voltados para a Ilha de Itaparica, podemos mencionar que, somente nessa fase, esse espaço recebeu investimentos em infraestrutura. As obras executadas ficaram sob a responsabilidade de dois órgãos baianos: a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia.

De acordo com a CONDER (2012), na Ilha de Itaparica, particularmente na cidade de Itaparica, foram revitalizados os seguintes elementos: execução de serviços de engenharia para a Urbanização Paisagística e Funcional da Fonte da Bica e do Centro Histórico, além de intervenções para recuperação da estrutura do Solar Tenente das Botas. Além disso, observamos que, mesmo nessa 2ª etapa, também não foi contemplada na Ilha de Itaparica a qualificação (capacitação) profissional, embora essa tenha sido uma proposta dessa etapa.

Considerando, porém, a necessidade de requalificar a região para o turismo, o valor foi irrisório, uma vez que as necessidades são bem superiores. Ao tratar da questão de qualificação e/ou infraestrutura, falamos sobre qualificação e capacitação de mão de obra, melhoria do acesso, estradas, limpeza urbana, recuperação do Patrimônio Histórico, manutenção dos atrativos turísticos, entre outros fatores. Essas características básicas, inclusive, só favorecem o distanciamento de turistas e “novos” turistas para a Ilha de Itaparica, o que compromete toda a cadeia turística.

Em linhas gerais, o objetivo do PRODETUR/NE I e II foi o fortalecimento dos estados nordestinos em competir na esfera nacional e internacional. Aconteceu de fato um investimento intenso no setor turístico, entretanto, apesar da Costa dos Coqueiros e da Baía de Todos os Santos terem recebido mais investimentos do que as outras zonas, os municípios de Vera Cruz e Itaparica, foram, de certo modo, poucos beneficiados no que tange a tais investimentos.

04. Procedimentos metodológicos

Do ponto de vista teórico-metodológico, a elaboração da pesquisa compreendeu um caráter dinâmico à luz das diferentes abordagens teórico-conceituais e do conhecimento empírico. Cumpre salientar que o estudo foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa. Conforme Richardson (2007), ao falarmos em abordagem qualitativa, nos referimos ao processo de análise que abrange os

fenômenos da realidade a partir das movimentações internas e externas, em fluxos convergentes e divergentes, que existem no seio do objeto estudado.

A observação dessas movimentações permite que, de modo mais específico, sejam interpretadas as características, assim como os significados, inerentes tanto ao contexto histórico-social dos fatos estudados, quanto aos fatos propriamente ditos. Nesse sentido, por sua vez, o método de procedimento empregado foi o estudo de caso, o qual foi escolhido porque buscamos analisar o caso da Ilha de Itaparica, considerando-o enquanto um fenômeno particular e, ao mesmo tempo, representativo de outras comunidades, bem como comparável a elas (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Além disso, o processo investigativo envolveu também a pesquisa bibliográfica e a cartográfica, bem como a pesquisa em documentação (fontes primárias e secundárias) e arquivos, para além das entrevistas, da observação direta e observação participante. Realizamos, igualmente, a pesquisa de levantamento e, em seguida, a pesquisa de campo, considerada muito importante por englobar a coleta de dados.

A pesquisa de campo foi de cunho explicativo, uma vez que esse instrumento permitiu a utilização de uma variedade de procedimentos de coleta como a aplicação de questionários (cuja finalidade foi o de identificar o perfil dos visitantes) e a entrevista semiestruturada.

As entrevistas foram realizadas com representantes dos órgãos oficiais de Turismo do Estado, municípios e o *trade* turístico. Para a apreciação das informações coletadas por meio das entrevistas realizadas com os sujeitos escolhidos, utilizamos a técnica de análise denominada de Análise de Conteúdo, uma vez que possibilita que as informações sejam confrontadas com outras já existentes, podendo permitir ampla generalização. Mediante o emprego desta técnica, procuramos analisar, descrever, explicar, por fim, compreender e, ao mesmo tempo, interpretar o que foi possível coletar nas falas dos depoentes (BARDIN, 1977).

Considerações finais

Em todo o contexto do trabalho, torna-se perceptível a essencialidade de uma inter-relação melhor estruturada entre o planejamento e a dinâmica turística no âmbito do Poder Público. Dessa forma, esclarecemos que ações governamentais são relevantes e que sua aplicação, de maneira coerente, pode proporcionar crescimento e desenvolvimento de forma expressiva e significativa à atividade turística e a toda a sociedade. Acreditamos, dessa forma, que é necessária uma melhor articulação entre o Governo estadual e o terceiro setor no sentido de contribuir efetivamente para melhorias nessas localidades e, desse modo, promover um desenvolvimento planejado e eficiente, colaborando também com a liderança local. Do mesmo modo, vemos como fundamental o

estabelecimento de parcerias que envolvam o governo estadual, o municipal, o *trade* turístico e a sociedade como um todo em prol de um desenvolvimento turístico sustentável na Ilha de Itaparica.

Entendemos, a partir da pesquisa realizada, que o principal problema relacionado à atividade turística na Ilha se dá pela ausência de planejamento estratégico, o que interfere diretamente na dinâmica de funcionamento dessa atividade. Os dados colhidos e apresentados ao longo desse estudo também sugeriram que essa ausência se deve, em grande parte, à falta de interesse da atuação do poder público, em seus diversos níveis, mas também se refere à falta de articulação das instâncias governamentais com o *trade* turístico e, conseqüentemente, com a população como um todo.

Por sua vez, falta, por parte dos empresários, um maior envolvimento na região a fim de dinamizar e aprimorar a atividade turística nessa localidade. Dessa forma, frente ao cenário geral obtido com base na pesquisa empreendida, compreendemos que uma ressignificação da atividade turística na Ilha de Itaparica só será possível mediante efetivas ações de planejamento para o desenvolvimento sustentável da atividade turística, as quais articulem as instâncias governamentais públicas e a sociedade civil, bem como novas formas de exploração e ampliação dessa atividade na Ilha de Itaparica.

Ao longo dessa pesquisa, procuramos estabelecer inter-relações entre os campos de estudo: Turismo; Planejamento Turístico, Políticas Públicas de Turismo, PRODETUR/NE e Ilha de Itaparica (BA). Estas variáveis foram selecionadas por entendermos que elas compõem a base de sustentação da presente análise, visto que, precisamos do aporte teórico oferecido pelo conjunto desses componentes. Desse modo, após a análise dos dados e das informações provenientes das pesquisas bibliográficas e de campo, foi possível estabelecer algumas relações sobre a dinâmica e a situação da atividade do turismo nesses municípios.

Percebemos, por exemplo, que a ausência de diálogo entre as gestões municipais de Vera Cruz e de Itaparica contribui para a falta de um planejamento conjunto que venha a fortalecer o turismo na região da Ilha de Itaparica, conforme apontam os dados colhidos nas entrevistas com os representantes das gestões municipais e do *trade* turístico. Em todo o contexto do trabalho, torna-se perceptível a essencialidade do Poder Público no turismo. Dessa forma, esclarecemos que suas ações são relevantes e que sua aplicação, de maneira coerente, pode proporcionar crescimento e desenvolvimento de forma expressiva e significativa à atividade turística e a toda a sociedade.

Por fim, reiteramos que, enquanto considerações finais, entendemos como fundamental que ocorra de modo planejado, a formação de parcerias entre as instâncias governamentais estaduais e municipais, o *trade* turístico e a sociedade civil. Vislumbramos que tais parcerias podem funcionar como uma alavanca para a atividade turística na Ilha de Itaparica no sentido de que o diálogo

engendrado entre essas instâncias de atuação e competências diferentes pode levar à configuração de novas rotas turísticas, tendo por base o desenvolvimento sustentável da atividade turística e que se volte às múltiplas potencialidades culturais e paisagísticas que a Ilha de Itaparica oferece, seja no formato do turismo náutico, do cultural, do ecoturismo ou, mesmo, uma melhor exploração do turismo de sol e praia.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Lenilton Francisco de. **A difusão do Turismo de Segunda Residência nas paisagens insulares: um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá – PE**. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001a.

BAHIA. **Plano de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural**. Itaparica (Bahia). Secretaria do Turismo da Bahia, Brasil, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: formação de gestores das políticas públicas do turismo. NETTO, Alexandre Panosso; SILVA, Francisco José Pereira; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (ORG). Florianópolis: SEAD/FAPEU/UFSC, 2009. 312 p.

GAUDENZI, Paulo Renato Dantas. **Planejamento & Experiências**: turismo na Bahia. Salvador: Omar Editora, 2008. 200 p.

_____. **Bahiatursa**. 30 anos 1968-1998. Empresa de Turismo da Bahia. Salvador, 1998. 96 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2010. Disponível em:<www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de Maio de 2015.

ITAPARICA (BA). Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Itaparica**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional- CAR (BA), 2003 - 2005. 6v.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. Planejamento e Gestão do Turismo e do Meio Ambiente na Bahia. In: **Gestão & Planejamento**, v.1, Nº 1. UNIFACS, 1999. p. 01-21.

MOLINA, Sergio. RODRÍGUEZ, Sergio. **Turismo**: Planejamento Integral: um enfoque para a América Latina. Bauru, SP: EDUCS, 2001.

OSÓRIO, Ubaldo. **A Ilha de Itaparica**: história e tradição. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979. 564 p.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. Ed., São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Dário Tavares. **Heranças e lembranças**: educação, patrimônio cultural e desenvolvimento em Itaparica. 2011. 210 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Departamento de Educação, 2011.

SOARES, Cláudia Mesquita Pinto. **Dinâmica do Turismo na Baía de Todos os Santos**: O caso da Ilha de Itaparica. 2003. 194 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional). Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Salvador (UNIFACS). Salvador, 2003.



O caminho das missões como produto turístico de integração regional

The way of missions as a tourist product of regional integration

Luciana Scherer¹¹

Carlos Augusto Alves¹²

Louise de Lira Roedel Botelho¹³

Ronnie Schroeder¹⁴

¹¹ Administradora (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Bacharel em Turismo (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Mestre em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul). Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Extensão Cerro Largo – RS, Brasil. Endereço: Rua Major Antônio Cardoso, 749. Centro, Cerro Largo – RS, CEP 97900-000
Email: lucianascherer@yahoo.com.br

¹² Jornalista e Bacharel em Turismo (PUCRS) e Mestre em Ciências Sociais (PUCRS). Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus Santo Ângelo – RS, Brasil. Possui ampla experiência em turismo e hotelaria.
Endereço: Rua São Nicolau, 601 - Centro, São Miguel das Missões - RS, 98865-000
Email: casalves@terra.com.br

¹³ Administradora (Universidade do Vale do Itajaí), Mestre, Doutora e Pós Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento (Universidade Federal de Santa Catarina). Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul, no curso de Administração e no Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Foi coordenadora do curso de Administração e atualmente é coordenadora da ITCEES (Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários) Campus Cerro Largo - RS
Endereço: Rua Major Antônio Cardoso 570 - Centro - Cerro Largo - RS. CEP 97900-000
Email: louisebotelho@uffs.edu.br

¹⁴ Administrador (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Especialista em Recursos Humanos (Fundação Desenvolvimento Recursos Humanos do Rio Grande do Sul). Servidor Público na Universidade Federal da Fronteira Sul. Integrante da ITCEES (Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários) Campus Cerro Largo – RS
Endereço: Rua Major Antônio Cardoso 570 - Centro - Cerro Largo - RS. CEP 97900-000
Email: ronnie.schroeder@uffs.edu.br

Resumo

O turismo, concebido pelo sistema capitalista como uma mercadoria a ser consumida pelos turistas, ao associar-se ao patrimônio natural é visto ideologicamente como uma forma de promover a preservação ambiental. Assim, esse trabalho propõe a análise da relação sociedade-natureza e turismo direcionado à preservação do patrimônio natural, a partir de uma pesquisa qualitativa, exploratória e interpretativa, de referências bibliográficas que abarcamos conceitos de turismo e patrimônio natural e a relação sociedade-natureza. Conferiu-se, assim, a necessidade da mudança de posicionamento e postura do turista durante a prática do turismo, de forma ativa, interativa e relevante, a fim de promover o “religar-se” aos valores simples e profundos do Homem, promovendo-o como parte integrante da natureza.

Palavras-chave: Turismo. Patrimônio natural. Relação sociedade-natureza. Ética do cuidado.

Abstract

The tourism, conceived by the current capitalist system as a commodity to be consumed by tourists, by associating with natural heritage is ideologically seen as a way to promote environmental preservation. This work proposes the analysis of the relationship between society and nature and tourism directed to the preservation of natural heritage, based on a qualitative, exploratory and interpretative research, bibliographical references that cover the concepts of tourism and natural heritage and the relationship between society and nature. The need to change the position and posture of the tourist during the practice of tourism in an active, interactive and relevant manner was thus reinforced in order to promote the "re-linking" with the simple and profound values of Man, promoting him as Integral part of nature.

Keywords: Tourism. Natural heritage. Relationship between society and nature. Ethics of care.

INTRODUÇÃO

A vida na Terra se iniciou por volta de 3,5 bilhões de anos por seres pouco complexos e microscópicos, conforme abordagens feitas por Fritjof Capra (2006, p. 174). Plantas e animais emergiram do microcosmo há menos de um bilhão de anos e mais de 99% de todas as linhagens de espécies que existiram no planeta foram extintas ou deram origem a novas linhagens, segundo a história evolutiva.

Edgar Morin (2005, p. 52) acrescenta para essa reflexão que a vida emerge no planeta como emanção e criação da Terra, “se espalha nos mares, alastra-se nos solos que se formam e se cobrem de árvores e plantas, voa nos ares com os insetos e as aves”. Obedecendo a segunda lei da termodinâmica, os ecossistemas evoluem por desorganizações e reorganizações: “nossas eras se sucedem através de uma dialética de inovações, acidentes, catástrofes”, estabelecendo nesse movimento evolutivo “uma extraordinária cooperação” entre os seres. A vida, portanto, nascida no Planeta, é solidária. Para o autor, “toda vida animal tem necessidade de bactérias, plantas, outros animais” (MORIN, 2005, p. 53), sendo assim, há uma “solidariedade ecológica”, onde nenhum ser, até mesmo o Homem, pode libertar-se da biosfera.

No surgimento do século XIX, por meio da revolução industrial, ocorreram grandes mudanças nas relações do homem com a natureza. Tais mudanças, oriundas do isolamento do indivíduo, separando-o da sociedade e de seu ambiente natural, continuam a promover, até os dias atuais, um desenvolvimento social-econômico pautado na violência, na destruição, na exploração e na alienação do homem, direcionando-o para a formação de uma sociedade de risco. Esta nova sociedade, cercada de autoameaças em potencial, promove a mercadorização das coisas e a desvalorização da coletividade, dissolve a solidariedade e estimula o individualismo e o egoísmo em seu meio.

A natureza, subjugada e explorada por essas mudanças foi transformada em produto predeterminado e fabricado, tornando-a frágil, o que aumenta a possibilidade de riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, fruto do intenso processo industrial típico da sociedade capitalista. O meio ambiente natural é visto isoladamente, como se o ser humano não o integrasse, e sem o questionamento a respeito do ambiente social e cultural que o permeiam. Tal posicionamento é confirmado pelas abordagens feitas por autores como David Harvey (2004) e Ulrich Beck (2010), ao afirmarem que o processo de mercantilização vigente no sistema capitalista pode emergir pelas relações humanas, por diferentes modalidades de comportamento [competitivo, adaptativo ou colaborativo].

O turismo, também influenciado por esse direcionamento, é absorvido pelo desenvolvimento técnico-econômico, que o transforma em um fenômeno tecnológico-industrial, que resulta na sua comercialização global, como um produto.

A partir desse contexto inicial, o presente trabalho busca promover uma reflexão sobre o conceito epistemológico de turismo relacionado com a proteção do patrimônio natural, especificamente na relação sociedade-natureza.

A pesquisa que o embasa permitiu a observação de desdobramentos relativos à postura do turista e suas responsabilidades na prática turística, postura e responsabilidades estas, identificadas na teorização de Karel Kosik (1976, p. 9), que posiciona o sujeito como um ser que age, de forma objetiva e prática, na sociedade, posicionando-o como construtor de suas escolhas e por suas relações em sociedade, capaz de adotar uma postura responsável perante à natureza”.

A RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA

A partir do século XIX, com a “idade de ferro planetária” (Morin e Kern, 2005), a ampliação do desenvolvimento tecnológico e industrial dá-se associada às consequências do imperialismo e do colonialismo explorador massificado, de modo a fortalecer a ruptura do Homem com a natureza.

Conforme as teorizações de Ulrich Beck (2010, p. 9), nesse período a natureza passou a ser “subjugada e explorada” e assim, transformada de “fenômeno pré-determinado” em um “fenômeno fabricado”, a fim de ser absorvida pelo sistema industrial e tornar-se indispensável para o modo de vida industrializado, não importando os riscos consequentes.

Muitas florestas e áreas virgens foram destruídas para fins comerciais nesse período, o que originou a preocupação crescente com a proteção da vida selvagem, de forma a demonstrar que a onda de destruição do mundo natural ameaça a própria existência do Homem sobre a terra. Em sua obra “O Mito Moderno da Natureza Intocada”, Antônio Carlos Sant’ana Diegues (2000) refere-se a duas visões de conservação do mundo natural: a visão Conservacionista e a visão Preservacionista, sintetizadas pelas propostas de Gifford Pinchot e John Muir.

A visão Conservacionista, criada por Gifford Pinchot, originou o movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional, por meio da transformação da natureza em mercadoria. Acreditava-se, segundo Diegues (2000, p. 29), que a conservação deveria basear-se em três princípios: “o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos”. Essas idéias foram precursoras do conceito hoje denominado de “desenvolvimento sustentável”.

Já a visão oposta ao Conservacionismo, criada por John Muir como Preservacionista, é descrita como “a reverência à natureza no sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem” (DIEGUES, 2000, p. 30) e tem como premissa a proteção da natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Nessa perspectiva, qualquer intervenção humana na natureza era tida como intrinsecamente negativa.

As teorias sociais do século XIX e as mudanças ocorridas no século XX transformaram a natureza em algo predeterminado, subjugado, a ser explorado e transformado pelo Homem em um produto de consumo, sem levar em consideração a questão da destruição, mas sim a manutenção da dinâmica econômica, política e social do indivíduo. Com isso, o Homem perde sua identidade individual e passa a seguir os padrões comportamentais impostos pelo sistema produtivo.

Milton Santos (2007, p. 51), em suas análises, esclarece que o sistema de produção industrializado, com foco não mais no Homem, senão no mercado, gera “fenômenos históricos condicionados pelos seus interesses específicos”, de modo a capturar o Homem nas armadilhas denominadas “bens de consumo”. O autor, ao se apropriar do conceito trabalhado por Navarro Britto (SANTOS, 2007, p. 52 *apud* BRITTO, 1977, p. 344) conceitua a alienação como “o processo de fragmentação do conhecimento e, conseqüentemente, distorção da realidade humana”, apresentando em seguida sua própria definição como sendo “consequência da contraposição do Homem, de um lado, e da economia, da política, da técnica, da cultura etc., de outro lado”.

Nesse panorama social, o sentido da vida muda de forma, partindo dos valores éticos e comportamentais para os valores de posse e acúmulo. Os produtos ganham sentido na vida do Homem e incentivam-no ao acúmulo dos bens materiais, não para sua sobrevivência, mas para a satisfação do prazer criado e incentivado pelo sistema industrial. O trabalho perde o seu significado inicial, o da condição humana, e passa a escravizar o Homem, conforme se dá o desenvolvimento econômico e social. Assim, a transformação da natureza em produto a ser consumido pelo Homem, gera novos ambientes, em rápida escala produtiva, os quais podem emergir em “diferentes modalidades de comportamentos humanos competitivos, adaptativos ou colaborativos”, segundo Harvey (2004, p. 276).

Maria Adélia Aparecida de Souza (2009, p. 25) cita em seu artigo intitulado “Meio ambiente e desenvolvimento sustentável – as metáforas do capitalismo” que, nos dias atuais, o conceito de natureza e meio ambiente, além das questões relacionadas com o desenvolvimento e a sustentabilidade, ainda não são discutidas suficientemente do ponto de vista epistemológico e metodológico (teórico e conceitual). O que ocorre são processos geográficos, biológicos e geológicos interagentes que podem e devem ser cientificamente estudados, mas que ainda estão sendo tratados como metáforas, discursos políticos e não como temas científicos.

A questão ambiental tem-se confundido epistemologicamente, misturando em suas abordagens a história da natureza (*natureza naturata*) com a história do mundo (*segunda natureza*). A sustentabilidade hoje é interpretada como um discurso político poderoso e falacioso (SOUZA, 2009, p.23), de forma semelhante ao conceito de desenvolvimento, do qual os países pobres acreditam se beneficiar, mas que na verdade, tem como prioridade a preocupação com o mercado e o capital, não com a humanidade, ou seja, a vida no planeta.

Edgar Morin (2005, p. 82) retrata que, atualmente, se vê “a tecnicização generalizada, a industrialização generalizada, a urbanização generalizada, com seus efeitos ambivalentes, sem que ainda se saiba quais irão prevalecer”, o que deixa o Homem em uma posição incerta, sem saber como mudar a situação, como dialogar com tais questões e como corrigir as falhas ou combater os riscos gerados, principalmente em relação à natureza, tendendo a adotar postura passiva, deixando o controle na mão do sistema produtivo.

Ao buscar compreender as relações sociais na natureza, Costa et al. (2015) apresentam que são várias as atitudes dos Homens face à natureza, resultantes de diversas concepções de mundo projetadas sobre ela, dentre as quais as de “selvagem, sublime, pura, divina, objeto de conhecimento, útil, recurso, etc.” (COSTA et al., 2015, p.2). Desta forma, a natureza presta-se a atender aos apelos do imaginário do indivíduo, tomando-a como estímulo para a prática das

atividades cotidianas. Tais, estímulos, quando relacionados ao turismo, alimentam os mitos dos ecoturistas, as preocupações dos ecologistas e dos ambientalistas, as fantasias dos que idealizam a natureza como sagrada, além de atender aos interesses dos que a utilizam como uma mercadoria. Os estímulos gerados pelo turismo são: “os recursos naturais - para diversas práticas desportivas; a contemplação e a naturofilia¹⁵ - enquanto disposição afetiva contemporânea em relação à natureza -” (COSTA et al., 2015, p.3).

Embora o entendimento sobre o natural tenha se ampliado, ainda permanece um posicionamento alheio à intervenção social, como o padronizado pelo sistema capitalista. O capital promove uma relação mercadológica com tudo e com todos os inseridos em seus processos e, da mesma forma, aplica um “valor de troca” aos homens e à natureza. Logo, essa relação deixa de ser “interação” e passa a ser uma “alienação”. Essa posição alienada do indivíduo direciona o Homem a uma “sociedade de risco”, como tratado por Ulrich Beck (2010) em seu trabalho “Sociedade de risco: Rumo a outra modernidade”, que incentiva, cada vez mais, o Homem ao acúmulo e ao consumo de bens supérfluos e descartáveis, promovendo o tratamento superficial das questões relacionadas ao ambiente natural e à natureza.

O VALOR SIMBÓLICO DA NATUREZA E SUA PATRIMONIALIZAÇÃO

A contínua exploração do ambiente natural pelo Homem, originada no modo de produção capitalista pelo domínio das atividades agrícolas, e posteriormente, pela evolução das técnicas industriais, distanciou cada vez mais a vida cotidiana do Homem do meio ambiente. A natureza passou assim a ser vista como fornecedora de matéria-prima e transformada em recurso natural. A partir de então, o Homem, considerado “o rei da criação” por Diegues (2000, p. 23), iniciou o processo de desvalorização do “mundo natural”, tornando-se alienado e dominado pelo sistema de produção, o que promoveu a valorização estética da natureza, ou como denomina Diegues (2000, p. 53), o “simbolismo estético”.

A distância que separa a sociedade da natureza faz com que os homens, alienados, não visualizem os fenômenos sociais, políticos ou econômicos existentes nessa relação, passando a ver o ambiente natural apenas como uma imagem romantizada, um mundo natural intocado e intocável. Toma-se então, uma atitude de contemplação da natureza selvagem, tornando-a “um lugar de reflexão e de isolamento espiritual”, conforme tratado por Diegues (2000, p.24).

O símbolo de “paraíso perdido” remete o Homem urbanizado à idéia de uma beleza primitiva, da apreciação de uma natureza anterior à intervenção humana, da apreciação do belo, do

¹⁵ Naturofilia, segundo Maria Geralda Almeida, é um termo usado por Roger Béteille na obra “Le tourism vert” do ano de 2000, que expressa a “disposição afetiva, contemporânea, em relação à natureza, sobretudo instigada pelas práticas do turismo que, paradoxalmente, é produtor e consumidor do ambiente” (ALMEIDA, 2008, p. 78).

harmonioso, da paz interior proveniente da admiração da paisagem intocada (DIEGUES, 2000, p. 59).

Esse aspecto simbólico da natureza, transformada em arquétipo de um paraíso perdido da humanidade, promoveu o avanço do movimento de patrimonialização do espaço natural. O patrimônio [identificado como o reconhecimento de um espaço delimitado e legalmente protegido, inclui tanto edificações e obras (patrimônio histórico cultural) como locais de interesse paisagístico e ecológico (patrimônio natural)] é relacionado conforme os parâmetros estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO –, desde 1948, como:

[...] monumentos históricos, conjuntos urbanos, locais sagrados, obras-de-arte, parques naturais, paisagens modificadas pelo Homem, ecossistemas e diversidade biológica, tesouros subaquáticos, objetos pré-históricos, peças arquitetônicas e tradições orais e imateriais da cultura popular. (BO, 2003, p.17)

A natureza, recebendo o tratamento de “Patrimônio Natural” pela UNESCO, desde 1970, por meio do processo de tombamento, devido seu valor simbólico e de importância preservacionista e histórica para o ambiente natural e o Homem, passou a ser entendida como parte integrante da sociedade, ligada às práticas sociais e à memória cultural da coletividade, conforme as abordagens de Simone Scifoni (2006) em sua tese de Doutorado “A construção do patrimônio natural”.

Segundo a autora, o patrimônio natural surge como um produto relacionado à cultura e é possível perceber duas direções no sentido de sua construção teórica. A primeira, no plano mundial, firmando-se como expressão de grandiosidade e beleza, com valor afetivo, e que, por sua vez, advém de um sentido de monumentalidade como preocupação estética. A segunda pressupõe a intocabilidade, ou seja, os grandes testemunhos da natureza monumental e espetacular que foram poupados da intervenção humana (SCIFONI, 2006, p. 27).

Vale também destacar a abordagem trazida por Costa *et al.* (2015, p.14) afirmando que “a natureza é revelada como ponto de interpretações, atrações, representações e transcendências” e que sua patrimonialização supõe a emergência da cultura do estético, que a alinha à natureza social. Tal cultura traduz-se em “consumo visual e representa o empoderamento (às avessas) massivo da e na natureza natural, cuja consciência ou imaginários são reproduzidos no contexto do discurso de fuga das novas angustias ou tormentos urbanos” (COSTA *et al.*, 2015, p. 3).

Para maior visibilidade sobre o que é considerado patrimônio natural, apontam-se os itens relacionados no artigo segundo da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural¹⁶, de 16 de novembro de 1972, conforme a seguir:

¹⁶A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, também conhecida como Recomendação de Paris, é um compromisso internacional elaborado pela UNESCO e apresentada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, realizada em 17 de outubro a 21 de novembro, em Paris, no ano de 1972.

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio natural:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; e
- os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (CON6ENCIÓN, 2016).

O termo Monumento Natural foi estabelecido no Brasil, pela primeira vez, na Constituição Federal de 1937, promovendo um avanço nas análises a respeito do assunto, conforme apresentado no artigo 134, a seguir:

Artigo 134: os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da nação, dos estados e municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (BRASIL, 2016a).

Também no ano de 1937, pôde-se ter como referência a primeira legislação federal específica, o Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, que em seu artigo primeiro, parágrafo segundo, identifica os monumentos naturais como sujeitos a tombamento, “bem como os sítios e paisagens que importem conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 2016b).

No Brasil, encontram-se como “Patrimônio Natural Mundial” as formações geológicas e regiões que constituem *habitat* de espécies de animais e vegetais ameaçadas de extinção, com valor científico ou de conservação, como o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional das Emas, no Estado de Goiás, ambos criados no ano de 1961 e incluídos na Lista da UNESCO como patrimônio natural em 2001.

Nesse contexto de ressignificação de lugares, tendo como fator propulsor o empoderamento da natureza natural, merece destaque o processo de votação que vem sendo realizado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal para a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 504/2010, que altera o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, com o fim de incluir o Cerrado brasileiro e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional, promovendo a regulamentação do uso desses biomas, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2016c).

A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA PROMOVIDA PELO TURISMO

Sendo o turismo uma prática transdisciplinar, “que nasce no espírito do filósofo e na luta do sujeito pela liberdade” segundo Moesch (2004, p. 399), identificou-se, na complexidade existente entre a relação do turismo e o patrimônio natural junto à relação sociedade-natureza, o atual posicionamento de transformação da natureza em algo explorado e transformado em produto a ser consumido, como observado nos embasamentos de Everaldo Costa (2010), Milton Santos (2009), Edgar Morin (2005) e Diegues (2000). Tal posicionamento não leva em consideração as questões práticas da preservação ou proteção, que são identificadas por Maria Adélia Souza (2009) como um discurso político falacioso nos dias de hoje, mas sim, a questão da manutenção da dinâmica econômica e política do capital. Com isso, o Homem perde sua identidade individual e se permite seguir padrões comportamentais impostos pelo sistema produtivo.

Contrapondo tal posicionamento, conforme os embasamentos de Mészáros (2009, p. 20), a modificação do modo de pensar a respeito do “domínio do Homem sobre a natureza”, tem por consequência uma “mudança na forma de produção e domínio prático da natureza pelo Homem”, conforme o trecho em destaque retirado das argumentações de Marx, no *Discurso do Método*:

É possível [aplicando o método que introduziu na filosofia] atingir conhecimentos muito úteis à vida e chegar a uma filosofia prática que substituirá aquela filosofia especulativa aprendida nas escolas [modelo cartesiano]. Através dessa filosofia prática, que nos leve a conhecer a força e os efeitos do fogo, da água, do ar, dos astros e de todos os demais corpos que nos cercam, de maneira tão clara quanto conhecemos os diversos ofícios de nossos artesãos, nós poderíamos utilizá-los com a mesma eficiência e para todos os fins a que são adequados e assim nos tornar senhores e possuidores da natureza e contribuir para aperfeiçoar a vida humana (MÉSZÁROS, 2009, p. 20).

Mészáros (2009, p.20) ainda relaciona sua análise com a forma como a humanidade poderia alcançar o domínio consciente das condições materiais e humanas da reprodução social, ou melhor, “o domínio dos homens sobre si mesmos”, suas condições sociais de existência e o intercambio humano, que, conforme o autor, “inegavelmente afeta, frustra e, em última análise, chega a anular também a realização da tarefa mais limitada de domínio do Homem sobre a natureza”, o que equivale apenas a obedecer cegamente aos imperativos do valor de troca.

O autor também apresenta que as práticas produtivas vigentes, identificadas como dominantes, estão ligadas indissolúvelmente às práticas das ciências naturais sob o domínio da lógica do capital, dos interesses do valor de troca e da ideologia que permeia o “avanço social” em suas propostas. Tais pontos de vista têm como base de interesse, relacionados diretamente à economia política, conforme os embasamentos do autor, a expansão produtiva por meio da ciência e da conformidade ideológica desse avanço social (MÉSZÁROS, 2009, p. 25).

Uma das principais características que define o modo de produção aqui analisado, o qual autentica diretamente o plano da consciência social, é a tendência geral ao “formalismo abstrato do horizonte global” imposta pela prática, conforme definido por Mészáros (2009 p. 27-28). Para o autor, os interesses ideológicos que dão base a essa tendência universalista estão direcionados (i) à transformação abstrata / redutora das relações humanas hierarquizadas e protegidas pelo sistema produtivo e distributivo capitalista; (ii) à articulação consistente e difusora de “igualdades” ou “equiparações” requeridas para o funcionamento prático do mecanismo produtivo e distributivo do capital; (iii) à eliminação da dimensão histórica da vida socioeconômica do campo de visão, graças a metamorfoses das categorias resultantes das práticas abstratas/redutoras.

O formalismo, também observado em algumas práticas turísticas, tem como função uma efetiva mudança conceitual, que visa transferir os problemas e as contradições da vida real, transpostos do plano social para a esfera legislativa da razão, para formas universais válidas ou conflitos opostos de maneira formalista (MÉSZÁROS, 2009, p. 28).

Por meio dessa interpretação, pode-se concluir que o “turismo”, identificado nesse trabalho como “incentivador” à preservação do patrimônio natural, surge como uma “mudança conceitual”, a fim de atender uma ideologia pautada na beneficência da conservação, mas com uma intrínseca personificação do capital, que ainda atende interesses apenas mercadológicos na sociedade.

A ÉTICA BASEADA NA NATUREZA

Tendo como base as obras pesquisadas, observou-se que a relação sociedade-natureza tem como princípio básico a ética, ou seja, o cuidado e a construção da morada do ser humano. Leonardo Boff (2007, p. 36) ainda esclarece que a natureza é um “conjunto articulado de todas as energias cósmicas em processo de materialização ou desmaterialização” na qual o ser humano possui um lugar singular. Merece destaque, para facilitar a análise, o trecho a seguir:

O ser humano possui nela [natureza] um lugar singular. Ele desempenha uma dupla função. Por um lado, está dentro, é parte da natureza, inserido no imenso processo de evolução natural e cibiontica. Por outro, está de frente, é um vis-à-vis à natureza. Por sua consciência e por seu saber técnico, intervém nela, fazendo-se seu plasmador. Nem por isso deixa de ser parte da biosfera e geologicamente um objeto bem concreto. O ser humano é sempre parte da natureza e interventor da natureza. A relação ser humano-natureza é dialética, quer dizer, ambos se encontram indissolivelmente intrincados um no outro, de tal forma que o destino de um se transforma no destino do outro (BOFF, 2007, p. 36-37).

Nesse contexto, o ser humano se encontra enraizado na natureza e se posiciona como parte integrante da mesma, como um “ser-no-mundo”, que interage com outros seres, por meio da

convivência, com capacidade de exteriorizar o movimento do cuidado, da responsabilidade por sua vida e pela vida dos demais, além de construir o seu próprio futuro.

Ainda com base em Leonardo Boff (2007, p. 39), pode-se registrar que há atualmente, no campo da ética e da moral, seis formas principais de argumentação a respeito da criação de valores, válidos para todos, para a construção de uma ética planetária. São elas: o utilitarismo social; as éticas do discurso comunicativo e da justiça; a ética baseada na natureza; a ética enraizada nas tradições religiosas da humanidade; a ética fundada no pobre e no excluído; e por fim, a ética fundada na dignidade da Terra.

Tendo como foco desta pesquisa a relação sociedade-natureza e o turismo, juntamente com o patrimônio natural, é válido explorar as análises de Leonardo Boff a respeito da ética baseada na proteção da natureza. Para o autor (2007, p. 51-55), o clássico formulador da argumentação ética pela lei natural é Tomas de Aquino, que teve como base teórica os embasamentos de Aristóteles. A moral católica, especificamente retratada nos documentos do magistério pontifício, direciona os indivíduos por meio dessa tendência, com base na convicção de que a autonomia dos sujeitos deve tomar em conta aquilo que se adapte, convém e se coordena com os condicionamentos objetivos da natureza humana. A partir dessa natureza humana, pode-se distinguir o ser humano dos animais, das plantas e dos demais seres vivos, definindo-o como uma espécie que possui um comportamento singular, propriamente humano, caracterizado pela razão, pela fala, pela liberdade, pela responsabilidade, pela criatividade, pelo afeto, pelo cuidado e por sua vez, pela interação com o outro, com o mundo e sua totalidade.

É importante ressaltar que essa capacidade única do ser humano se estabelece enquanto conceito operacional frente a tudo que possa ser considerado ameaçador e perigoso, objetivando, sobretudo, a autopreservação e a sobrevivência humana, e também, a sobrevivência do mundo animal ou ambiental. Desse modo, o “cuidado”, considerado nesta pesquisa como uma ação de cuidar, situa-se enquanto comportamento, ação explícita ou implícita, pelo pensar e agir humanos. É tanto a expressão de um sentimento afetivo como de uma reflexão racional, ambas entendidas como determinantes da capacidade e da potencialidade humana.

O “cuidado” é, portanto, uma atividade ou atitude que envolve mecanismos psicológicos – afetivo, racional, comportamental – que promovem concordâncias e contradições sociais, as quais permeiam a esfera da identidade, do ser como indivíduo social, e que se expressa enquanto configurações sociais nas dimensões qualitativas do campo de abrangência da conexão humana e da empatia.

Esse processo de socialização humana começa, conforme os estudos de Castoriadis (1999), com o nascimento e termina com a morte do indivíduo, e o autor ainda acrescenta:

Ele [o processo] faz do ser humano uma entidade que fala, tem uma unidade social, um estado social, é habitado e determinado por regras, valores, fins e possui mecanismos de motivação que são sempre mais ou menos adequados à manutenção da sociedade existente (CASTORIADIS *in* PENA-VEGA; ALMEIDA [Org.], 1999, p. 43).

A reflexão crítica sobre a prática atualmente realizada no turismo se torna uma exigência na relação sociedade-natureza, enquanto Teoria e Prática, sem a qual a teoria se transformaria em um discurso falacioso e a prática, um atavismo. Esse movimento dinâmico, dialético, entre o “fazer” e o “pensar criticamente sobre o fazer” é muito bem abordado por Paulo Freire (1996) em sua obra “Pedagogia da Autonomia”.

Conforme os embasamentos do autor:

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 1996, p. 38-39).

Quanto mais o turista se assume como sujeito que promove mudanças quando em prática na sociedade, mais percebe as razões de ser tornar capaz de mudar a sua realidade, de promover mudanças, no caso, alterando seu próprio estado de “curiosidade ingênua” para o de “curiosidade epistemológica”, segundo as idéias de Paulo Freire (1996, p. 39).

O que importa, na prática turística realizada, não é a repetição mecânica do gesto, sem reflexão ou crítica a respeito, mas a compreensão dos valores dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada, do medo que, ao ser “educado”, vai gerando coragem. Posicionamento este que vai ao encontro das abordagens de Krippendorf (2009).

Ao identificar o “cuidado” como sendo a relação existente entre o ser humano e as questões relativas à ética e à moral, implica-se uma responsabilidade ao sujeito - turista - de construir a ética do cuidado, quando em prática no turismo e na preservação do patrimônio natural. Assim, encontra-se nas abordagens de Leonardo Boff (2007, p. 79-86), a proposição raiz para se atingir tal objetivo, por meio do fator identificado inicialmente, ou seja, a capacidade de “sentir”, de “ser afetado” e de “afetar” do ser humano.

Segundo o autor (BOFF, 2007, p. 81), a existência jamais é pura existência, é uma “co-existência”, sentida e afetada pela ocupação e pela preocupação, pelo cuidado e pela responsabilidade do ser no mundo e com os demais seres. Exige-se, assim, um “sentir” o mundo, os outros, os demais seres, além do próprio “eu” individual, como uma totalidade única e complexa, inserido no mundo, como parte dele e, ao mesmo tempo, que interage com ele. O sentimento,

conforme Boff (2007, p. 85), também é uma forma de conhecimento, mas de natureza diversa, a qual se insere na razão, transbordando-a por todos os lados.

Nesse contexto, ao resgatar a relação sociedade-natureza, o Homem precisa tomar consciência de que é e faz parte integrante da natureza, senti-la como totalidade, cômico de que suas ações e reações interferem diretamente em si próprio e no meio em que está inserido. Tal tomada de consciência também pode ser interpretada como uma “socialização da natureza”, de acordo com as abordagens já citadas de Costa *et al.* (2015) e Almeida (2008), que propõem, por meio da comunhão entre o indivíduo e a natureza natural, a realização de uma série de operações simbólicas que visem à concretização e à robustez da identidade social, tanto do indivíduo quanto da própria natureza.

Os autores (COSTA *et al.*, 2015, p. 50) questionam em seus apontamentos, se será possível ocorrer uma prática do turismo sem destruir as especificidades ambientais e culturais, hoje consideradas como bens patrimoniais turísticos; e concluem que, no sistema capitalista regido pela lógica da construção destrutiva do patrimônio, há casos reveladores de valorização do lugar, dada a maior participação comunitária na definição das estratégias de desenvolvimento do turismo local, de ações comunitárias em prol do setor e da negociação de parcerias entre os atores públicos, privados e associativos na busca de caminhos que conciliem a preservação do patrimônio natural com a prática do turismo.

A responsabilização advinda da participação comunitária pode ser associada aos embasamentos de Amartya Sen (2010), quando em sua obra “Desenvolvimento como liberdade”, o autor associa a liberdade individual com o comprometimento social de todos os envolvidos no processo criador. Os seres humanos competentes (SEN, 2010, p. 359 não podem se furtar da tarefa de avaliar o modo como as coisas são e da responsabilidade de fazer o que precisa ser feito para introdução de melhorias. Essa responsabilidade, diz o autor, “não é tanto uma questão de ter regras exatas sobre como devemos agir, e sim de reconhecer a relevância de nossa condição humana comum para fazer as escolhas que se nos apresentam” (SEN, 2010, p. 360).

Amartya Sen (2010) em sua obra analisa o desenvolvimento como forma de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, denominadas pelo autor como liberdades humanas, as quais dependem de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas [liberdade à educação e à saúde] e os direitos civis [liberdade de participar de discussões e averiguações públicas].

Já que o turismo ainda se apresenta, de forma prática, arraigado aos interesses capitalistas, o que promove uma ressignificação do patrimônio natural em atrativo a ser consumido, nada mais justificável do que tentar reverter esse modelo definido pelo capital com o foco no ser humano, ou

seja, partindo dele, por meio de investimento no capital humano, não o capital humano destinado ao aumento das possibilidades de produção mercantil, mas sim, no propósito de educar e potencializar sua capacidade de fazer escolhas, de agir e promover mudanças que valorizem e aperfeiçoem sua interferência no território e no meio ambiente ao qual pertence.

Surge, assim, a necessidade de sensibilização do próprio turista quando em prática turística. A tomada de consciência, enquanto ação reflexiva – eu comigo mesmo - é uma exigência humana, é um dos caminhos para que seja possível a construção da prática da “curiosidade epistemológica” citada por Paulo Freire, o que promove, assim, a construção de uma ética do cuidado.

Dessa forma, a afirmação de que a socialização da natureza e a construção de uma ética do cuidado são, seguramente, as práticas mais imperativas a serem adotadas nos dias atuais, dado o nível de descuido que paira como uma ameaça ao Homem sobre a Terra. O aprendizado de tais práticas promoverá uma postura de preocupação com o próprio ser humano e com a natureza, o que possibilitará o surgimento do sentimento de responsabilidade, capaz de salvaguardar a Terra como um sistema vivo e complexo, proteger a vida e garantir a convivência em sociedade, por meio da solidariedade, da compreensão, da compaixão e do amor aos seres humanos e por toda criatura viva no planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo capitalista, regido pela lógica do mercado, o turismo é promovido como um enorme potencial de desenvolvimento econômico e gerador de emprego e renda. Ao mesmo tempo, promove a exploração do ambiente natural e ressignifica-o como atrativo turístico. Assim, o desafio maior para planejadores e empreendedores do turismo, a fim de promovê-lo como fenômeno humano, será o de utilizar a potencialidade e a capacidade de tomada de decisão dos turistas na elaboração de práticas turísticas menos impactantes e que permitam a relação sociedade-natureza mais compassada, respeitando o território, a sociedade e o patrimônio natural. Tal direcionamento pode gerar diretrizes locais e políticas públicas articuladas e mais democráticas, associadas à ética do cuidado e à socialização da natureza, visando a preservação do patrimônio natural.

Esse desafio implica também, na retomada de debates críticos e reflexões participativas sobre novas posturas, éticas e morais, que norteiem a prática do turismo, direcionando-as à educação do sujeito que a pratica. Dessa forma, o turismo deve ser pautado em uma prática emancipatória, que promova mudanças de atitudes e comportamentos e a participação coletiva e altruísta do turista na preservação do patrimônio natural. Exige-se assim a multiplicação das práticas sociais, por meio da criação de espaços de convivência que desencadeiem mudanças estruturais e

congruentes, relações de interdependência, adaptação e organização ecossistêmica, integrando a sociedade novamente à natureza.

Rever o posicionamento e a postura do turista torna-se essencial para a transformação do modo de se fazer turismo, a fim de influenciar e modificar epistemologicamente o turismo enquanto campo do saber e como fenômeno social. O turista precisa também exercer um papel ativo, interativo e relevante no decorrer da prática do turismo no ambiente visitado, de forma a “religar-se” aos valores simples e profundos do Homem como parte integrante da natureza. Tais discussões favorecem análises a respeito da prática do turismo como um fenômeno social, e não apenas econômico.

Finaliza-se esse trabalho reforçando a importância da tomada de consciência com relação à preservação do patrimônio natural, citando Leonardo Boff: “para cuidar do planeta precisamos todos passar por uma alfabetização ecológica e rever nossos hábitos de consumo” (BOFF, 2007, p. 134). Importa assim, favorecer discussões e análises a respeito da prática do turismo como fenômeno social e desenvolver uma ética do cuidado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Ambiguidades e contradições no discurso de naturofilia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 7786, jul./dez. Editora UFPR, 2008.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução: Sebastião Nascimento. Editora 34 Ltda. São Paulo, 2010.

BO, João Batista Lanari. *Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados*. UNESCO. Brasília, 2003.

BOFF, Leonardo. *Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. 2ª ed. Editora Sextante. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 13ª ed. Editora Vozes. Petrópolis/RJ, 2007.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acessado em: 20 jan. 2016a.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acessado em: 20 jan. 2016b.

_____. Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm>. Acessado em: 7 nov. 2015.

_____. PEC 504/2010 - PEC transforma Cerrado e Caatinga em patrimônio nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/150021-PEC-TRANSFORMA->>. Acessado em: 2 dez. 2015.

CERRADO-E-CAATINGA-EM-PATRIMONIO-NACIONAL.html>. Acessado em: 26 jan. 2016c.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução: Newton Roberval Eichenberg. Cultrix. São Paulo, 2006.

COSTA, Everaldo Batista da. A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial. Humanitas: FAPESP. São Paulo, 2010.

_____. Cidades da Patrimonialização Global – simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo. Humanitas, FAPESP. São Paulo, 2015.

COSTA, Everaldo Batista da; ALMEIDA, Maria Geralda de; OLIVEIRA, Rafael Fabrício de et RÚBIO, Rúbia de Paula. Realização social da natureza pelo turismo na Chapada dos Veadeiros. Revue franco-brésilienne de géographie. Nº.25. Revista Online, 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada. 3ª ed. Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. São Paulo, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 41ª ed. Paz e Terra. Coleção Leitura. São Paulo, 1996.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. Edições Loyola. São Paulo, 2004.

KOSÍK, Karel. Dialética do Concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Editora Paz e Terra S. A. Rio de Janeiro, 1976.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução: Contexto Traduções. 3ª ed. revisada e ampliada. Editora Aleph. São Paulo, 2009.

MÉSZÁROS, István. Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método. Tradução Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo, Paulo Cezar Castanheira. Boitempo. São Paulo, 2009.

MOESCH, Marutschka Martini. A produção do saber turístico. 2ª ed. Contexto. São Paulo, 2002.

_____. Epistemologia Social do Turismo. Tese de Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo, da Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo. V. 1 de 2. São Paulo, 2004.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Tradução Eliane Lisboa. 4ª ed. Sulina. Porto Alegre, 2011.

_____. Ciência com Consciência. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 5ª ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2001.

_____. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Tradução Carina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. Terra Pátria. Tradução: Paulo Azevedo Neves da Silva. 5ª ed. Sulina. Porto Alegre, 2005.

PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Elimar Pinho de [Org.]. O pensamento complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Garamond. Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7ª ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

_____. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 10ª ed. Record. Rio de Janeiro, 2001.

SCIFONI, Simone. A construção do Patrimônio Natural. Tese de Doutorado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução: Laura Teixeira Motta; Revisão técnica: Ricardo Dominelli Mendes. Companhia das Letras. São Paulo, 2010.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável – As metáforas do capitalismo. Cronos, Natal-RN, v.10, nº. 2, p. 101 – 117, jul./dez. 2009.



Turismo e cinema na Capital Nacional do Espumante – Garibaldi

Tourism and cinema in Capital Nacional do Espumante- Garibaldi

Vanilson Pereira Silveira¹⁷

Maria Luiza Cardinale Baptista¹⁸

¹⁷ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade - Mestrado, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Pesquisador do Amorcomtur! Grupo de Estudos em Comunicação, Turismo Amorosidade e Autopoiese; Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Francisco (UNIFRA). E-mail: vanilson.silveira@gmail.com

¹⁸ Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP; Profª e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade e dos cursos de Comunicação Social da UCS; Coordenadora do Amorcomtur! Grupo de Estudos em Comunicação, Turismo, Amorosidade e Autopoiese; Profª colaboradora, pesquisadora visitante sênior e pós-doutoranda da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Pesquisadora Ibero-Americana (edital UCS/SANTANDER); Diretora da Pazza Comunicazione. E-mail: malu@pazza.com.br

RESUMO

O artigo visa abordar a relação existente entre: cinema e turismo, tendo como lócus de análise a cidade de Garibaldi, localizada na Serra Gaúcha. Em termos teóricos, envolve uma abordagem transdisciplinar, com estudos de Turismo e relacionados à Comunicação. A metodologia é constituída a partir da estratégia metodológica denominada Cartografia de Saberes (BAPTISTA, 2014), neste caso, envolvendo uma revisão bibliográfica, para a abordagem conceitual da temática proposta, assim como o levantamento das produções realizadas na cidade de Garibaldi. Em termos de resultados da investigação, é possível compreender o cinema como um eficiente e criativo diferencial, no posicionamento e desenvolvimento de novos lugares e atrativos turísticos. Através de suas imagens, a mídia mobiliza os espectadores e desperta o interesse para o que vem sendo estudado, discutido e chamado de Turismo Cinematográfico, envolvendo a visitação de lugares e locações que servem de cenários para produções de filmes e séries cinematográficas ou televisivas. **Palavras-chave:** Turismo. Cinema. Garibaldi.

Abstract

The article aims to address the relationship between: cinema and tourism, having as the locus of analysis the city of Garibaldi, located in the Serra Gaúcha. In theoretical terms, it involves a transdisciplinary approach, with studies of Tourism and related to Communication. The methodology is constituted from the methodological strategy called Cartografia de Saberes (BAPTISTA, 2014), in this case, involving a bibliographical revision, for the conceptual approach of the proposed theme, as well as the survey of the productions carried out in the city of Garibaldi. In terms of research results, it is possible to understand cinema as an efficient and creative differential, in the positioning and development of new places and tourist attractions. Through its images, the media mobilizes viewers and arouses interest in what has been studied, discussed and called Cinematographic Tourism, involving the visitation of places and locations that serve as scenarios for film productions and cinematographic or television series.

Keywords: Tourism. Cinema. Garibaldi.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o cinema tem se consolidado como importante mecanismo para o desenvolvimento turístico, em determinadas localidades, atraindo visitantes a locais usados como cenários, estúdios de produção e a lugares ícones da cinematografia. Através de suas imagens, a mídia cinematográfica mobiliza o espectador, atuando fortemente em seu imaginário, instigando-o a conhecer de fato os lugares vistos. A estratégia de atrair visitantes, por meio do audiovisual é uma tendência mundial, que vem trazendo expressivos resultados, como o aumento do número de turistas em diversos países, que adotaram as produções cinematográficas como forma de promover, divulgar e diversificar o cenário turístico. Um estudo realizado pelo birô de turismo inglês VisitBritain, por exemplo, revela que 30% dos turistas que vão ao Reino Unido escolhem o país por sua exposição na mídia (BRASIL, 2007). Outro case de sucesso com ampla repercussão na mídia e nos meios acadêmicos envolve os filmes da trilogia – O Senhor dos Anéis, gravado na Nova Zelândia, “[...] hoje o país recebe o equivalente a 60% de sua população em turistas” (BRASIL, 2007, p. 8).

Vale ressaltar, porém, que o filme não pode ser visto somente como um mero condutor de imagens, mas como um sistema complexo, capaz de tocar os afetos¹⁹ do espectador, de modo a fazê-lo desejar vivenciar, na prática, as experiências vinculadas aos locais mostrados na tela. A relação entre turismo e cinema vem sendo denominada de Cineturismo (NASCIMENTO, 2005), *Film-induced Tourism* (BEETON, 2005), Turismo Cinematográfico (BRASIL, 2007). Apesar das diferentes denominações, percebe-se que todas possuem o mesmo objetivo, envolvendo a visitação de lugares e locações que servem de cenários para produções de filmes e séries cinematográficas ou televisivas. Nesse sentido, a denominação é o menos importante. O mais significativo é a matriz de significação, no sentido do reconhecimento do papel do cinema, na mobilização para o turismo.

A confluência entre cinema e turismo chama a atenção, especialmente, em termos de estratégias de sobrevivência, em um mercado de produções e serviços, que se mostra complexo e desafiador. Desse modo, os avanços tecnológicos ocorridos na mídia ao longo do tempo instituíram novas tendências de mercado, bem como novas apropriações do público em relação à prática turística. Nascimento (2009, p.18) explica que isso se trata de “[...] um novo modelo de mercado, baseado na estreita ligação entre capitalismo industrial, os meios de comunicação e a indústria cultural que buscavam transformar produto e imaginário em um todo indissociável”.

Nesse contexto, a interação entre cinema e turismo fomenta o desejo do turista em conhecer os lugares abordados pelas produções cinematográficas em suas múltiplas formas. “Por conseguinte, há também o estímulo aos empreendedores turísticos para fornecer produtos com a finalidade de atender essa demanda” (BRUSADIN, ROCHA, 2015, p. 16). Assim, o cinema “[...] gera hoje uma imensa circulação de pessoas, equipamentos e capitais ao redor do mundo, movimentando mercados de produção, distribuição, direitos autorais, tecnologia, entre outros serviços” (BRASIL, 2007, p. 6).

No Brasil, já existem algumas iniciativas de desenvolvimento, embora recentes. É o caso da capital – Brasília, instituída pelo Ministério do Turismo como a “Capital do Cinema” e “Cidade Referência do Turismo Cinematográfico”. A escolha da Capital federal como destino indutor do turismo cinematográfico “[...] levou em consideração a vocação natural de Brasília neste nicho de negócios, por suas locações diferenciadas que podem servir de cenário para filmes e programas de TV” (DHARMA, 2010). Outro exemplo envolve a cidade de Cabaceiras, localizada no sertão paraibano, conhecida como Roliúde Nordestina “[...] foi *O Auto da Compadecida* que projetou definitivamente Cabaceiras como pólo turístico cinematográfico sempre muito procurada por locações e filmagens por se tratar da cidade com menor índice pluviométrico do país” (NASCIMENTO, 2009, p. 61).

¹⁹Perspectiva alinhada aos estudos do Amorcomtur! Grupo de Estudos em Comunicação, Turismo, Amorosidade e Autoipoiese, da Universidade de Caxias do Sul.

Nessa perspectiva, a cidade de Garibaldi, localizada na região da Serra Gaúcha, tem se destacado no cenário audiovisual, devido ao expressivo número de produções que tem conseguindo atrair para a região. Assim, a conjuntura entre turismo e cinema, para permear tal discussão, surge da necessidade de compreender como ambas as áreas, podem direcionar para novos modelos de mercado, como o cinematográfico.

CARACTERIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA

O município de Garibaldi está localizado na região fisiográfica da Encosta Superior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Além da sede municipal, engloba outros dois distritos: Marcorama, São José da Costa Real. O restante dos outros distritos já se emanciparam: Coronel Pilar, Garibaldina, São José de Costa Real, São José de Castro e Boa vista do Sul, anteriormente conhecido como 27 da Boa Vista , totalizando uma área de 169 Km² (Figura 4). O clima mesotérmico e úmido da região define-se, conforme a classificação de Köppen, como do tipo Cfa, caracterizado como Subtropical úmido, com verões quentes, sem estação seca definida. Na estrutura geológica predomina o basalto, e o relevo é montanhoso, característico da Serra Gaúcha: uma região recortada profundamente por rios que formam vales estreitos. As altitudes variam de 300 a 800 metros. Segundo Rambo (2000), a vegetação original do município de Garibaldi era caracterizada pelos campos e pelas florestas dos Pinhais e Estacional Decidual. Garibaldi localiza-se próximo a capital do Estado, distando apenas 105 quilômetros, com uma população estimada de 33.131 habitantes, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).

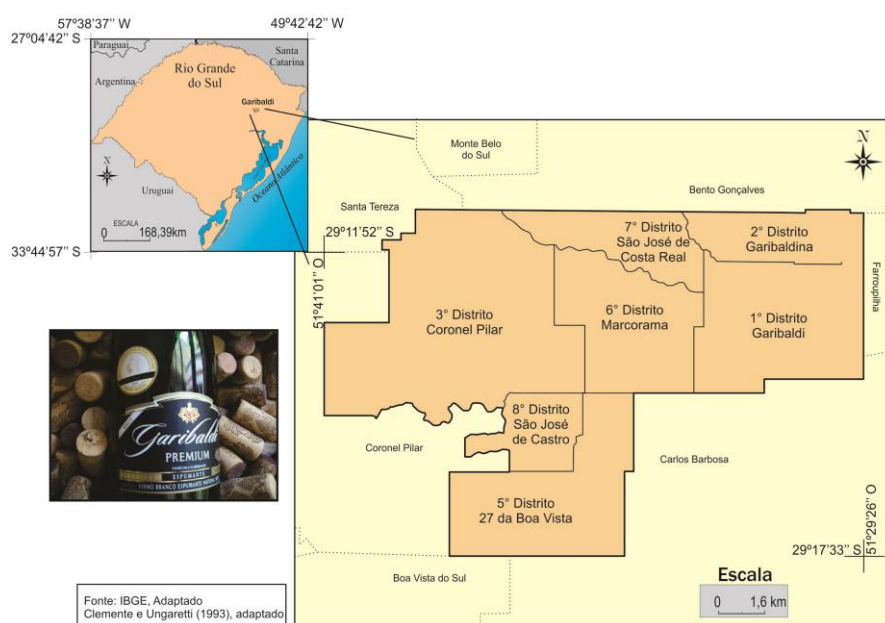


Figura 4. Mapa do Rio Grande do Sul e a localização geográfica do município de Garibaldi e seus distritos. Fonte: IBGE, Adaptado. Clemente; Ungaretti (1993). Adaptado

HISTÓRIA DA CAPITAL NACIONAL DO ESPUMANTE

A vinda dos imigrantes europeus e sua instalação no território rio-grandense, especialmente no local da futura cidade de Garibaldi são fatores que vieram a cumprir a intenção do governo provincial em colonizar o sul do Brasil. Foi o que ocorreu com os imigrantes que estavam adaptados a condições hostis de clima, relevo e vegetação nativa. Assim, diante dos discursos elaborados para atrair o imigrante à “nova terra”, estavam as facilidades de compra de terra e de trabalho. Apesar disso, o cenário idealizado era outro, o que se verificaria desde as condições insalubres de transporte da Europa até o Brasil, até os acampamentos que serviram de base, no período em que eles ainda não tinham suas moradias. Ainda assim, os imigrantes se desafiaram e engendraram na nova condição de vida. Os primeiros imigrantes italianos chegaram à antiga colônia Conde D’Eu, atual Garibaldi, e encontraram, já estabelecidos, um grupo de franceses, que serviu de núcleo base para o povoamento da região. Com o passar dos anos, foram chegando à cidade outras levas de imigrantes, contribuindo para o aumento da população e a emancipação do município (GIRONDI, 2007).

O nome, Garibaldi, é uma homenagem ao italiano Giuseppe Garibaldi, que participou da Revolução Farroupilha (1835-1845) e é considerado “herói dos dois mundos²⁰”. Outro elemento fundamental ligado ao desenvolvimento da cidade é o tropeirismo. Clemente e Ungaretti (1993, p. 12) argumentam:

Nos primeiros anos, não havia carroças de tração animal, o transporte de víveres e de mercadorias era feito no lombo de muas por meio de toscas bruacas ou de prosaicos cestões de taquara. Surgiram, desta maneira, as companhias de tropeiros, que fretavam o transporte de mercadoria ou de pertences dos imigrantes. Os tropeiros, em geral, eram homens de têmpera rija, afeitos ao frio e ao calor, dedicados, conscienciosos e destemidos. Conheciam palmo a palmo o trajeto das estradas e das picadas.

No mesmo ano, a chegada de famílias sírio-libanesas também contribuiu para o desenvolvimento e a diversificação do comércio na cidade. Seus membros eram pedreiros, sapateiros, seleiros e ferreiros. Dentre essas famílias, podem ser mencionadas: Nehme, Lahude, Nejar e Koff. A Lei Orgânica de Bento Gonçalves foi usada para reger o município, até a promulgação da Lei Orgânica de Garibaldi, em 07 de setembro de 1902. O ano de 1917 é considerado um marco na história da cidade, com a chegada da Estação Férrea de Carlos Barbosa e Garibaldi. Até então, o trem era o meio de transporte mais seguro e eficiente para o escoamento da produção e de comunicação com as localidades mais distantes (CLEMENTE, UNGARETTI, 1993).

²⁰Giuseppe Garibaldi também lutou, a partir de 1848, pela unificação italiana e a formação do Estado Nacional da Itália.

Neste contexto, a implantação da ferrovia contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do comércio, da indústria e dos primeiros indícios da atividade turística na região. “Quando junto com o trem chegam os turistas ou veranistas, chegam também às pessoas que por indicação médica procuravam a Serra Gaúcha para tratarem doenças pulmonares”. Assim “[...] o turismo se consolida, tendo como principal evento na década de 70, a inauguração da primeira Estação Artificial de Esqui do Brasil 28, fato que colocou Garibaldi nas rotas turísticas do país” (GIRONDI, 2008, p. 62).

No decorrer dos anos, devido a problemas de gestão, a Estação de Esqui foi desativada, mas a atividade turística consolidava-se, cada vez mais, com outros atrativos, motivada pela cultura local, especialmente, aquela oriunda dos imigrantes italianos. Culturalmente, entre as características mais marcantes da região, estão o aspecto religioso e o cultivo da uva.

CINEMA E TURISMO

A motivação e os fatores que influenciam a escolha de uma destinação turística são múltiplos; contudo, o audiovisual – especialmente o cinema, desempenha um significativo papel na construção dessas expectativas. Conforme Urry (2001, p. 8) afirma:

Os locais são escolhidos para serem contemplados porque existe uma expectativa, sobre através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos. Tal expectativa é construída e mantida por uma variedade de práticas não-turísticas, tais como o cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os discos e os vídeos, que constroem e reforçam o olhar.

Desse modo similar ao turismo, o cinema apresenta o novo, possibilitando ao espectador conhecer o local, a cultura, a história do que está assistindo. Inicialmente a viagem é mental, imaginária, compondo uma matriz imagética de significação e identificação com que está vendo. Assim, um intenso envolvimento com o local pode ser gerado, a partir dos filmes, pela identificação com um personagem e seus dilemas, com o enredo e, especialmente, pela exuberância dos cenários e paisagens utilizadas, instigando o espectador a conhecer esses lugares. “O cinema, portanto, funciona como reforço de poderosos símbolos que podem influenciar a escolha do destino de turistas – individual ou coletivamente” (BRASIL, 2007, p.8).

Nessa linha de pensamento os avanços tecnológicos ocorridos na mídia ao longo do tempo instituíram novas tendências de mercado, bem como novas apropriações do público em relação ao turismo. “A condição pós-moderna induz a um estilo de vida marcado pelo conforto e pelo bem estar. A alta tecnologia e o poderio econômico dos países desenvolvidos possibilitaram investimentos por grandes projetos nas áreas de lazer e turismo [...]” (TRIGO, 1998. p.65).

Gastal (2003) infere que a informação massificada nos veículos de comunicação – entre os quais o cinema se inclui – logo se aliou à publicidade para criar o desejo e a necessidade de consumo

no público. Nessa relação, entram tanto os desejos materiais quanto culturais. “Se consumismos por desejo e por necessidade, significa que consumimos não só produtos, mas também imaginários, idealizações [...]” (GASTAL, 2003. p.56). Ainda segundo a autora, viajar agregou status ao imaginário contemporâneo. Os produtos turísticos tornaram-se bens que a sociedade busca usufruir. “Trabalhar no turismo significa alimentar, reforçar ou renovar imaginários, para além de propostas de marketing”. (GASTAL, 2003. p.57).

Nessa perspectiva, o filme, através de suas imagens, funciona como um dispositivo de acionamento de emoções “os cenários, a música, o vestuário, os personagens, o enredo induzem o indivíduo a criar um imaginário idealizado sobre o local, o povo e a cultura que vêem retratados nos filmes” (ALBERNAZ, 2009, p.16). Assim, o cinema representa, para o turismo, um importante dispositivo para promoção e divulgação de destinos turísticos. Por isso, é considerado um grande mobilizador e propulsor da atividade turística, em lugares, até então desconhecidos pelos viajantes. “O turista moderno não só deseja conhecer novos lugares, mas também se enriquecer com experiências criativas que permitam desenvolver seu potencial com participação ativa no destino” (BRASIL, 2007, p. 4).

Assim as imagens mostradas nos filmes se configuram em importantes estimuladoras do consumo turístico, pois acionam “[...] o sonho e o lúdico nas pessoas, possibilitando-as a romper com os limites da realidade e, dessa forma, experimentarem novas experiências e sensações a partir das imagens exibidas (PERINOTTO *et al.*, 2013).

Nesse sentido o turismo é uma atividade estritamente vinculada às imagens, estas exercendo um papel significativo da decisão de compra do turista. Em muitos casos, “a imagem torna-se mais importante para os olhos do turista que o próprio objeto em si” (BARBOSA, 2001, p. 39). Bignami (2002, p. 13) confirma esta importância e menciona que, “[...] no caso de produtos turísticos, principalmente de lugares, o consumidor não tem como avaliar fisicamente o que está comprando no momento que realiza a compra. Portanto, ele compra a imagem, antes de mais nada”. Nesse mesmo sentido, Coutinho (2009, p.10) enfatiza que “[...] o consumidor compra o produto turístico pela imagem que lhe é vendida, seja por meio dos amigos, pela folheteria, anúncios publicitários, um filme, artigos de reportagens e narrativas em livros”.

Assim a imagem na atividade turística tem um significativo papel, devido ao turismo ser um bem abstrato, uma de suas “características mais marcantes é que se trata de um produto imaterial – intangível – cujo resíduo, após o uso, é uma experiência vivencial”(RUSCHMANN, 1990, p.11). Percebe-se que o turista viaja antecipadamente em sua imaginação. Para Silva (2004, p. 25):

A percepção do ambiente é mais aguçada quando se trata de um lugar turístico, onde a paisagem é um fator de atração. O turista, sensível às representações, tem sua atenção voltada para o aspecto visual dos lugares e para aquilo que ele tem de

pitoresco, de diferente e atrativo aos sentidos, principalmente o que pode ser contemplado pelo olhar: a beleza, a composição e a harmonia das formas e cores não passam despercebidas.

Tal contexto é amplamente difundido, através do audiovisual, sendo que “[...] a literatura, a televisão e o cinema estão entre as principais fontes de informação que definem as imagens turísticas” (BIGNAMI, 2002, p. 19). Desse modo quando uma localidade é retratada em um filme, ela passa a ter visibilidade, o que pode atrair visitantes para conhecer além do que foi visto na obra audiovisual, outros atrativos existentes na região. Esse processo traz divisas para a região e impulsiona o desenvolvimento do turismo e do audiovisual, além “[...] de estimular setores da economia que dão suporte a estas atividades, como alimentação, hospedagem, transporte e equipes de apoio para as mais variadas tarefas inseridas nas atividades” (ALBERNAZ, 2009, p.16). Apenas “Hollywood, o mais profícuo mercado cinematográfico do mundo, gasta anualmente cerca de 13 bilhões de dólares com produções no exterior” (BRASIL, 2007, p. 16).

Desse modo, verifica-se o crescente fluxo de turistas que se deslocam para lugares até então desconhecidos, motivados a partir da aparição do destino da tela do cinema. Esse fluxo vem sendo denominado de turismo cinematográfico. “O fato é que cada vez mais turistas afirmam se inspirar em sucessos do cinema e da televisão para eleger seus próximos destinos” (NASCIMENTO, 2009, p.5). Para Albernaz (2009, p.17):

O turismo cinematográfico se caracteriza pelo movimento dos turistas em dois sentidos: o de conhecer as estruturas que abrigam as produções cinematográficas e os mecanismos que dão forma a este mundo de fantasia, por meio de visitas aos estúdios e sets de filmagem; e o de conhecer os destinos e cenários (locações) onde a narrativa do filme de inspiração da viagem se sucedeu, na tentativa de viver momentos e emoções criadas no filme e introjetadas no imaginário do espectador-turista.

Nessa mesma perspectiva, Nascimento (2009) utiliza o termo Cineturismo para definir a atividade, ressaltando que a convergência entre ambos os segmentos, configura uma forma de turismo baseado na visitação dos locais, que serviram de cenários para os filmes. As locações utilizadas para as filmagens “[...] acabam por influenciar o telespectador, de forma consciente ou não, induzindo-o a incorporar em seu imaginário pessoal os cenários onde se desenvolveram seus tramas favoritas”. Assim “o cinema funciona como reforço de poderosos símbolos que podem influenciar a escolha do destino pelos turistas [...]” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p.8).

Nesse sentido, o “desejo dos espectadores em conhecerem os locais onde seus filmes favoritos foram produzidos fez surgir uma definição para os mesmos, estes são denominados de *set jettrs*²¹. Essas pessoas viajam para vivenciar as emoções mostradas nos filmes” (PERINOTTO *et al.*,

²¹Turistas que visitam um determinado lugar porque foi destaque em livro ou filme.

2013, p. 9). Nascimento (2009, p. 15) inclui “[...] fãs de filmes e programas de TV, assim como de livros famosos, que cruzam o planeta visitando as locações onde foram realizadas as filmagens”.

A sinergia entre turismo e cinema encontra-se no âmbito das novas tendências, no Brasil, embora recente o segmento já conta com ações e discussões voltadas para sua aplicabilidade em diversas regiões. Segundo o estudo de Sinergia e Desenvolvimento entre as Indústrias do Turismo & Audiovisual Brasileira, lançado pelo Ministério do Turismo em (2007, p.6):

O Brasil tem um enorme potencial de produção turística, ou seja, um conjunto de elementos disponíveis que podem ser combinados e convertidos em valores turísticos a serem ofertados aos turistas. E não faltam pólos turísticos, entendidos como conjuntos produtores de turismo, em função da diversidade de patrimônio natural e cultural e das nossas dimensões continentais.

Assim, iniciativas nas esferas públicas e privadas têm procurado uma maior inserção do país, no mercado internacional de produção audiovisual. Através de políticas públicas de fomento e da criação de diversos *film commissions*²²(FCs). Desse modo o fomento do setor audiovisual de um país e os benefícios que ele conseqüentemente traz para o turismo “[...] é diretamente relacionado ao engajamento do governo e à existência de um bem-estruturada e atuante, rede de film commissions, que são uma demonstração bastante evidente da atenção e do preparo da região ao tema” (BRASIL, 2007, p. 16).

No Brasil o setor está organizado através da Rede Brasileira de Film Commissions (REBRAFIC), uma associação sem fins lucrativos, tendo como objetivos: assegurar um nível padronizado de apoio aos produtores nacionais e internacionais, promover todas as regiões do país como locações privilegiadas para produções nacionais e internacionais e organizar e disponibilizar informações dos films Commissions existentes. Atualmente existem 10 entidades estabelecidas: Bento Film Commission, Amazonas Film Commission, Bahia Film Commission, Balneário Camboriú Film Commission, Minas Film Commission, Ribeirão Preto Film Commission, Rio Film Commission, Santos Film Commission, São Paulo Film Commission e Garibaldi Film Commission, além de outras em processo de implantação (REBRAFIC, 2016).

Também no país, entre os casos mais citados, envolvendo a relação entre cinema e turismo, está o da região de Cabaceiras, conhecida como “Roliúde Nordestina”. Situada no Nordeste Brasileiro, no interior do Estado da Paraíba. Cabaceiras é um município da região Cariri e fica a aproximadamente 180 quilômetros da capital João Pessoa. A conservação do patrimônio arquitetônico, bem como suas características climáticas que envolvem um baixo índice pluviométrico e a luminosidade, torna a cidade um atrativo cenário para filmagens.

²² Film Commissions são órgãos públicos, privados ou criados a partir de parcerias público-privadas, estruturados regional e/ou nacionalmente para fomentar e facilitar a produção e o desenvolvimento do audiovisual das regiões que representam. Geralmente estas entidades atuam buscando atrair produções audiovisuais, promovendo as vantagens competitivas regionais e organizando os serviços de apoio e de negociações com a burocracia governamental.

A cidade serviu de cenário para mais de vinte e cinco produções, sendo a primeira realizada em 1924 - A Ferração dos Bodes. A produção mais conhecida foi O Auto da Compadecida (1999), dirigido por Guel Arraes, que utilizou o centro da cidade para representar a famosa igreja e a casa do padeiro. Outras produções gravadas na cidade foram: Cinema, Aspirinas e Urubus (2005) de Marcelo Gomes, Canta Maria (2006) de Francisco Ramalho Jr., Romance (2008), também de Guel Arraes, e cenas da novela Aquele Beijo, transmitida pela TV Globo entre 2011 e 2012 (TAVARES *et. al.*, 2015, p.10).

Segundo os autores para maximizar os benefícios advindos das locações, a gestão local idealizou o “Projeto Roliúde Nordestina”, com apoio do Banco do Nordeste do Brasil, através da edição de 2007 do Programa BNB Cultura, e do Ministério da Cultura e da empresa de energia SAELPA. A iniciativa representava uma visão mercadológica, como forma de fomentar o turismo na cidade através do cinema. Uma dessas ações envolveu a criação de um centro para estudo, preservação e exibição de produções cinematográfica.

Além disso, o município buscou desenvolver ícones cinematográficos como forma de criar uma conexão entre o lugar e o filme. Um dos principais atrativos criados em decorrência do projeto foi um letreiro com a aproximadamente 80 metros de comprimento por 5 m de altura, com os dizeres: Roliúde Nordestina. Considerada o portão de entrada da cidade - A Roliúde Nordestina, foi idealizado pelo jornalista e pesquisador Willis Leal junto com o artesão Lamarc Menezes (NASCIMENTO, 2009). A “ideia não tem por objetivo nenhum tipo de comparação escrita com *Hollywood*, mas seria símbolo visando vender a imagem de Cabaceiras como município turístico, além de atrair outros benefícios para a região”. (NASCIMENTO, 2009, p. 61).

O cinema tem influenciado a criação de todos esses atrativos e produtos turísticos, fortalecendo a identidade da cidade que é apresentada ao restante do país. Nas diversas produções locais em Cabaceiras, a cidade tem sido em sua maioria, retratada como um espaço típico e representativo do Nordeste sertão, seco, do histórico cangaço, de belezas naturais e destaques culturais. Desta forma, o cinema tem influenciado a formação da imagem da cidade. Reafirmando as influências que o cinema pode exercer na atividade turística. (TAVARES *et. al.*, p. 11, 2015).

Nessa perspectiva, a cidade de Cabaceiras criou, através do cinema, um produto turístico atrativo e diferenciado. Além dos filmes, vale ressaltar que as novelas brasileiras envolvem outro significativo motivador do fluxo turístico em determinadas localidades. Diferentemente de outros países, o Brasil, investe majoritariamente na produção de novelas, sendo que a maioria delas é conhecida mundialmente, o que propicia a expansão da imagem turística do Brasil. Nesse contexto, tratando-se de uma produção audiovisual, torna-se impossível não citar a influência da teledramaturgia na construção do imaginário e na projeção nos destinos brasileiros, tanto em termos nacionais como internacionais (NASCIMENTO, 2009).

Nesse quesito, até mesmo cidades como o Rio de Janeiro – e Niterói como reflexo direito -, São Paulo, as cidades históricas mineiras – Tiradentes, por exemplo, que foi cenário para novelas e minisséries como Memorial de Maria Moura. Hilda Furacão, JK e Coração de Estudante – aproveitaram-se do sucesso internacional das novelas e seriados da Rede Globo. [...] E de alguns dos muitos filmes, inclusive publicitários, rodados em seus bairros, ruas, monumentos, enfim, seus inúmeros cenários. (NASCIMENTO, 2009, p. 14)

Dessa forma, são inúmeros os casos de lugares que tiveram um crescimento exponencial no número de turistas, após serem apresentados em novelas. No caso do cinema, somente nos últimos anos, o cenário cinematográfico brasileiro começou a ganhar notoriedade. É o que se percebe, por exemplo, com criação da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, com leis de incentivo fiscais para o audiovisual. “Se levarmos em conta que, no início da década de 1990, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro não teve nenhum filme inscrito, por não haver filme produzido ou em produção, a evolução foi notável” (BRASIL, 2007, p. 7).

Alinhado à busca de modernização do setor é importante destacar também a valorização do cinema nacional pelo público, bem como as temáticas desenvolvidas, as quais tem atraído à atenção dos espectadores, nacionalmente e internacionalmente. A diversidade de belezas naturais, históricas e culturais tem tornado o Brasil um dos mais promissores destinos de produção audiovisual da atualidade (BRASIL, 2007).

TURISMO E CINEMA NA CAPITAL NACIONAL DO ESPUMANTE

O turismo na cidade de Garibaldi é estruturado a partir da Secretaria de Turismo e Cultura, representando o principal órgão de fomento da atividade turística. Os atrativos estão organizados através de sete rotas: Rota dos Espumantes, Rota Religiosa *AeTernun*, Rota das Cantinas, Rota de Compras, Estrada do Sabor, Passeio da Barragem e Maria Fumaça. Na breve descrição envolvendo cada uma das rotas, é possível perceber a diversidade de elementos e paisagens que compõem o cenário turístico do município (SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE GARIBALDI, 2007). Apresenta-se, agora, uma breve descrição sobre cada Rota que compõe o cenário turístico local.

- Rota dos Espumantes: nesse roteiro, o turista pode apreciar os melhores espumantes elaborados por processos como o *charmat* e o *champenoise*, além de conhecer pequenas e grandes vinícolas, antigas ou recém-fundadas, empresas familiares, multinacionais e cooperativas. As Vinícolas que fazem parte da Rota são: Vinícola Peterlongo, Chandon, Georges Aubert, Vinícola Garibaldi, Vinícola Courmayeur, Rossini e Adolfo Lona Vinhos e Espumantes;

-Rota Religiosa *AeTernun*: trata-se de um roteiro elaborado, que oferece ao visitante um encontro com a espiritualidade das Igrejas, Ermida e das Congregações Religiosas, que deixaram sua marca e seu apoio na cultura local, desde o início da colonização.

-Rota das Cantinas: o roteiro envolve a visita às principais cantinas da cidade, apresentando os processos de vinificação e o contexto histórico de produção.

- Rota de Compras: o tour é realizado pelos principais estabelecimentos comerciais da cidade.

- Estrada do Sabor: conduz o visitante pelos caminhos do interior do município, onde o colono se estabeleceu e trabalhou a terra. Além de uma visão das características da região, o roteiro oferece a culinária italiana e o contato direto com os moradores que preservam as tradições trazidas da Itália.

- Passeio da Barragem: passeio desenvolvido a partir dos atrativos naturais que envolvem a barragem de Garibaldi. Nele é possível observar, além do cenário natural, a ponte de pedra, por onde passa a Maria Fumaça. Este é considerado um dos principais cartões- postais da cidade.

-Passeio Maria Fumaça: representa um dos mais disputados e representativos passeios da Região da Serra Gaúcha. O desembarque na Estação Férrea de Garibaldi representa os 23 km que inclui Carlos Barbosa e Bento Gonçalves. Durante a parada é realizado um brinde com um dos principais produtos locais o espumante, uma vez que a cidade é conhecida como a Capital Nacional do Espumante.

Notoriamente, outro aspecto importante na cidade é seu calendário de eventos, estruturado a partir das quatro estações de ano, como o Veraneio da Vindima, Outono das Cores, Sabores de Inverno e Primavera em Arte. Também se destaca a FENACHAMP (Festa Nacional do Espumante), comemorada a cada dois anos e que reúne os principais produtores da bebida e, o Garibaldi Vintagi, lançado no início de 2014. O evento é realizado na Rua Buarque de Macedo, centro histórico da cidade que passou por um processo de revitalização. A temática do encontro envolve as décadas de 1920 e 1960, através de carros antigos, gastronomia, espumantes, cervejas artesanais e roupas de época, reportando os visitantes e moradores para um nostálgico cenário de época.

A base econômica do município é a indústria alimentícia, com destaque para a produção de frangos, sendo um dos maiores pólos produtores do país e, dentre as empresas instaladas na região, estão Indústria Pena Branca S/A, Frigorífico Chesini, Frigorífico Nicolini, além de outras empresas do setor. Possui, ainda, um importante e reconhecido setor metalúrgico com destaque para a empresa Tramontina Garibaldi S/A. Indústria Metalúrgica, consolidando-se como uma cidade de grande diversidade econômica e cultural, baseada em história e na indústria.

Aliado a isso, vale mencionar a exuberância dos atrativos culturais e naturais que compõem a região, que lhe confere um representativo papel na produção audiovisual brasileira. Desse modo, o município tem se destacado no cenário cinematográfico pelo número de produções que tem conseguindo atrair, em especial, pelas iniciativas que estão sendo planejadas e desenvolvidas no que se refere à aliança entre turismo e cinema. Até o momento são 15 produções, divididas entre clipes, filmes, curta- metragens e novelas. Dentre elas, há o clipe e o DVD da dupla Chitãozinho e Xororó filmado em Garibaldi (2003), clipe “Happy Garibaldi” (2014) e Garibaldi Vintage (2015), curta “Um

menino vai para o colégio” (2007), minissérie Decamerão – A comédia do sexo (2009). Os filmes: Casa Verde (2008) do diretor Paulo Nascimento, Os Senhores da Guerra (2013) do diretor Tajara Ruas, Real Beleza (2013) diretor Jorge Furtado, O filme da minha vida (2015) do diretor Selton Mello. Documentários: Pra ficar na história – Villa Fitarelli (2014), Paredes que falam (2014), Brava Gente (2012) de Sérgio Sbragia, novela Além do tempo (2015) e o comercial da Coca-Cola (2015) do diretor Fernando Grostein (SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE GARIBALDI, 2017).

Assim é possível considerar que a localidade envolve diversos aspectos naturais, urbanos, históricos e culturais, o que torna o município um atrativo cenário para a realização de produções audiovisuais, bem como o desenvolvimento de produtos e serviços turísticos que visem aliar a atividade ao cinema. Podem ser citados, nesse sentido: a história dos primeiros imigrantes italianos, o legado histórico-arquitetônico, o universo simbólico configurado pelo espumante, entre outros.

A criação do *Garibaldi Film Commission* em 2015 contribuiu significativamente para atrair e captar novas produções, conforme ressalta Fávero: “[...] com o Garibaldi Film Comission poderemos vender nosso destino de maneira adequada ao que produtores cinematográficos desejam, possibilitando o crescimento de todos os setores da cidade e de um reconhecimento maior por parte de possíveis visitantes” (SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE GARIBALDI, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, discutimos o fato de que o desenvolvimento do turismo está relacionado à veiculação de imagens e imaginários, expressa pelos diversos meios audiovisuais, como o cinema. Essa associação configura o que vem sendo denominado de Turismo Cinematográfico. Desse modo a cidade de Garibaldi está desenvolvendo ações visando atrelar as locações, onde as gravações das obras ficcionais ocorreram à atividade turística no intuito de atrair visitantes. Inicialmente através da criação do *Film Commission*, passando a contar com um órgão responsável pela captação de produções audiovisuais, além de promover e divulgar suas potencialidades turísticas, o que repercutiu diretamente no número de produções cinematográficas atraídas para a região.

Assim o cinema pode ser uma forma de diversificar o cenário turístico, através das produções realizadas no município. Contudo torna-se necessário o fomento de políticas públicas que contemplem o turismo, bem com o audiovisual. Além da discussão da temática em âmbito local, tendo em vista, os agentes envolvidos no trade turístico e a comunidade local.

Nessa perspectiva, além dos produtos e serviços turísticos já existentes, seria significativo para região criar uma rota cinematográfica que congregasse turismo e cinema, sendo um elemento diferencial em sua promoção turística. Desse modo, compreender tal contexto é vislumbrar o cinema

como um complexo sistema, capaz de influenciar não somente o sujeito enquanto espectador, mas também outros segmentos, como o turismo.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, P. da C. 2009. **Curta Brasília: A imagem da cidade no olhar do cinema e sua relação com o turismo**. 2009. 193p. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília.

BEETON, S. **Film induced tourism**. Clevedon: Channel View Publications, 2005.

BRASIL, MINISTERIO DO TURISMO. **Estudo de Sinergia e Desenvolvimento entre as Indústrias do Turismo & Audiovisual Brasileiras**. Ministério do Turismo, Governo Federal, 2007.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O Despertar do Turismo; uma visão critica dos não lugares**. Ed. Aleph. São Paulo, 2001.

BRUSADIN, L.; ROCHA G. **Convergências culturais na pós-modernidade**. Ed. Novas Edições Acadêmicas, 2015.

BIGNAMI, Rosana Viana de Sá. **A imagem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva**. São Paulo. Ed. Aleph, 2002.

CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi: 1870 – 1993**. Porto Alegre, RS: Editora: PUC-RS, 1993.

COUTINHO, M. das G. S. 2004. **Mostra Internacional de Cinema Temático: Turismo em Tela**. 2004. 68p. Monografia (Especialização para Professores e Pesquisadores em Turismo e Hospitalidade) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

DHARMA, Instituto. **Brasília Cinematográfica – 2ª Etapa de Preparação do Destino Referência em Turismo Cinematográfico no Brasil**. 1ª. Ed. Brasília. 2010.

GIRONDI, Elenita e SANT'ANA, Elma. **Garibaldi: a cidade e o herói**. Caxias do Sul: Maneco, 2007.

GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Turismo na Pós-Modernidade: (des)Inquietações**. Porto Alegre: Ed. Pucrs, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=430860>.

NASCIMENTO, Flavio Martins. *Cineturismo*. São Paulo: Aleph, 2009. 85p. (Coleção ABC do Turismo).

PERINOTTO, André et al. *Revista de Investigación em Turismo y Desarrollo local*. Vol 6. N. 14. Junio 2013.

RAMBO, Balduino. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. Unisinos. 2000.

REBRAFIC, REDE BRASILEIRA DE FILM COMMISSIONS. Disponível em: <http://www.rebrafic.net/pt-br/>. Acesso em: 04 mar. 2017.

RUSCHMANN, Dóris. **Marketing turístico: um enfoque promocional**. 7° Ed. Campinas. Ed: Papirus, 2001.

SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE GARIBALDI. Disponível em: www.garibaldi.rs.gov.br. Acesso em: 06 mar. 2017.

SILVA, M. da G. **A imagem da cidade turística: promoção de paisagens e de identidades culturais**. Arqutextos, São Paulo, Vitruvius, 2004. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos. Acesso em: 05 abr. 2016.

TAVARES, A et al. **Cabaceiras/PB, a Roliúde Nordestina: cinema como impulsionador turístico**. Disponível em: http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DPD2_pdf/106.pdf. Acesso em: 04 abr. 2017.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. São Paulo: Papirus, 1998.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: SESC. 2001.



Limites e possibilidades da inclusão social pela Política Nacional de Turismo: O caso do Programa de Regionalização do Turismo

Limits and possibilities of social inclusion by Policy National Tourism: The case of the Regionalization Program of Tourism

Mariana Tomazin²³

Mario Carlos Beni²⁴

²³ Mestre em Turismo pela Universidade de Brasília. Membro do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas e Turismo – CET/UnB. Professora da Universidade Federal do Tocantins. Pesquisadora Técnica de Nível Superior do Projeto de Pesquisa – Desenvolvimento Territorial, endogenia e redes de cooperação a partir do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo, aprovado pela Chamada Universal – MCTI/CNPq Nº14/2014. mariana_tomazin@hotmail.com

²⁴ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Livre Docente em Turismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Docente no curso da pós-graduação em Turismo na Universidade de Brasília. Coordenador do Projeto de Pesquisa – Desenvolvimento Territorial, endogenia e redes de cooperação a partir do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo, aprovado pela Chamada Universal – MCTI/CNPq Nº14/2014. beni@usp.com

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos sociais sobre a qualidade das políticas públicas no campo do turismo, tendo como indicador a inclusão social e como objeto de estudo o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo, o qual foi implementado em 2004. Para desvelar a problematização proposta sobre quais foram, no processo histórico concreto dos territórios, os impactos sociais do PRT e se sua ação indutora contribuiu para a inclusão social ou limitou-se a uma política pública restrita aos interesses de mercado, adotou-se uma abordagem qualitativa. O método utilizado na investigação foi o materialismo histórico dialético e no traçado metodológico utilizou-se da análise documental sobre o processo de regionalização do turismo entre os anos de 2004-2014. As evidências possíveis da pesquisa permitiram observar o distanciamento existente entre teoria e prática do PRT, posto que a opção ideológica adotada pelo Ministério do Turismo em relação à concepção do turismo e de desenvolvimento pelo turismo delinea-se em uma ação fragmentada, na qual tanto a comunidade, quanto as instâncias de governança são pautadas pela concepção do mercado, o que impossibilitou o impacto social emancipador por essa política pública de turismo proposta, embora em seu plano abstrato formal a teoria se apresente como uma possibilidade.

Palavras-chave: Inclusão social, Turismo, Políticas Públicas de Turismo, Programa de Regionalização do Turismo.

Abstract

The objective of this research is to analyze the social impact on the quality of public policies in the field of tourism, with the indicator of social inclusion and as an object of study the Regionalization Program of Tourism - Routes of Brazil's Ministry of Tourism, which was implemented in 2004. To reveal the problematic proposal on which were, in this historical process of the territories, the social impacts of the PRT and its catalytic action has contributed to social inclusion or merely a public policy restricted to market interests, it adopted one qualitative approach. The method used in the research was the dialectical historical materialism and the methodological route was used documentary analysis on the tourism regionalization process between the years 2004-2014. Possible evidence of research allowed to observe the existing gap between theory and practice of PRT, since the ideological option adopted by MTur in relation to the design of tourism and development at tourism delineating in a fragmented action, in which both the community, as governance bodies are guided by the concept of the market, which prevented the emancipatory social impact of the local community by PRT, although in its formal abstract plan theory is presented as a possibility.

Keywords: Social inclusion, Tourism, Public tourism policies, Regionalization Program Tourism.

1. INTRODUÇÃO

No modo de produção vigente a imposição do modelo de vida dominante na lógica do sistema capitalista é notória e nos escancara uma realidade latente: a possibilidade de uma sociedade solidária consolidada em um processo emancipatório cada vez mais distante, diante do aumento das disparidades.

Frente às discussões do que é posto como desenvolvimento – questão muitas vezes reduzida apenas para o direcionamento econômico – após 13 anos de existência do Ministério do Turismo, responsável pela política pública em turismo, indaga-se sobre o tipo de desenvolvimento que está sendo proposto pelas políticas públicas de turismo e se o turismo entendido como um fenômeno social complexo permite o desenvolvimento territorial com inclusão social.

Destaca-se que ao longo do processo histórico percebeu-se que o modelo de gestão deveria ser apoiado na regionalização do turismo, assim, em 2004, foi implantado o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Política de Turismo do Ministério do Turismo.

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil conforme apresentado em suas Diretrizes Políticas, elaboradas em 2004, é um modelo de desenvolvimento integral, na perspectiva da inclusão social, com ênfase na igualdade de oportunidades desejadas pelas diferentes comunidades.

Após mais de 10 anos de execução o PRT requer uma avaliação crítica, para que se verifique se as práticas induzidas pelo programa possibilitaram de fato a inclusão social dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento turístico ou limitou-se a uma política pública restrita aos interesses de mercado.

O método adotado para a investigação é o materialismo histórico dialético, adequado para compreender a interpretação da realidade, cuja base se estabelece na *práxis*, relação teoria e prática, preocupação política, reconstrução histórica, desvelar o real contraditório com mediações/contradições e suas superações.

Como a pesquisa permeia o processo de reconstrução de práticas sociais para estabelecer a relação teoria/prática da inclusão social pelas políticas públicas de turismo definiu-se como categorias operatórias a priori: matéria, práxis, historicidade, teoria/prática, totalidade/fragmentação, contradição/mediação, objetividade/subjetividade. E as categorias de análise, a posteriori: desenvolvimento, inclusão social, cidadania, turismo, políticas públicas de turismo, regionalização e roteirização.

Para contextualizar o movimento da totalidade/fragmentação do turismo nos territórios realizaram-se estudos de caso múltiplos, no Estado do Ceará e no Estado do Piauí. Ressalta-se que estes foram os primeiros Estados onde se realizou as pesquisas de campo, contudo, o presente projeto que se apresenta no formato deste artigo tem como objetivo contemplar outros lugares turísticos que são considerados destinos indutores a fim de compreender os impactos sociais por meio do PRT.

Importante destacar que a pesquisa é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como parte integrante do Projeto “Desenvolvimento territorial, endogenia e redes de cooperação, a partir do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo”, projeto este aprovado pela Chamada Universal - MCTI/CNPq N° 14/2014 (Processo de número: 448718/2014).

Não obstante, o presente artigo apresenta-se da seguinte forma: primeiro traz o aporte teórico sobre o objeto de estudo e o indicador analisado na pesquisa – PRT e Inclusão Social, na sequência apresenta-se a metodologia utilizada e por fim, apresentam-se algumas evidências, como resultados e encerra-se com uma conclusão não tão final, considerando que a pesquisa é complexa e não permite a concretude de uma verdade absoluta, porém permeia a busca por alguns alicerces norteadores da trama construída pela pesquisa.

2. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL: UMA POSSIBILIDADE?

Até final do século XIX e início do século XX, é notório, a saber, que prevaleciam as ideias liberais de um Estado mínimo, que somente assegurava a ordem e a propriedade; e de um mercado regulador “natural” das relações sociais, onde a posição ocupada pelo indivíduo na sociedade e a trama de suas relações eram percebidas conforme sua inserção no mercado. A questão social, decorrente do processo produtivo, expressava-se na exclusão de pessoas, tanto na própria produção quanto do usufruto de bens e serviços necessários à sua própria reprodução (CARVALHO, 2002).

Nesse sentido, as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior. A política pública trata-se de uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual o Estado e a sociedade desempenhem papéis ativos, implicando sempre e, simultaneamente, na intervenção do Estado, envolvendo diferentes atores, seja por meio de demandas, suportes ou apoios, seja mediante o controle democrático (PEREIRA, 2008).

A palavra pública, que sucede a palavra política, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é, *res* (coisa), *publica* (de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto à sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo (PEREIRA, 2008, p.94).

Porém, seria ingênuo pensar que a constituição das ações do Estado está livre dos diferentes interesses e poderes que o circundam, posto que a política se configura em um caráter conflituoso, pois se constitui na base de relações entre as pessoas, o que gera os mais diversos tipos de conflitos, os quais exigem equacionamentos para impedir o caos.

Assim, pode-se dizer que as políticas públicas são resultantes da atividade política e compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação de poderes. Logo, políticas públicas envolvem ou deveriam envolver, entre outros aspectos, o planejamento, a implantação e a avaliação de processos referentes aos bens públicos, devendo comprometer-se com o bem-estar coletivo (GOMES, 2010).

Para se pensar no contexto da América Latina e em específico da sociedade brasileira, tem-se que considerar a dimensão profunda das disparidades regionais e os altos índices de exclusão, cujo desenvolvimento econômico e social tem se dado combinando ilhas de riquezas cercadas por oceanos de pobreza. A problematização sobre o papel do Estado na organização e financiamento de serviços sociais prestados por redes de atenção e proteção social deve ser constante, pois tais serviços são de suma importância para garantia das necessidades de sobrevivência de ampla parcela da população (CARVALHO, 2002).

Aproximando o exposto sobre políticas públicas e o objeto dessa pesquisa, o Turismo, ressalta-se que essa intervenção política na área ganhou força, ao longo do século XX, devido ao reconhecimento da importância econômica do turismo em grande parte dos países desenvolvidos (SILVA, 2013).

Inclusive, em 2003, com o marco histórico da consolidação da política de turismo no país, via criação do Ministério do Turismo²⁵ (MTur), o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ordenou a priorização do turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do país. E em 2004, foi implantado o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil como uma possibilidade de política pública mobilizadora e fundamentada em um processo de gestão descentralizada, que abarcava o entendimento do desenvolvimento com o viés da inclusão social (BRASIL, 2004).

O turismo, pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento dos últimos dez anos é o segmento da economia que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios colocados. Especialmente se for levada em conta a capacidade que o Turismo tem de interferir nas desigualdades regionais, amenizando as, visto que, destinos turísticos importantes no Brasil estão localizados em regiões mais pobres, e, pelas vias do Turismo, passam a ser visitadas por cidadãos que vêm dos centros mais ricos do país e do mundo (BRASIL, 2003, p.04).

Parte-se assim, para a indagação sobre a qualidade dos impactos das políticas públicas em seu alvo – o território – como se estabelece essa práxis – para além do discurso abstrato-formal das políticas? Considerando, que o modelo de gestão e as políticas públicas de Turismo no território nacional precisam e devem ser repensados em função da própria dinâmica do fenômeno e da reformulação de estratégias, questiona-se: de que forma o processo de formulação de políticas públicas apreende os impactos sociais oriundos dos programas do Plano Nacional de Turismo, como é o caso do PRT? A inclusão social proposta no PRT limitou-se apenas a teoria dessa política pública ou o PRT conseguiu desencadear um processo de práticas inclusivas nos territórios?

²⁵O Ministério do Turismo foi criado como pasta autônoma por meio da Medida Provisória nº103, de 1º de janeiro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Ressalta-se que o PRT, implementado pelo Ministério do Turismo em 2004, seguiu orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT), uma vez que antes o desenvolvimento do turismo tinha como foco o município, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)²⁶, porém, ao longo do tempo, percebeu-se a necessidade do modelo de gestão do turismo ser apoiado pela regionalização, incorporando a noção de território e de arranjos produtivos (BRASIL, 2003).

O PRT apresenta, em sua base conceitual, a definição de regionalização do turismo como sendo “um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões” (BRASIL, 2004, p.11).

Entende-se regionalizar como a possibilidade de transformação da ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, que seja capaz de promover mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada (BRASIL, 2004).

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil é dirigido para os mercados competitivos e impulsionado na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Traduz-se em ações, estratégias e reformas na estrutura do governo que possam garantir maior equidade, novos critérios de ação e negociação coletiva capazes de se transformar em oportunidades nos mercados mundiais e repercutir na geração e distribuição de renda no País. Nessa perspectiva, o turismo é visto como gerador de oportunidade e aliado eficaz no propósito de redução de pobreza, quando planejado e monitorado de forma sistemática, compartilhada e coletiva (BRASIL, 2004, p. 08).

O PRT consiste de diretrizes políticas e operacionais que delineam a perspectiva da inclusão social, a promoção da cooperação e a parceria de diversos segmentos envolvidos, sendo a gestão compartilhada do programa estruturada em diferentes níveis de atuação, conforme expresso no quadro 01:

²⁶ A criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)²⁶ ocorreu sob a coordenação do então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, sendo o embrião de uma política nacional de base territorial. O intuito do PNMT era o de fortalecer os municípios, fossem eles classificados como “turísticos” ou de “potencial turístico” (BRASIL, 2010). O PNMT procurava despertar nos gestores públicos, na sociedade e nos prestadores de serviços turísticos, a responsabilidade na construção e implementação coletiva das decisões acerca do rumo do desenvolvimento turístico municipal (BRASIL, 2010, p.13).

Quadro 01. Gestão Compartilhada do PRT

Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo			
ÂMBITO	INSTITUIÇÃO	COLEGIADO	EXECUTIVO
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Fonte: BRASIL, Portaria nº105, de 16 de maio de 2013.

A articulação proposta no modelo de gestão adotado pelo PRT é desafiadora, posto que se coloca como uma gestão compartilhada, descentralizada, coordenada e integrada, proporcionando a participação, democratização, consensos e acordos, envolvendo a multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada (BRASIL, 2013).

Corroborando com a importância dessa política pública evidencia-se que em 16 de maio de 2013 homologou-se a Portaria nº 105, a qual institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências, onde consta em seus princípios o processo de regionalização enquanto eixo estruturante da Política Nacional de Turismo:

Art. 4º Parágrafo único. A Política Nacional de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável.

Art. 5º A Política Nacional de Turismo tem por objetivos: VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica (BRASIL, Portaria nº105, de 16 de maio de 2013).

Conforme expresso o PRT deveria vir a contribuir para a igualdade de oportunidades, a partir de novos critérios de ação e negociação coletiva, repercutindo na geração e distribuição de renda no País e, conseqüentemente, aumentando a competitividade do turismo brasileiro (BRASIL, 2004).

Assim, relaciona-se que essa política pública deveria fomentar o desenvolvimento do turismo pautado na inclusão social, propiciando a melhora da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos nas práticas turísticas. Contudo, como foram os processos de implementação, desenvolvimento e concretude dessa política? Quem eram os envolvidos nesses processos? Os impactos do PRT

conseguiram superar a totalidade/fragmentação dos territórios ou fortaleceu novamente apenas a minoria já estabelecida no turismo?

A partir das reflexões do processo da pesquisa entre políticas públicas e inclusão social, coloca-se que o entendimento desta última, como categoria operatória para análise das práticas induzidas pelo PRT compreende três requisitos essenciais: acesso ao conhecimento (educação), acesso à renda (empregabilidade formal), acesso à saúde (longevidade). Para além desses requisitos, outras categorias se apresentam como importantes para a análise do PRT como um possibilitador de inclusão social pelo turismo – as demais categorias, a saber, são: acesso a políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do turismo e participação cidadã.

O acesso à educação é essencial para o exercício das liberdades individuais, fundamental para expandir habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Vida longa e saudável – longevidade é fundamental para a promoção do desenvolvimento humano, o acesso à saúde se faz necessário para possibilitar uma vida digna. E a renda é essencial para acessar necessidades básicas como água, comida, abrigo, sendo um meio para uma série de fins, cuja ausência da renda pode limitar as oportunidades de vida (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Atrelando à condição da inclusão social pelo desenvolvimento do turismo, o acesso às políticas públicas da área é crucial, pois estas devem possibilitar o fomento ao trabalho decente, à educação profissional, ao usufruto dos espaços de lazer pela própria comunidade, políticas de sensibilização e o fomento à participação local nas instâncias de governança, entre outros aspectos que garantam a possibilidade de se pensar na relação do sujeito do território com o turismo de maneira harmoniosa.

3. METODOLOGIA

Para trilhar o desvelamento proposto na pesquisa adotou-se a abordagem qualitativa, adequada para obter o conhecimento mais profundo de fatos específicos, tendo por objetivo analisar processos de fenômenos complexos tecidos no campo das relações sociais.

O método escolhido é o do materialismo histórico dialético, o qual permite a compreensão da realidade social, para além das condições objetivas, analisando a relação da teoria e prática e interpretando o presente com base no passado. O materialismo histórico dialético é um método de interpretação da realidade, cuja base se estabelece na *práxis*, relação teoria e prática, preocupação política, reconstrução histórica, real contraditório com mediações/contradições a serem superadas.

A primeira etapa desta investigação consistiu na construção do referencial teórico sobre as teorias relacionadas à pesquisa: Estado, turismo, políticas públicas de turismo e inclusão social. Na segunda etapa realizou-se a análise documental sobre o processo de regionalização do turismo,

como ação indutora do Ministério do Turismo, entre os anos de 2004-2014, por meio de um estudo exploratório do processo ocorrido.

Após a realização da etapa de análise documental, a fim de superar a abstração da teoria existente nos documentos elaborados pelo Ministério do Turismo, como indutor do Programa de Regionalização, adotou-se a realização de entrevistas com atores sociais representativos, a fim de apreender as lógicas do processo de implantação, planejamento, desenvolvimento e execução do PRT.

O modo de investigação escolhido foi a realização de um estudo de caso múltiplo em dois Estados brasileiros – Ceará e Piauí, considerando que há uma concentração de índices de exclusão social no nordeste, contudo, o litoral nordestino é reconhecido mundialmente pela sua beleza, diversidade e pela combinação perfeita entre “sol, temperaturas altas e belas praias, povo hospitaleiro”, o que atrai uma grande quantidade de turistas não só nacionais, como internacionais.

Após os caminhos metodológicos descritos utilizou-se a triangulação de dados levando ao entendimento da relação teoria/prática entre políticas públicas e desenvolvimento social possibilitado pelo turismo a partir do PRT.

4. RESULTADOS

A partir das reconstruções realizadas nos estudos de caso múltiplos – Ceará (Aracati e Jijoca de Jericoacora) e Piauí (Parnaíba e Teresina) foi possível perceber que a indução do PRT ocasionou ações pontuais para a promoção e comercialização dos roteiros turísticos que essas regiões poderiam oferecer, sendo a representação social constituída por empresários do trade turístico, interessados no fortalecimento de seus negócios.

O processo histórico, por conta de sua tessitura social e política, não possibilitou o dinamismo necessário para ser um espaço democrático de representação social, muitos menos, houve o empoderamento efetivo dos atores sociais locais e consequente melhoria de suas vidas, pois verificou-se que a riqueza de poucos nos territórios estudados se constituem na pobreza de muitos.

O cenário das localidades é caracterizado por oferecer condições de empregos, mas estes precários por serem informais, sazonais, com consequente negação de direitos trabalhistas. Baixos salários se relacionam com à baixa qualificação somado à falta de segurança de continuidade no emprego, pois após alta temporada muitos não conseguem se estabelecer, o que ocasiona emigração dos moradores, que evadem das áreas centrais do município na busca de moradia e serviços mais baratos, gerando periferias com maiores precariedades em serviços urbanos, educação, saúde, moradia, transporte, cultura e segurança pública.

Não obstante, a inexistência de políticas públicas de turismo efetivas e a descontinuidade dos gestores públicos, os quais são políticos e não técnicos, fragilizou ainda mais o contexto das

possibilidades que poderiam ser desenvolvidas no âmbito do planejamento estratégico proposto pelo PRT.

A desarticulação entre as diferentes instâncias da coordenação do programa também refletiu no cenário frágil de organização local e regional. Em entrevista com representante do Ministério do Turismo e do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), os dois apresentaram como um grande entrave a articulação à nível estadual, já que essa instância estadual seria a responsável em articular a estrutura de nível nacional com o território base – o município.

Além dessas fragilidades na articulação MTur – Estado – Município tem-se a falta de articulação interna do MTur na convergência das ações do PRT, posto que o MTur necessite ter mais claramente assumido o PRT como um programa estruturante, de modo que proporcione a construção de ações articuladas e convergentes de suas áreas fim. Assim, sinaliza-se para a urgência de uma maior sinergia entre as áreas do MTur, e deste com os Estados, municípios, instâncias de governança e atores locais, além da necessidade de maior descentralização de recursos.

A desarticulação do próprio programa e a não existência de políticas públicas de turismo destes municípios, somada aos diferentes interesses envolvidos, ao conflito entre nativos e estrangeiros identificados, impediu a transposição de uma cultura de isolamento (competitividade, hedonismo, individualismo) para uma cultura de cooperação (solidariedade, participação comunitária, cidadania compartilhada).

Enfatiza-se que a concepção ideológica do turismo como negócio possibilita apenas o crescimento econômico e não o desenvolvimento integral. Para tanto, enfatiza-se que a compreensão do fenômeno do turismo, na formulação das políticas públicas, deve abranger sua complexidade quanto a seu objeto transdisciplinar e multisetorial, ultrapassando o entendimento como função de um sistema econômico (MOESCH, 2004).

Nesse sentido, o quadro de referência ideológica para a gestão turística é expressa pela política que, para um desenvolvimento harmonioso do turismo, competitivo, sustentado e sustentável, deve ter como centro a participação ativa da maioria dos atores envolvidos nas fases do seu desenvolvimento, em oposição ao que se verificou com a pesquisa – a concepção ideológica do MTur de turismo apenas como negócio (CAPECE, 2000, tradução nossa).

É urgente, a necessidade de articulação em diversos âmbitos sociais, de modo a proporcionar ações para além da abstração teórica das políticas públicas, que efetivem e garantam a cidadania plena, um desenvolvimento harmônico, onde os três princípios da regulação do estado moderno, segundo Santos (2011): Estado, mercado e comunidade dialoguem para uma alternativa realmente sustentável, que possibilite o “paradigma prudente para uma vida decente”.

5. CONSIDERAÇÕES NÃO TÃO FINAIS

A partir dos elementos evidenciados e dos caminhos trilhados pelo Materialismo Histórico Dialético observou-se que há um abismo entre teoria/prática quando da implantação do PRT, pois no âmbito de sua proposta essa política pública de turismo se apresenta como um modelo de desenvolvimento integral, com ênfase na igualdade de oportunidades, cujos benefícios atribuídos à economia de mercado teriam o foco nas populações locais e deveriam ser distribuídos de maneira equitativa, para que a descentralização e decisões democráticas tomadas pelas instâncias de governança local cada vez mais operasse em favor da inclusão social e emancipação da lógica do capital global.

A partir dos estudos realizados até o momento o PRT limitou-se a uma política pública abstrato-formal, devido a sua concepção de regionalização como roteirização restringindo-se a induzir ações de interesse dos empresários do turismo, não contemplando um planejamento integral para atender a totalidade dos territórios, muito menos, em possibilitar ações perenes de inclusão social, forjadas por uma prática emancipatória.

Evidencia-se que a pesquisa se demonstra limitada por não conseguir abarcar todo o universo complexo e contraditório que apresenta a realidade do PRT, porém se coloca como um exercício reflexivo sobre os entraves entre teoria/prática, totalidade/fragmentação, contradição/mediação, objetividade/subjetividade, criticidade/alienação das políticas públicas de turismo e o desenvolvimento endógeno integrador com base nos territórios regionais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio financeiro que possibilitou a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Rogério Roque. **A exclusão hoje**. Cadernos do Instituto São Tomás de Aquino – ISTA. Lisboa, v. 5, n.9, 2000. Disponível em: http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html

BAQUERO, Marcello. **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BENI, Mário Carlos. **Políticas e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BENI, Mário Carlos; MOESCH, Marustchka Marutschka. **Do Discurso sobre a Ciência do Turismo para a Ciência do Turismo.** Artigo apresentado no XII Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa Pós-Graduação em Turismo: 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007.** Brasília/DF: MTur, 2003.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes políticas.** Brasília. Ministério do Turismo, 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes operacionais.** Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes de uso da matriz de sistematização de informações.** Brasília, 2006.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: uma viagem de inclusão 2007-2010.** Brasília/DF: MTur, 2007.

BRUYNE, Paul. **Dinâmica da pesquisa nas ciências sociais: os pólos das práticas metodológicas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CAPECE, Gustavo. **Política Turística: metodologia para su concepción y diseño.** Ladevi ediciones, Buenos Aires: 2000.

CARVALHO, Alysson. **Políticas Públicas.** Belo Horizonte: Editora: UFMG; Proex, 2002.

CUNHA, Sieglinde K. & CUNHA, João C. **Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do Turismo no desenvolvimento local.**

Revista Administração Contemporânea. vol.9. Curitiba, 2005. Acesso em 04 de maio de 2015.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552005000600006

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1995a.

_____. **Participação é conquista:** noções de política social. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka M. **Turismo, políticas públicas e cidadania.** São Paulo: Aleph, 2007.

GOMES, Cristiane. **Lazer, turismo e inclusão social:** intervenção com idosos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MOESCH, Marutschka M. **A construção metodológica Dialética:** Por uma epistemologia do Turismo. Dissertação – Mestrado em Comunicação Social. Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. **Epistemologia Social do Turismo.** (Tese de Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, 2004.

MOLINA, Sérgio. **Conceptualización del Turismo.** México: Centro de Emprendimiento e Innovación, 2005*.

NETO, Paulo Alexandre; NATÁRIO, Maria Manuela. A indústria transformadora da raia central ibérica e o processo de inovação territorial. IN: **Território e desenvolvimento econômico.** Organizador: Paulo Alexandre Neto. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

PINSKY, JAIME; PINSKY Carla. **História da Cidadania.** São Paulo: Editora Contexto, 2003.

PINKSY, Jaime. **Práticas de cidadania.** São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Priscilla Teixeira. **Limites e possibilidades do Programa de Regionalização do Turismo como indutor da cultura da cooperação:** região de negócios em Goiás. Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Mestrado Profissional em Turismo, 2013.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais:** afinal do que se trata? (Texto apresentado como conferência proferida em 12 de maio de 1997, na abertura do Módulo Direitos Sociais do evento Direitos Humanos no Limiar do Século XXI realizado no Centro Cultural Maria Antônia). Revista USP (37).

Páginas 34-45. São Paulo: março/maio, 1998. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/37/04-vera.pdf>>

TOMAZIN, Mariana. **Inclusão social e Políticas Públicas:** distanciamento entre teoria e prática do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Estudo de caso: Aracati e Jijoca de Jericoacoara (CE). Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Mestrado Profissional em Turismo, 2016.



Circuito Quilombola (Eldorado-SP): possibilidades para o turismo cultural

Circuit Quilombo (Eldorado-SP): possibilities for cultural tourism

Circuito Quilombo (Eldorado-SP): posibilidades para el turismo cultural

Hetienne Juliani Pontes de Aguiar²⁷

Silvana do Rocio Souza²⁸

²⁷Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Monte Serrat (Unimonte). Mestre em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPR). Email: hetienne@gmail.com

²⁸Bacharel em Turismo (UFPR), Mestre em Educação, Doutora em Geografia (UFPR), professora do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná. silvanasouza.tur@gmail.com

Resumo

Os remanescentes de quilombos possuem um vasto patrimônio cultural. Este pode ser fortalecido por meio da atividade turística. Na região do Vale do Ribeira (SP) está localizado o município de Eldorado, que possui um número significativo de comunidades quilombolas em seu território. Este artigobuscou analisar o turismo em seis destas comunidades (André Lopes, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Sapatú) e a relação da atividade com o fortalecimento de seus patrimônios culturais, por meio do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira. Como metodologia utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental especialmente através do Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira, acompanhada de roteiro de observação em campo. Por essa análise constatou-se que as comunidades possuem um patrimônio cultural que vai muito além do atualmente oferecido pelo circuito e que um trabalho conjunto entre o público, iniciativa privada e terceiro setor podem auxiliar o planejamento e fomentar a vinda de visitantes, o que consequentemente fará com que os tradicionais quilombolas continuem atuando para a preservação do seu rico patrimônio cultural.

Palavras-chave: Turismo. Patrimônio Cultural. Comunidade Quilombola. Circuito Quilombola.

Abstract

The quilombo remnants have a vast cultural heritage. This can be strengthened through tourism. In the Ribeira Valley region (SP) is located in the municipality of Eldorado, which has a significant number of quilombo communities in its territory. This study aimed to analyze tourism in six of these communities (André Lopes, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Saint Pierre and Sapatu) and the relationship of the activity to the strengthening of their cultural heritage through the Vale do Quilombo Circuit Ribeira. The methodology we used the bibliographical and documentary research in particular through the Quilombo Cultural Inventory Ribeira Valley, accompanied by field observation script. For this analysis it was found that communities have a cultural heritage that goes far beyond currently offered by the circuit and that a joint effort between can public, private and third sector can assist the planning and promoting the coming of visitors, which in turn will make the traditional maroon continue working for the preservation of its rich cultural heritage.

Keywords: Tourism. Cultural Heritage. Quilombola Community. Quilombo Circuit.

Resumen: Los remanentes de quilombos tienen un vasto patrimonio cultural. Esto puede ser fortalecida a través del turismo. En la región de Ribeira Valley (SP) se encuentra en el municipio de Eldorado, que cuenta con un número importante de comunidades quilombolas en su territorio. Este estudio tuvo como objetivo analizar el turismo en seis de estas comunidades (André Lopes, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, San Pedro y Sapatu) y la relación de la actividad con el fortalecimiento de su patrimonio cultural a través de la Vale do Quilombo Circuito Ribeira. La metodología que utilizó fue la investigación bibliográfica y documental, en particular a través del Inventario Cultural Quilombo Ribeira Valley, acompañada de la observación de campo. Para este análisis se encontró que las comunidades tengan un patrimonio cultural que va mucho más allá que ofrece actualmente el circuito y que un esfuerzo conjunto entre el público en lata, privado y tercer sector puede ayudar a la planificación y la promoción de la llegada de los visitantes, que a su vez hará que el marrón tradicional de continuar trabajando por la conservación de su rico patrimonio cultural.

Palabras clave: Turismo. Patrimonio cultural. Comunidad quilombola. Circuito de Quilombo.

Introdução

O turismo, enquanto fenômeno social capaz de contribuir para tornar as relações mais humanas, destaca-se como um movimento de reciprocidade que acontece dentro da produção cultural de uma determinada sociedade. Em decorrência, necessita ser avaliado em todos os seus aspectos, incluindo além do econômico, o social e cultural, englobando de maneira complexa essas relações.

A compreensão deste fenômeno constitui-se no ponto inicial na discussão dos impactos e consequências das atividades que desenvolvem os diversos atores que se entrecruzam em determinado espaço, sociedade ou comunidade.

Este artigo que envolve em sua discussão o turismo, o patrimônio e as comunidades quilombolas, tem por objetivo apresentar a importância do turismo para a preservação do patrimônio cultural das comunidades de Eldorado participantes do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira.

Trata-se de um artigo de teor ensaísticos, de caráter exploratório, que buscou como metodologia a pesquisa bibliográfica, acompanhada de pesquisa documental e de roteiro de observação em campo em abordagem qualitativa.

O presente artigo que está dividido em seções, a partir da introdução apresenta a relação do patrimônio cultural com o turismo, seguido da apresentação das comunidades quilombolas de Eldorado-SP, apresentação do circuito quilombola e as considerações finais da pesquisa em que são apresentados os resultados desta análise.

2. Relação entre patrimônio cultural e turismo

Os patrimônios, independente se de ordem material ou imaterial, possuem peculiaridades que refletem a cultura de uma sociedade. Assim sendo, devem ser conservados e preservados devido a importância do referencial de memória e identidade.

Apesar da dificuldade para a conservação dos patrimônios culturais, seja pela legislação (ou ausência de efetividade da mesma), pela falta de interesse do poder público ou por qualquer outro motivo, o turismo surge como um aliado para a manutenção dos bens que compõem o patrimônio cultural de uma localidade ou comunidade.

Há certa contradição nas análises relacionando os patrimônios culturais à atividade turística. Isto se dá pelo fato de alguns autores atribuírem ao turismo a descaracterização da cultura da população receptora, devido a inserção de novos costumes e hábitos. Em contraponto, outra linha de autores aponta o turismo como fator positivo para a valorização da cultura, incentivo à manutenção de monumentos históricos, etc.

Ao se considerar que o turismo tem se apresentado como importante instrumento para conservação cultural de um povo, aproximando o turista de uma realidade distinta da sua, Coriolano e Silva (2005, p. 31) apresenta que cultura “é o conjunto de valores materiais e imateriais (espirituais), forma de ser de um povo envolvendo os conhecimentos, artes, leis, costumes e valores de uma sociedade. É o veículo que possibilita a comunicação entre residentes e turistas”. Deste modo, a valorização do patrimônio cultural pelo turismo tem, entre outras consequências positivas, o estímulo à

manutenção da memória e identidade dos agentes envolvidos e, ainda, o desenvolvimento socioeconômico da comunidade receptora. Se, por algum motivo a sociedade local deixa estabelecer laços com seu passado, deixando de se identificar através de sua memória, os patrimônios vão perdendo o sentido e gradativamente deixando de existir. Para Bahl (2004, p. 69), “o turismo [...] pode servir também como estimulador para o resgate da lembrança viva dos fatos de uma localidade [...]”. Assim, o turismo tem relação direta com a conservação e preservação dos patrimônios.

Os atrativos turísticos culturais, enquanto oferta que uma localidade ou comunidade possui, são produtos das manifestações culturais. Para o Ministério do Turismo, o turismo cultural está baseado na seguinte definição:

Turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas a vivências do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 15).

Bahl apresenta que os atrativos culturais podem ser subdivididos entre concretos e abstratos. Na categoria dos atrativos culturais concretos inclui os monumentos, as galerias de arte, museus, teatros, edificações como igrejas e casarios, artefatos artesanais, pintura, escultura, parques, praças e outros. Na categoria dos bens abstratos inclui os idiomas, o modo de vida e as atitudes, as manifestações artísticas, incluindo ainda “o referencial histórico religioso, técnico, científico, econômico, político e os acontecimentos programados”. (BAHL, 2004, p. 38).

O patrimônio cultural, que conforma os atrativos culturais, constitui-se a partir da memória viva de um povo, o que estabelece um elo entre presente, passado e futuro, em que todos aqueles ligados ao local poderão vivenciar o sentimento de pertencimento e desenvolver uma identidade. Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2015), “o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas”. Pode ser tangível, composto por construções ou lugares com valor “histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico” (UNESCO, 2015); ou intangível, que são “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2015).

As comunidades quilombolas possuem uma cultura peculiar, herdeiros e atores de uma história que vêm atravessando os séculos. Suas tradições e costumes geraram um valioso patrimônio cultural que têm despertado interesse e preocupação em protegê-lo.

Por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 (este que Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências), estabeleceu-se um mecanismo para outorgar valor de patrimônio cultural à memória dos quilombolas. (BRASIL, 2000).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foram identificadas 3.524 comunidades quilombolas no Brasil, mas existem fontes que estimam que esse número seja de aproximadamente 5 mil comunidades (BRASIL, 2015).

No Estado de São Paulo, a maior concentração delas está na região do Vale do Ribeira (AMÉRICO, 2013), sendo que, somente no município de Eldorado, estão localizadas 12 já reconhecidas como remanescentes de quilombos de acordo com o Instituto Socioambiental (ISA, 2013).

As comunidades quilombolas do município de Eldorado possuem uma diversidade de bens culturais apresentados por meio de edificações, festas religiosas, formas de expressão, entre outros, que vêm despertando o interesse de visitantes.

O desenvolvimento do turismo neste local, ao envolver os aspectos culturais podendo ocasionar possíveis impactos, necessitam serem minimizados através das ações de planejamento porque:

[...] o modo como a atividade turística foi implementada em muitos lugares revelou-se danoso ao patrimônio cultural ou ineficaz como estratégia de promoção, quer pela falta de recursos humanos especializados, pela visitação descontrolada, pelo desrespeito em relação à identidade cultural local, pela imposição de novos padrões culturais, especialmente em pequenas comunidades, quer pelo despreparo do próprio turista para a experiência turística cultural. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 15).

Quanto a esses impactos, eles ainda podem variar entre a "alteração do processo produtivo do artesanato para suprir a demanda, modificação na apresentação das manifestações folclóricas ou religiosas para despertar o interesse de turistas" ou ainda, "adequações necessárias para atender aos requisitos de conforto, segurança e acessibilidade". (SOUZA, 2011, p.24).

Em outra forma de avaliar o turismo, pode-se considerar que, desde que bem planejado, é capaz de favorecer a cultura local, tornando-se um grande aliado no sentido de propiciar determinadas ações que valorizem e preservem os bens culturais e a própria cultura local, seus fazeres, seus costumes, suas tradições. Este ato de visitar que o turismo propicia, "impulsiona as ações de preservação e de conservação seja pelas empresas privadas ou pelo poder público através de políticas específicas nessa área como os tombamentos em âmbito nacional, estadual ou municipal". (SOUZA, 2011, p.25). Além de poder influenciar no desenvolvimento de profissões e qualificações profissionais ligadas à área da cultura e do turismo, contribuindo para que a população local desenvolva sentimento de pertencimento revertendo-se em forma de preservação e conservação.

De acordo com Drummond (2004), os turistas buscam por lugares autênticos, fato este que incentiva a conservação do patrimônio cultural do destino, possibilitando a utilização de edificações históricas e a valorização das manifestações imateriais da comunidade receptora.

Desta forma, a cultura pode potencializar e despertar ainda mais o interesse das pessoas em conhecer um novo lugar, fazendo com que os moradores se sintam valorizados e tenham maior interesse em conservar seu patrimônio.

De acordo com Santos (2000):

O conceito de cultura está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade. Ela é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado. Por isso mesmo, tem de ser genuína, isto é, resultar das relações profundas dos homens com o seu meio.

Ao se observar a grande demanda de pessoas interessadas em conhecer o legado cultural dos diversos destinos, percebe-se que a atividade turística ganha maior força quando somada à riqueza cultural do povo local. Cruz (2001, p.8), afirma que "nenhum lugar turístico tem sentido por si mesmo, ou seja, fora do contexto cultural que promove sua valorização, em dado momento histórico". Entretanto, é preciso entender que o patrimônio não é uma mercadoria a serviço da atividade turística.

O contra senso entre a atividade turística e o patrimônio cultural é bastante comum. Isto se dá, em especial, pelo embate entre interesses do visitante e comunidade local. Faz-se necessário o estabelecimento de um ponto de equilíbrio entre ambos para que a identidade cultural dos receptores se mantenha íntegra, ou seja, que o turista não interfira no cotidiano dos residentes do local. A partir do momento que se estabelece este equilíbrio, que os valores estão bem determinados, dificilmente a comunidade será influenciada, uma vez que neste momento já existe uma consolidação da sua cultura e, uma vez consolidada, o turismo jamais se apropriará do patrimônio por interesse próprio, pois já se estabeleceu um forte elo entre o patrimônio cultural e a comunidade receptora.

Partindo do pensamento de que o turismo apresenta possibilidades de contribuir na preservação e conservação dos patrimônios culturais das comunidades remanescentes de quilombos, este artigo abordará o Circuito Quilombola do Vale do Ribeira.

3. Comunidades quilombolas de Eldorado (SP)

No Estado de São Paulo, o Vale do Ribeira é composto por 24 Municípios (SÃO PAULO, 2015). Dentre os municípios do Vale do Ribeira, Eldorado recebe destaque devido a seus atrativos naturais, abrigando trilhas, cachoeiras e diversas cavernas, sendo a Caverna do Diabo a mais conhecida. O Município é conhecido ainda devido a rica história e cultura preservada nas comunidades tradicionais quilombolas, possuindo em seu território 12 comunidades reconhecidas pelo Estado de São Paulo como remanescentes de quilombos: Abobral, André Lopes, Bananal Pequeno Engenho, Galvão, Ivaporunduva, Nhunguara, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Poça, São Pedro e Sapatú (ISA, 2013).

De acordo com Pinto (2007), a história de Eldorado teve início quando exploradores portugueses chegaram através do rio Ribeira em busca de ouro, por volta de 1630. A autora afirma que Ivaporunduva, atualmente comunidade remanescente de quilombos e Jaguary foram os primeiros povoados criados às margens do Ribeira (PINTO, 2007).

Foi ainda no período colonial que a expressão “quilombo” passou a ser utilizada. É um conceito particular dos africanos bantos, que vem se alterando com o passar dos tempos. Existem ainda variações sobre o significado da palavra quilombo, que pode ser associado a lugar, ou ao povo que vive neste local, ou ainda a manifestações populares. (LOPES; SIQUEIRA; NASCIMENTO, 1987).

Segundo Carril (1995, p. 23), no Vale do Ribeira, a chegada dos escravos se deu no século XVI, quando as bandeiras da mineração iniciaram suas expedições, partindo do litoral sul do Estado de São Paulo em direção à região do Vale do Ribeira. Os escravos foram trazidos de diversas partes da África. Iniciou-se uma relação entre os negros e a natureza, na qual a terra se transformou em uma forma de sobrevivência. Para Claval (2014, p. 214), “não há sociedade sem espaço que lhe sirva de suporte. A instituição da sociedade é, assim, inseparável daquela do espaço”. Os escravos foram adquirindo liberdade e formando suas comunidades. Conseguiram liberdade e ocupação do território de diversas maneiras, como fuga da escravidão, compra de terras, apossamento, troca por serviços prestados, entre outros.

Os remanescentes de quilombos carregam uma rica tradição cultural, que envolve diversas manifestações religiosas. A esse respeito, Claval cita que “partilhar as mesmas crenças religiosas ou

metafísicas e participar dos ritos que reúnem os crentes constituem cimentos sociais muito sólidos” (2014, p.123). Entretanto, com o passar dos anos, as tradições ligadas à religião estão aos poucos se perdendo em muitas comunidades tradicionais da região. A influência das religiões protestantes e o falecimento dos mais velhos são os principais fatores da extinção dessas manifestações. Em observação em campo, constatou-se que algumas comunidades tentam preservar sua cultura, como por exemplo, Pedro Cubas que ainda realiza na Semana Santa a manifestação cultural e religiosa chamada Recomendação das Almas. Festas de padroeiros ocorrem anualmente como a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Ivaporunduva, a de São Pedro, na comunidade de mesmo nome do santo e Santa Catarina em Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima.

A preservação cultural pode ocorrer através do avivamento das festividades, gastronomia, folclore, entre outros, aproximando o turista de uma nova realidade. Além disso, permitirá que as representações coletivas sejam transmitidas às futuras gerações. (CLAVAL, 2014). Assim, é possível afirmar que o legado étnico dos quilombolas pode ser um potencializador da atividade turística. Segundo Cardozo (2006, p.145), “os produtos culturais dos grupos étnicos que exerceriam poder de atração de turistas seriam aquelas que mais fortemente expressariam identidades’. Isso porque, as “(re)construções étnicas têm atentado o interesse do turismo, por possibilitar mostrar ao visitante aspectos culturais distintos do seu cotidiano próprio, sem necessariamente recorrer a longos deslocamentos”. (CARDOZO, 2006, p. 145).

Levando em consideração a importância do legado étnico para o turismo, as comunidades quilombolas poderão, além de continuar transmitindo sua cultura para as próximas gerações, contribuir para a diversificação da oferta turística local, em especial como possibilidade do turismo cultural.

4. O circuito quilombola

O Circuito Quilombola do Vale do Ribeira é abrangido sete comunidades e nesta pesquisa serão abordadas apenas as seis, cujos territórios estão localizados no município de Eldorado, sendo elas: André Lopes, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Sapatú.

As comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima optaram por unificar seus atrativos, dessa forma o roteiro apresenta cinco pontos estratégicos.

O circuito se deu pela parceria entre as comunidades, a Associação dos Monitores Ambientais de Eldorado (AMAMEL), filiadas às Redes de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Redetraf) e à Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol).

O fortalecimento das comunidades, considerando suas culturas é o objetivo do projeto que teve como foco o turismo de base comunitária, inserindo o visitante no cotidiano dos remanescentes, apresentando a cultura afro-brasileira, suas tradições, às riquezas naturais da região, entre outros.

O acesso às comunidades, partindo do centro de Eldorado, é feito pela Rodovia Benedito Pascoal de França (SP-165), sendo Sapatú a comunidade mais próxima, cerca de 30 km de distância da cidade e São Pedro a mais distante, 60 km. Para chegar à Ivaporunduva, Pedro Cubas e São Pedro é necessário realizar travessia pelo Rio Ribeira de Iguape, sendo a primeira através de ponte e as demais por balsa, somado a percurso de até 10 km de estrada não pavimentada (CIRCUITO QUILOMBOLA, 2015). A tabela a seguir apresenta os principais atrativos das comunidades, bem como suas distâncias:

Tabela 1. Informações das comunidades do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira/Eldorado

Comunidade	Atrativo Natural	Atrativo Cultural	Distância (Eldorado)
André Lopes	Cachoeira do Arivá, Poço da Poça, Cachoeira da Boa Vista.	Tutuca no pilão.	40 km
Ivaporunduva	Trilha do ouro, Visita ao bananal orgânico.	Festa e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Tráfico de Farinha.	55 km
Pedro Cubas/Pedro Cubas de Cima	Cachoeira do Penteadado, Rio Pedro Cubas, Trilha para as Capovas.	Dança do Trabalhador, Capoeira, Festa de Santa Catarina, Bandeira do Divino Espírito Santo.	34k m
São Pedro	Cachoeira da Poça, Cachoeira do Laranjal, Cachoeira do Mato Limpo.	Dança da Mão Esquerda, Capoeira, Festa de São Pedro.	60 km
Sapatú	Trilha Vale das Ostras, Queda do Meu Deus, Cachoeira Sapatú.	Tráfico de farinha, Nhá Maruca, Festa de Santa Luzia, Festa de Nossa Senhora Aparecida.	33 km

Fonte: Elaboração própria com base em ISA (2015)

Além dos atrativos localizados nas comunidades, o roteiro sugere ainda a visita à Gruta da Tapagem, mais conhecida como Caverna do Diabo, que se localiza no Parque Estadual Caverna do Diabo, fazendo divisa com André Lopes, Ivaporunduva e Sapatú.

Não há agências de turismo receptivo em Eldorado que comercializemo roteiro, o mesmo é feito por conta do próprio visitante.

O Instituto Socioambiental, que idealizou o circuito, realizou um levantamento que culminou no Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira. O projeto visou listar as referências culturais das comunidades tradicionais da região e levou cerca de três anos para ser concluído. Seguindo a metodologia de classificação do Inventário Nacional de Referências Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os patrimônios foram classificados por: celebrações, formas de expressão, ofícios e modos de fazer, lugares e edificações.

A composição do inventário se deu com 16 comunidades da região, dentre elas, cinco fazem parte do Circuito Quilombolas do Vale do Ribeira. Apenas André Lopes não constou deste projeto. No inventário, as comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima foram inventariadas separadamente, mas visando uma melhor comparação com o circuito, aqui foram demonstradas em conjunto. Os patrimônios catalogados constam nas tabelas a seguir:

Tabela 2. Patrimônio Cultural - Celebrações

Comunidades	Celebrações
André Lopes	-----
Ivaporunduva	Bandeira do Divino Espírito Santo, Finados, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, São João, São Sebastião, Via Sacra.
Pedro Cubas/Pedro Cubas de Cima	Bandeira do Divino Espírito Santo, Recomendação das Almas, Santa Catarina, Santa Cruz, Santo Antônio, São João, São Pedro.
São Pedro	Bandeira do Divino Espírito Santo, Santa Cruz, São Pedro, São Pedro,
Sapatú	Bandeira do Divino Espírito Santo, Entrudo, Nossa Senhora Aparecida, Santa Luzia, São Sebastião, Via Sacra.

Fonte: Elaboração própria com base em ISA (2013)

Todos os patrimônios categorizados como celebração retratam os acontecimentos coletivos e no caso das comunidades do Circuito Quilombola estão ligados a ritos católicos, sendo que alguns deles se repetem em diversas comunidades, em maior ou menor número de adeptos. Essas práticas estão sob ameaças de acabar em algumas localidades devido à conversão de muitos remanescentes para outras religiões.

Tabela 3. Patrimônio Cultural – Formas de Expressão

Comunidades	Formas de expressão
André Lopes	-----
Ivaporunduva	Danças (Cana Verde, Fandango/Nhá Maruca/Recortado, Mão Esquerda, Monada/Macacada, Xote Balanceado), Incelências e Guardação, Literatura Oral, Missa Afro, Romaria de São Gonçalo.
Pedro Cubas/Pedro Cubas de Cima	Danças (Cobrinha Verde, Fandango/Nhá Maruca/Recortado, Pedro Cubas, Mão Esquerda, Monada/Macacada, Xote Balanceado), Capoeira, Literatura Oral, Roda de Cantoria, Romaria de São Gonçalo.
São Pedro	Danças (Baile, Cobrinha Verde, Fandango/Nhá Maruca/Recortado, Graciana, Mão Esquerda), Capoeira, Literatura Oral, Romaria de São Gonçalo.
Sapatú	Danças (Baile, Fandango/Nhá Maruca/Recortado, Graciana, Mão Esquerda, Xote Balanceado), Literatura Oral.

Fonte: Elaboração própria com base em ISA (2013)

Do mesmo modo como ocorre com as celebrações, algumas formas de expressão acontecem em comunidades distintas. A maioria está relacionada à dança e muitas se realizam em tempos de mutirão de trabalho que ocorre, em especial, pela atividade agrícola. Os “[...] passos de dança ou brincadeiras ligados aos bailes de puxirão [...] evidenciam a importância do trabalho agrícola para manifestações lúdicas e artísticas nos quilombos” (ISA, 2013).

Tabela 4. Patrimônio Cultural – Ofícios e modos de fazer

Comunidades	Ofícios e modos de fazer
André Lopes	-----
Ivaporunduva	Modo de Caçar, Modo de Curar, Modo de Fazer Casa de Pau-a-pique, Modo de Fazer Roça, Modo de Pescar, Ofício de Artesão, Ofício de Canoeiro, Ofício de Carpinteiro, Ofício de Parteira, Processamento do Arroz, Processamento da Cana, Processamento da Mandioca, Processamento do Milho, Puxirão/Mutirão.
Pedro Cubas/Pedro Cubas de Cima	Brincadeiras e Brinquedos, Modo de Caçar, Modo de Curar, Modo de Fazer Canoa, Modo de Fazer Casa de Pau-a-pique, Modo de Fazer Roça, Modo de Pescar, Ofício de Artesão, Ofício de Carpinteiro, Ofício de Parteira, Processamento do Arroz, Processamento do Barro, Processamento do Café, Processamento da Cana, Processamento do Fumo, Processamento da Mandioca, Processamento do Milho, Puxirão/Mutirão.
São Pedro	Modo de Curar, Modo de Fazer Canoa, Modo de Fazer Casa de Pau-a-pique, Modo de Fazer Roça, Modo de Pescar, Ofício de Artesão, Ofício de Canoeiro, Ofício de Carpinteiro, Ofício de Parteira, Processamento do Arroz, Processamento da Cana, Processamento da Mandioca, Processamento do Milho, Puxirão/Mutirão.
Sapatú	Modo de Caçar, Modo de Fazer Casa de Pau-a-pique, Modo de Fazer Roça, Modo de Pescar, Ofício de Artesão, Ofício de Canoeiro, Ofício de Carpinteiro, Ofício de Parteira, Processamento do Arroz, Processamento da Cana, Processamento da Mandioca, Processamento do Milho, Puxirão/Mutirão.

Fonte: Elaboração própria com base em ISA (2013)

Esta categoria, ofícios e modo de fazer, traduz a prática cotidiana dos remanescentes de quilombos, voltada ao trabalho. Essas atividades se relacionam à pesca, trabalhos agrícolas, formas de moradia. A comunidade de Pedro Cubas inseriu também em seus bens imateriais as brincadeiras e brinquedos que são ligados às atividades lúdicas.

Tabela 5. Patrimônio Cultural - Lugares

Comunidades	Lugares
André Lopes	-----
Ivaporunduva	Rio Ribeira, Morro do Chumbo, Bocó, Poça, Rodrigues, Córrego Grande, Cemitério atual, Cemitério antigo, Osvera, Pedra Criminosa, Reversa
Pedro Cubas/Pedro Cubas de Cima	Rio Pedro Cubas, Pedra Branca, Morro da Olaria, Caminho do Tropeiro, Morro do Cruzeiro, Serra da Laranja Azeda.
São Pedro	Rio São Pedro, Caminho de São Pedro, Região ds Vargens, Caminho do Morro do Chumbo, Casa de Pedra, Morro do Foge, Capoeira do Bode, Cachoeiras Boqueirão, Laranjal e Poça, Pedra Preta..
Sapatú	Rio Ribeira, Cachoeira do Sapatú, Figueira, Remoardo Assombração, Queda do Meu Deus/Capova da Morte, Saltinho, Represa de Pedra, Capova Água Grande, Roda, Cordas, Fervedor.

Fonte: Elaboração própria com base em ISA (2013)

O lugar é um ponto do espaço em que o homem vive e interage com a paisagem, onde se constrói uma relação histórica e cultural, criando o sentimento de identidade e de pertencimento “[...] posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele ” (CARLOS, 1996, p. 29). O lugar tem na paisagem uma das maneiras de expressar a vida, apresentando ideias, valores e significados. Assim, os locais apresentados pelo inventário são aqueles considerados pelos quilombolas como identificadores de sua cultura.

Tabela 6. Patrimônio Cultural - Edificações

Comunidades	Edificações
André Lopes	-----
Ivaporunduva	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Valas de desvio para mineração, Tráficos de Farinha de Mandioca.
Pedro Cubas/Pedro Cubas de Cima	Igreja de Santa Catarina, Barracão de Palha, Tráficos de Farinha de Mandioca.
São Pedro	Igreja de São Pedro, Tráficos de Farinha de Mandioca.
Sapatú	Igreja de Nossa Senhora Aparecida, Igreja de Santa Luzia, Casa de Taipa, Tráficos de Farinha de Mandioca.

Fonte: Elaboração própria com base em ISA (2013)

As edificações se relacionam diretamente com os patrimônios materiais. Para que ocorram as celebrações, as igrejas são utilizadas do modo que a casa de farinha remete ao ofício e modos de fazer. (ISA, 2013).

Fazendo uma comparação entre os atrativos culturais e naturais apontados pelo Circuito Quilombola e os patrimônios culturais levantados pelo Inventário Cultural dos Quilombos é possível verificar que atualmente a atividade turística tem se apropriado de uma quantidade inferior de atrativos para fixar a atenção do visitante. A inserção desses patrimônios no roteiro diversificaria a oferta, podendo aumentar a procura e conseqüentemente envolver mais residentes no processo de preservação e conservação desses bens.

5. Considerações finais

Este artigo buscou mostrar a importância da atividade turística para a preservação e conservação do patrimônio cultural relacionando o Circuito Quilombola do Vale do Ribeira com o patrimônio cultural levantado pelo Inventário Cultural de Quilombos, elaborado pelo Instituto Socioambiental, como possibilidade real e permanente de conservação dos bens culturais. Percebeu-se que as comunidades possuem uma quantidade maior de patrimônios culturais do que atualmente é apresentado pelo circuito. É de extrema importância a união de esforços entre o poder público, a iniciativa privada, terceiro setor e, principalmente as comunidades, para que o roteiro e conseqüentemente o patrimônio se fortaleçam. Essa união tende a resultar em um planejamento adequado e no fomento da visitação, fazendo com que os quilombolas se empenhem cada vez mais para preservar o rico patrimônio cultural que possuem.

Observou-se que através da cultura um povo estabelece os laços com seus antepassados. Assim, considera-se que o turismo pode ser analisado de duas formas, a primeira, como atividade que auxilia o patrimônio cultural e promove o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma localidade, mas também pode ser visto como fonte de descaracterização, colocando o legado cultural de uma comunidade em risco. É necessário se refletir sobre as influências externas que sempre existirão, sejam elas advindas da atividade turística ou pela própria relação da comunidade com aqueles que vivem fora dela.

A preservação cultural deve ocorrer de forma espontânea, não forçada àqueles que se encontram naquela localidade. Essa conscientização sobre a importância de seu legado só se dá por meio do resgate dos laços afetivos com a memória e passado e o engajamento em ações de planejamento turístico. Este apontará os meios para que o turismo seja uma prática que favoreça o fortalecimento da cultura local e incentive ações de conservação dos patrimônios.

As comunidades de André Lopes, Ivaporunduva, Pedro Cubas (e Pedro Cubas de Cima), São Pedro e Sapatú se empenham há algum tempo na tentativa de manter a cultura do tradicional quilombola viva.

Da mesma forma, há bastante tempo estão ligados a atividades turísticas na região, em especial no Parque Estadual Caverna do Diabo, no qual alguns atuam como monitores da Associação dos Monitores Ambientais de Eldorado.

Essas comunidades perceberam que podem atrair visitantes interessados em conhecer a história e o cotidiano dos quilombos, assim, uniram-se para fazer com que essa cultura seja também fonte de renda e mais que isso, fonte de manutenção de suas identidades.

O Circuito Quilombola do Vale do Ribeira ainda é pouco divulgado, muitos só têm conhecimento de sua existência durante a visita à Caverna do Diabo, o que culmina num complicador tendo em vista que os visitantes do Parque geralmente não pernoitam em Eldorado ou em municípios próximos, retornando às suas residências no mesmo dia, impossibilitando de conhecer e realizar o roteiro.

O patrimônio cultural somente será fortalecido nas comunidades quilombolas de Eldorado por meio do turismo se primeiramente houver vontade dos próprios moradores. Além disso, a soma de esforços dos diversos setores já citados tendem a auxiliar no planejamento, capacitação, gestão e divulgação do roteiro já estabelecido.

Uma primeira etapa foi realizada, a união das comunidades com o objetivo de se desenvolver social e economicamente e manter suas tradições através do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira.

6. Referências bibliográficas

AMERICO, T. A. **Quilombo Ivaporunduva: a dialética do processo histórico de aquilombolamento**, Revista Caminhando v. 18, n. 1, p. 97-106, jan./jun. 2013.

BAHL, M. **Legado Étnico e Oferta Turística**. Curitiba: Juruá, 2004.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do

Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://goo.gl/OOFa2G> Acesso em: 09/05/2015.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em: <http://goo.gl/Bm3Opo> Acesso em: 03/05/2015.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo cultural: orientações básicas**. 2 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

CARDOZO, P. F. **Considerações preliminares sobre produto turístico étnico**, 2006. Disponível em <http://goo.gl/W4NeM5> Acesso em 10/05/2015.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARRIL, L. F. B. **Terra de negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência**. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado, 1995.

CIRCUITO QUILOMBOLA. **Como chegar**. Disponível em: <http://goo.gl/am4vYX> Acesso em: 12/05/2015.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 4ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2014.

CORIOLANO, L. N. M. T.; SILVA, S. C. B. M. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: UECE, 2005.

CRUZ, R. C. A. **Introdução a geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DRUMMOND, S. Introdução à Qualidade. In: DRUMMOND, S.; YEOMAN, I. **Questões de qualidade nas atrações de visitação a Patrimônio**. São Paulo, Roca, 2004.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira**. São Paulo, 2013.

LOPES, H. T.; SIQUEIRA, J. J. e NASCIMENTO, B., **Negro e Cultura Negra no Brasil**, Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.

PINTO, M. A. M. **Eldorado: 250 anos de História**. Iguape: Sosset, 2007.

SANTOS, M. **Da cultura à indústria cultural**. Folha Online, 2000. Disponível em: <http://goo.gl/CjEawj> . Acesso em 12/05/2015

SÃO PAULO (Estado). **Turismo Ecológico: Vale do Ribeira**. Disponível em: <http://goo.gl/5qfsDn> Acesso em: 03/05/2015.

SOUZA, S. do R. de. **O patrimônio histórico da Lapa como representação social: algumas relações entre a geografia e o turismo.** 173 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

UNESCO. **Patrimônio Cultural no Brasil.** Disponível em: <http://goo.gl/EdwNrp>Acesso em: 03/05/2015



A identidade percebida na intersecção entre Turismo e Migração na perspectiva da análise da metamorfose “turista-migrante”

The identity perceived at the intersection between Tourism and Migration through the perspective of an analysis of “tourist-migrant” metamorphosis

Eloisa Pereira Barroso²⁹

Tatiana Tannús Grama³⁰

²⁹Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008) e pela Frei Universität Berlin- Alemanha (2007). Professora adjunta da Universidade de Brasília do Departamento de História, cadastrada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo do CET/ UnB e ao Programa de Pós-Graduação em História da UnB. eloisabarroso@unb.br

³⁰Mestranda em Turismo pela Universidade de Brasília. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. tatianagrama@gmail.com

Resumo

A motivação do turista que, estando no Brasil opta por não retornar à sua origem e, aqui permanecendo, torna-se exclusivamente migrante é analisada sob o viés da identidade, questão que permeia a própria relação entre Turismo e Migração. Nesse percurso, questões orientadoras inter-relacionam ambos fenômenos e são analisadas bibliografias nas temáticas.

Palavras-chave: Turismo. Migração. Identidade. Representação social.

Abstract

The motivation of the tourist who, being in Brazil, chooses not to return to his or her origin and, remaining in the initially touristic destination, becomes exclusively migrant is analyzed under the bias of identity, a question that permeates the very relationship between Tourism and Migration. In this course, guiding questions interrelate both phenomena, as well as bibliographies in the themes are analyzed.

Keywords: Tourism. Migration. Identity. Social representation.

As pesquisas dedicadas ao Turismo são recentes. Isso reflete a contemporaneidade desse fenômeno social que, ao longo do tempo teve predominantemente destacada a sua qualidade de gerar renda, emprego e lucro. A fim de distanciar um pouco desse debate econômico que é intrínseco ao Turismo, o artigo aqui apresentado dará relevância ao âmbito social do mesmo.

O Brasil recebe muitos turistas oriundos de várias regiões do planeta e por diferentes meios de acesso: aéreo, marítimo, terrestre e fluvial. O último Anuário Estatístico de Turismo aponta que em 2016 o turismo receptivo nacional contou com a chegada de 6.578.074 pessoas³¹. Alguns desses turistas retornam aos países de onde partiram. Por outro lado, outros optam por permanecer em terras brasileiras e, assim, deixam de ser turistas e passam a ser exclusivamente migrantes.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) aponta em um documento oficial que há problemas de medição para avaliar as ligações entre os fluxos de turismo e migração que persistem nos países de origem e de destino³².

Não há aqui intuito de abordar a questão dos migrantes que já saem de seus países com a intenção de fixar morada no Brasil, ou mesmo dos migrantes com nacionalidade brasileira que mudam de Estado dentro do território da nação, mas dos forasteiros oriundos de outros países que tomam essa decisão após estarem no Brasil. Estes, a princípio, não planejaram sua viagem com a

³¹ Anuário Estatístico de Turismo – 2017. Disponível em: file:///D:/DOWNLOADS/Anuario_Estatistico_Turismo_2017.pdf. Acesso em: 28 jun. 2017.

³² Tourism and Migration - Exploring the Relationship between Two Global Phenomena, 2009.

intenção de aqui ficar. Ou seja, não eram migrantes em sua origem, a não ser pelo fato de estarem em deslocamento, mas eram turistas.

Analisar o que motiva esse turista a fazer a metamorfose e tornar-se migrante é o propósito aqui apresentado. Não serão expostas no artigo todas as categorias passíveis de análise, mas somente a categoria identidade.

As relações estabelecidas nesse processo de transformação do turista em migrante podem ser identificadas, a princípio, por meio da análise de dados e bibliografias que versam sobre a questão das migrações e do Turismo.

Em um mundo hoje onde localidades como os Estados Unidos, a França, o Reino Unido e a Alemanha anunciam fechamento, ampliação da vigilância e segurança em suas fronteiras, ou até mesmo a construção de muros e uso de violência para manter a separação dos povos, o Turismo se apresenta como uma possibilidade de deslocamento das pessoas que, possuindo ou não desejo de mudança, encontram nesse fenômeno o amparo caso venham a adquirir esse desejo, essa necessidade de ter um novo lar, por mais que esse desejo se manifeste posterior ao início da viagem. O Turismo, conhecido por proporcionar viagens, funciona para o sujeito como uma ponte para essa viagem sem a volta ao local de origem que, de certo modo, pode ser entendida como sendo uma migração.

Percebe-se, assim, o Turismo como uma poderosa ferramenta que permite ao ser humano maior autonomia, além da realização de seus desejos. Unifica-se a esse sentido a descrição de Margarita Barretto (2004) acerca de um novo modelo de Turismo.

o turismo é um fenômeno social que reproduz e reflete os problemas da sociedade em que é praticado, da política econômica, das políticas públicas na área da educação e da saúde, da política trabalhista, da (in)justiça distributiva, enfim, do modelo econômico e político que essa sociedade escolheu. Outro turismo possível requer um outro modelo de sociedade possível, onde o ser humano seja mais importante do que a circulação do capital (BARRETTO, 2004, p.87).

Partindo do paradigma da complexidade, Moesch (2004) apresenta que é preciso a interdisciplinaridade para a compreensão, por parte dos pesquisadores, de um Turismo recheado de experiências históricas e sociais que tenham origem no deslocamento no tempo e espaços construídos objetivamente; um Turismo “possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades, portanto explicitadores de uma nova estética diante da busca do prazer” (MOESH, 2004, p.336). Nesse sentido, a autora percebe o ser humano como objeto e, de forma simultânea, como sujeito do conhecimento. Para ela, o Turismo é uma ciência humana exatamente

por reconhecer esse sujeito, que é múltiplo, pois se apresenta em suas diversas faces, quais sejam, histórica, psicológica, geográfica, econômica, sociológica e outras. A autora afirma que

o fenômeno turístico como acontecimento, forma num sistema aberto e orgânico, uma rede, hologramática, através de fazeres tecnológicos, recheados de um saber próprio, expresso na diversidade cultural histórica geradora de possibilidades, de um sistema local de produção econômico objetivado, demarcando a importância da diversidade local como atrativo, dentro de um fluxo internacional temporal e comunicacional, que ao reproduzir-se no atendimento dos desejos subjetivos, do turista, de diversão e imaginário construídos na aventura do cotidiano, reproduz ideologicamente “doços desterritorializações” (expressão de Boudrillard) (MOESH, 2004, p.485-486).

Uma reflexão acerca do sujeito como objeto do Turismo também é feita por Suzana Gastal (2004), que parte de uma análise atrelada ao nascimento do Iluminismo, época do surgimento de novas áreas do saber.

A autora afirma que “o turismo é um fenômeno que se organiza de fato no século XX, quando os deslocamentos são organizados maciçamente na forma de produtos colocados no mercado como produtos a serem comercializados” (GASTAL, 2004, p.134). E aponta que era tratado de maneira romantizada, como um impulsionador da paz entre os povos, paz que viria por meio da fraternidade atrelada ao exercício de liberdade e de prazer proporcionados pelo Turismo.

Diante dessas análises, Gastal (2004) indaga se não seria o Turismo a ciência do século XXI, assim como no século XX foram a Ecologia e a Comunicação. A partir desse questionamento, reflete sobre o papel do sujeito, que ela chama de *humano* nos imaginários (pensando esses como paradigmas), bem como sobre o objeto do Turismo, apontado por ela como *instigante*.

Outro pensador que trata do Turismo com forte enfoque social e no sujeito, especialmente na linha da sustentabilidade ambiental, é Jost Krippendorf (2000), que faz um debate acerca das motivações à viagem e das relações entre a população e os turistas que visitam os destinos. E, a partir dessas questões, aponta o autor que “hoje, o mundo inteiro começa a falar dos custos e dos benefícios do turismo para a economia, o meio ambiente e a sociedade, quando antigamente se tratavam apenas das vantagens e das questões econômicas” (KRIPPENDORF, 2000. p. 101).

O autor acredita num Turismo diferente, que se movimenta por meio de algumas forças. Uma delas ele chama de *revolta dos autóctones*, que seriam os movimentos protagonizados por algumas localidades ao se manifestarem contra um Turismo desenfreado e conduzido de maneira inadequada ou irresponsável. Para o autor, nesse momento de protesto “os meios envolvidos começam a compreender que uma economia que se apoia apenas no setor turístico é muito mais

frágil que uma economia multisetorial” (KRIPPENDORF, 2000. p. 104). Assim, segundo ele, há uma busca por diferentes possibilidades de desenvolvimento social que vão além do Turismo. E também há, ao mesmo tempo, nesse contexto, o surgimento de um turista mais protagonista e mais crítico.

Ampliando um pouco as questões que permeiam o Turismo e aproveitando a abordagem holística e mais ecológica trazida por Gastal (2004) e Krippendorf (2000), pode ser citado o pensamento do geógrafo Antônio Carlos Castrogiovanni (2002). Ele trabalha conceitos e questões relativas ao Turismo sustentável a fim de propor formas menos destruidoras do meio ambiente e das identidades, e também faz relações sobre como a Geografia pode auxiliar o Turismo nesse sentido. E, por ser geógrafo, trabalha a categoria espaço, só que no Turismo.

O espaço turístico pode ser analisado sob diferentes orientações, como o espaço do emissor/lugar onde vive o turista, o espaço do receptor/lugar que o turista busca e o espaço intermediário, ou seja, o entre-espaço ou entre-lugar turístico. Em todos eles o turista interage, de forma diferenciada com mais ou menos espontaneidade, com diferentes fenômenos, mas sempre interferindo em sua (re)organização (CASTROGIOVANNI, 2002, 64-65).

A fala de Castrogiovanni (2002) pode ser transportada para a questão da migração, tendo em vista que o migrante também interage no espaço que o autor denomina *entre-lugar turístico*. E, de igual forma, é possível relacionar esse viajante com o lugar de onde saiu, ou seja, o espaço emissor, além do espaço receptor. E é em meio a essa tríade espacial descrita pelo autor que ocorre a metamorfose do turista em migrante.

Em uma abordagem um pouco diferenciada e que ao mesmo tempo tangencia o aspecto social do Turismo, Álvaro López Gallero (2004, p.36) pontua, ao tratar do que ele chama de lugar e *não-lugar* do Turismo, que para além dos benefícios ligados à geração de renda, o fenômeno remete a uma satisfação de um direito humano, qual seja, “o de entrar em contato com a natureza, os lugares, a cultura e as pessoas de outros lugares” (GALLERO, 2004, p.36).

Sobre a interligação entre os fenômenos Turismo e migração, além de nuances já pontuadas, ela é feita de maneira mais institucional pela Organização Mundial do Turismo – OMT, que editou uma publicação para tratar exclusivamente dessa relação. Nesse documento, que pode ser comprado no sítio da OMT, há a definição de algumas questões e, partindo dessas considerações, há a emissão de algumas recomendações que merecem ser aqui observadas.

Para a Organização, as remessas de recursos feitas pelos migrantes de um país a outro são ferramentas de desenvolvimento e redução da pobreza e que podem, inclusive, serem revertidas em investimentos em infraestruturas no próprio Turismo no país de origem, como por exemplo, na base

comunitária ou na criação de pequenas empresas para o setor. Ainda com foco no desenvolvimento e na redução da pobreza, a OMT também afirma que os governos devem identificar lacunas onde possa priorizar a inclusão da migração nas questões ligadas ao turismo internacional nos países.

No sentido de influenciar nos resultados práticos e ações a respeito desse tema, a OMT emite algumas recomendações em sua revista, que versam sobre o acompanhamento das ações que articulem ambas temáticas, de Turismo e migração, e tratam da participação de cada agente nesse processo, desde o governo até a iniciativa privada, passando por entidades representativas em geral (como organizações não-governamentais e comunidade internacional, dentre outros).

Há, outrossim, interligação entre Turismo e migração que pode ser feita por meio do exame da legislação, em especial com a aprovação no Congresso Nacional e sanção presidencial da nova Lei de Migração brasileira em maio de 2017. Esse aspecto não será aprofundado no presente artigo.

Também é possível verificar a interseção entre os fenômenos da migração e do Turismo ao observa-los através da lente da identidade e da representação social.

Bauman (2012) referencia a identidade como uma necessidade de pertencimento do indivíduo que deseja ser aceito por outros, pelo grupo. Ou seja, pode-se dizer que é na aceitação de sua identidade por esse coletivo que se forma a identidade social. O autor aponta que a identidade dá ao *eu* um significado, uma segurança, um abrigo e uma possibilidade desse *eu* se livrar de suas ansiedades.

Em uma abordagem acerca da construção e reconstrução de identidades e culturas, Chambers (1994) menciona que acontecem em um mundo que está em constante deslocamento. Migração e fronteiras são citadas pelo autor como propulsoras de uma cultura moderna. Vale aqui dizer que, assim como o deslocamento é um fundamento da migração, deslocar-se também é a base do fazer Turismo. Porém, ao comparar viagem com migração (mais no sentido de um deslocamento constante, como uma peregrinação), o autor diferencia ambas. Pontos fixos de partida e chegada caracterizam a viagem e essa necessariamente tem um retorno, uma volta para casa. No caso da migração, não existe imutabilidade nos pontos de partida e chegada e há uma submissão com relação a mutação de línguas, histórias e identidades. Para o autor, tudo está em trânsito na migração.

O “turista-migrante”, pode-se assim dizer, é um híbrido dessa diferenciação entre viagem e migração apresentada pelo autor, visto que o turista que passa a residir no Brasil guarda a imutabilidade do ponto de chegada, que é característica da viagem e também preserva, no mesmo

passo, a inconstância na linguagem, identidade e história mencionadas por Chambers (1994) quando fala da migração.

Segundo o autor, também não há como separar o “eu” em categorias e se contentar em apresentá-las como estanques e como suficientes para a descrição completa de cada identidade. Enquadrar alguém como “homem branco e inglês”, por exemplo, é um refúgio de certo modo reconfortante. Talvez esse refúgio seja o abrigo sugerido por Bauman (2012). Mas o estrangeiro e todas nuances que carrega pode ser um dos contrapontos a esse e a outros confortos sugeridos pelos autores.

Há um reconhecimento da complexidade das próprias identidades no reconhecimento do estrangeiro em ti mesmo, quando a história de outras pessoas vira a sua própria história. A identidade pressupõe uma relação entre indivíduo e social. Portanto, forma-se no movimento e nas contradições mesmo que aparentes, está sempre em construção e em trânsito, apesar da fantasia que todo humano tem de se achar pronto e completo, possuidor do que Bauman (2012) chama de *identidade plena*. Esse *eu* fictício para o autor, porém, não deixa de ser também composto de história e de cultura e, essa relação promove a sensação de segurança.

Molina (2004) não descarta esse processo de constante composição da identidade e analisa essa questão relacionando-a com o Turismo, tanto contemplando as modificações que este confere àquela quanto observando a autonomia que o fenômeno turístico proporciona à identidade. Para ele, a globalização provocou descontinuidades, mudanças, transformações e a fragmentação da identidade.

No turismo, tratando-se de destinos e da sua oferta, adverte-se para uma busca de identidade – de uma ou de várias identidades simultâneas – através das expectativas de demanda. E esta é altamente mutante, dinâmica e volátil. Passa da prática de férias convencionais à busca de novas experiências, de grandes períodos de férias pré-estabelecidos em uma época do ano a várias férias em um único ano (...).

O turista passa de uma atitude passiva, de aceitar o que lhe vendem e de praticar o que lhe sugerem, a decidir por si próprio e a selecionar atividades de seu interesse. Surge, assim, o turismo ativo. (MOLINA, 2004, p.27).

Sobre a fragmentação da identidade, a abordagem na perspectiva da relação dela com a globalização coaduna com a questão anterior da constante busca do ser humano pela identidade plena ou completa. Sob a ótica apresentada por Molina (2004), é possível perceber que o Turismo também se coloca nesse contexto de uma contínua formação de identidade, que, por sua vez, é atrelada às chamadas identidades voláteis dos seres humanos. Essa construção passa pela questão

do território que, assim como as identidades, vem sendo modificado e transformado com a globalização. Há, por conseguinte, uma alteração no sentido de lugar. E, de seu lado, isso também impacta na ressignificação das identidades.

Essa questão também pode ser percebida no fenômeno da migração, que de igual modo sofre e provoca mudanças em diversos âmbitos, inclusive na construção de identidades. E, no contexto da globalização, em especial nos locais de expressiva diáspora ou migração, pode ser percebida a característica da disputa de poderes contida na questão da identidade, tendo em vista que um indivíduo ou determinado grupo (seja o originário ou não de determinada região) quer se sobrepor em relação ao outro.

Ainda acerca da concepção da fragmentação das identidades, Stuart Hall (2006) a confirma, utilizando o termo descentradas para descrevê-las. Para o sociólogo, as identidades deslocadas são uma característica da pós-modernidade e, assim como estão acontecendo mudanças estruturantes na sociedade e no mundo, as identidades também estão passando por transformações.

Essa ideia segue um pouco na linha do que Bhabha (2003) dissertou, de que há um deslocamento dos indivíduos. Mais uma vez o deslocamento presente. Deslocamento esse que, como já foi dito, também caracteriza o sujeito turista, um sujeito essencialmente errante.

Hall (2006) debate a perspectiva da fragmentação apontando três concepções de identidade: 1) do sujeito que tinha como suporte a concepção iluminista, ou seja, uma identidade individual, centrada, unificada; 2) de um sujeito que ele chama sociológico, cuja identidade era formada pela articulação entre o indivíduo e a sociedade; 3) o sujeito denominado *pós-moderno* pelo autor, que não tem *uma identidade fixa, essencial ou permanente*. Assim, para ele, hoje a identidade é cada vez mais provisória. Porém, o autor ressalta que não se deve confundir com inexistência de uma identidade por mais que, por conta dessa temporariedade, a identidade que dá noção ao pertencimento esteja quase em extinção.

A globalização para Hall (2006) tanto pode fortalecer identidades locais quanto produzir novas identidades. O autor aponta a migração como um exemplo de relativização de identidades culturais e essas por sua vez, uma das consequências da globalização. Ele destaca a migração que ocorre da periferia para o centro do planeta, movida por questões de pobreza, fome, seca e outros fatores de subdesenvolvimento. O consumismo global é um atrativo das potências europeias que outrora foram as grandes nações colonizadoras e que erroneamente imaginaram que no processo de descolonização deixariam para trás os seus rastros imperialistas. E, esse fluxo migratório da periferia

para o centro, "(...) esta formação de "enclaves" étnicos minoritários no interior dos estados-nação do Ocidente levou a uma "pluralização" de culturas nacionais e de identidades nacionais" (HALL, 2006, p.82-83). Nessa linha de pensamento, o atual acesso a bens e consumo poderia interferir na metamorfose do turista em migrante no Brasil, independentemente dessa metamorfose ter ligação ou não com a migração da periferia para o centro.

Relaciona-se a questão trazida por Hall (2006) com a ideia no *não-lugar* exposta por Álvaro López Gallero "... o *não lugar* não é apenas a negação do *lugar*, mas a construção de um espaço novo que, ao criar uma nova infraestrutura em substituição a anterior, produz uma *desterritorialização* seguida por uma *reterritorialização*" (GALLERO, 2004, p. 40). Percebe-se que há mais uma vez menção à construção e a desconstrução. Nesse contexto, também está presente a identidade.

Há uma transitoriedade pela qual passa a permanência na perspectiva de quem visita – o turista, e que se estende para ele quando se torna exclusivamente migrante, ou seja, do turista que faz a metamorfose, que se transforma em migrante. Talvez o *não-lugar* faça com que ele se sinta em casa, ou com vontade de vencer desafio, ou seja, o *não-lugar* pode ser exatamente o que estava na sua expectativa e talvez por isso ele opte por ficar, deixar de ser turista e ser um migrante.

O não-lugar de Gallero (2004), por sua vez, relaciona-se com o que Bauman (2012) chama de *dentro e fora*. Estar "dentro" é mais do que estar em casa, tem a ver com interação, com elementos da rotina, de tudo que cada um encontra no seu cotidiano, sejam pessoas ou coisas. "Fora" é onde não se vai geralmente, só ocasionalmente, é onde ocorrem os imprevistos, o que não se sabe ou não se conhece. Então, a dicotomia "dentro-fora" implica em certeza e incerteza. O "dentro" é como uma zona de conforto e o "fora", pelo contrário, é a ansiedade, a hesitação, o risco.

Tanto em Gallero (2004) quanto em Bauman (2012) há um flerte com o estrangeiro ou o estranho, que está presente também no pensamento de Ramos (2003) quando ela expõe que por meio da viagem o homem pode perceber que é para si mesmo um desconhecido. A viagem desperta no ser humano o estrangeiro que habita em si, "provocando uma desestruturação significativa. Dessa forma, o estrangeiro torna-se um objeto de ódio para o outro e, às vezes, para si mesmo, gerando comportamentos de aversão e discriminação no país em que se encontra" (RAMOS, 2003, p.49). Quem também trata desse assunto é Chambers (1994) quando cita que o estrangeiro, o confronto com o outro, faz com que cada ser humano perceba a sua própria incompletude.

Essa percepção acerca do estrangeiro faz muito sentido para a identidade e para a representação social, pois diante do estranho há a compreensão de si mesmo enquanto sujeito e

também a compreensão de si mesmo enquanto inserido em um grupo, além da compreensão a partir da opinião do outro sobre si, que, por sua vez, remete ao que o sujeito representa para o outro.

Para Gallero (2004) há um confronto entre os nativos, a população local e o turista, que é tido como o estranho que chega. Em Bauman (2012) a questão do estrangeiro passa por quem opta por estar fora, tanto de seu território quanto de suas rotinas, residir na incerteza, não estar em casa, de ser um estrangeiro.

O argumento acerca do estrangeiro também pode ser percebido em Bhabha (2003), principalmente quando ele fala das fronteiras, que no texto não são somente as geográficas, mas tem relação com tempo, com início e fim.

O “além” não é nem um novo horizonte, nem um abandono do passado... inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos do meio do século, mas, neste fim de século, encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Isso porque há uma sensação de desorientação, um distúrbio de direção, no “além”: um movimento exploratório incessante, que o termo francês *à-delà* capta tão bem – aqui e lá, de todos os lados, *fort/da*, para lá e para cá, para frente e para trás (BHABHA, 2003, p.19).

Há, para Bhabha (2003, p.21), locais onde as diferentes culturas se articulam e, conseqüentemente, “dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (BHABHA, 2003, p. 20). São os já mencionados *entre-lugares*, onde se formam os sujeitos.

Nesses locais, há uma negociação. Por exemplo, um migrante sai de seu país não perde seus signos, também não absorve completamente os signos do novo lugar para onde foi, mas negocia ambos. São, portanto, construções e desconstruções. “Os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos” (BHABHA, 2003, p.21). Assim, pode-se dizer que os *entre-lugares* de Bhabha (2003) são espaços dialéticos. Percebe-se, então, uma certa irmandade entre os *não-lugares* de Gallero (2004) e os *entre-lugares* de Bhabha, assim como também pode ser percebida a representação social nesses locais de negociação. Há ainda, uma relação de ambos com o *entre-espaço* ou o *entre-lugar turístico* de Castrogiovanni (2002), que é o local intermediário entre o espaço emissor e o espaço receptor do turista.

O *entre-lugar* de Bhabha (2003) assemelha-se à identidade fragmentada de Hall (2006) quando este a descreve como algo que abriga consensos e contradições por vezes ainda não solucionados.

Nesse caminho de negociação intermitente, as identidades tornam-se mais complexas, no sentido de que não são fixas como antes, mas sim ressignificadas. O sujeito torna-se, assim, um sujeito multicultural. Nessa concepção, então, o “turista-migrante” contemporâneo é um sujeito essencialmente multicultural. Esse trajeto, esse caminho ou caminhar, também tem seu aspecto histórico, onde as fronteiras são movimento e abrigam uma articulação contraditória, onde *histórias dissonantes* e vozes diversas habitam um lugar chamado *além*. É no além que há possibilidade de ressignificar relações humanas.

Bhabha (2003, p. 29) também afirma que é preciso sair de si para depois retornar e ter o que ele chama de espírito para reconstruir. É como um Turismo interno ou interior, um *tour* em si mesmo. Tal questão também está relacionada à intervenção no presente por meio do “além”. Para ele “há um retorno à encenação da identidade como iteração, a re-criação do eu no mundo da viagem, o re-estabelecimento da comunidade fronteira da migração” (BHABHA, 2003, p. 29).

A presença do migrante altera a realidade da metrópole moderna, modifica sua estética, muda a sua ordem. Assim como Hall (2006), também há em Chambers (1994) a afirmação de que com a presença do migrante o que era periférico alcança o centro. O autor descreve a voz, o reconhecimento do outro, os estereótipos, as residências e todas as instabilidades geradas nesse movimento, especialmente a linguagem que, para ele, é um instrumento de construção cultural. Assim como o silêncio e o escutar o outro, que se misturam com a fala.

A língua para Chambers (1994) é um grande instrumento de poder. O migrante fala a língua do local onde está, mas com alguma diferença, que pode ser na entonação, num acento, num sotaque. A migração, para o autor, coloca em xeque a própria identidade do nativo, do local. “Nós, como sujeitos históricos, culturais e psicológicos também estamos desenraizados e nos vemos obrigados a responder a nossa existência em termos de movimento e metamorfose” (Tradução da autora) (CHAMBERS, 1994, p.44)³³. Então, essa relação do migrante com o local de origem passa pela representação. De igual maneira, a relação do “turista-migrante” também.

33“También nosotros, em tanto sujetos históricos, culturales y psíquicos estamos desarraigados y nos vemos obligados a responder a nuestra existencia en términos de movimiento y metamorfosis”. : Iain Chambers. *Migración, cultura, identidad*. Buenos Aires: Amorrortu: 1994, p. 44.

As representações, em consonância com a análise de Sandra Jatahy Pesavento (2006), são ligadas aos estudos da cultura, e abarcam as formas utilizadas pelo homem, sejam por meio de imagens, sons, símbolos ou outros, para traduzir, refletir a realidade, o mundo. Para a autora, a representação tem como característica a ambiguidade, visto que é e não é a coisa representada. Nesse cenário, então, está presente um enigma e Pesavento (2006) diz que ele é muito bem traduzido nas obras do pintor René Magritte “Isto não é um cachimbo” e “Isto não é uma maçã”.

As representações arremetem ao imaginário, que é um “sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens constroem através da história para dar significado às coisas” (PESAVENTO, 2006, p.50). Além disso, o imaginário existe em função do real, e, pode-se dizer, vai além desse, pois se somam ao imaginário as sensações e sentimentos como os sonhos, os medos, os desejos, e esses passam a ser quase que reais, tendo em vista que são vivenciados.

Vale aqui também fazer uma abordagem a respeito das sensibilidades que, segundo a autora, tratam de “razões e sentimentos que qualificam a realidade” (PESAVENTO, 2006, p. 50). Estão as sensibilidades atreladas à experiência humana por meio suas reações ou respostas à realidade, não às reflexões ou ao conhecimento científico. Tais sensibilidades são aspectos interessantes que podem estar interligados à transformação do turista em migrante. A realidade brasileira pode fazer mais sentido ao turista do que sua terra natal, trazendo-lhe experimentação de sentimentos ora adormecidos ou nunca experimentados anteriormente.

A autora debate que *pari passu*, também as sensibilidades guardam similitude com manifestações espirituais ou do pensamento que, ao serem assimiladas e ordenadas, transformam-se em sentimentos ou afetos. Desta forma, em ordem, as sensibilidades são comparadas com outras experiências e, assim, gravadas na memória dos indivíduos. Sensibilidades tornam-se, então, lembranças. E desta forma, a autora interliga o conceito de memória aos anteriores.

A memória recupera na forma de imagens algo vivido, vivenciado e, assim, é capaz de recriar o que é ausente. “E, neste ponto, é preciso considerar que todos nós temos um museu imaginário de imagens, transmissoras de uma herança do passado, veiculadas pela memória individual, forjada de acordo com a memória social” (PESAVENTO, 2006, p.51). Ela revela, a partir da sua fala sobre memória, oposições que se completam, os interessantes mecanismos da lembrança e do esquecimento, ou de como as pessoas processam as suas lembranças, especialmente para a História. “O que somos levados a reter, o que somos induzidos a abandonar, formando lacunas? Silêncios e vazios são um enfrentamento (...) para aqueles que buscam entender as razões e os sentimentos que guiavam a vida dos homens do passado” (PESAVENTO, 2006, p. 51).

O turista que se transforma em migrante também lida com a memória. Se porventura encontre no Brasil um grupo onde consiga acessar parte dessa memória, isso talvez possa influenciar na sua necessidade de permanência. Pode ser também que, de algum modo o Brasil represente algo, inclusive um sonho, que outrora existiu em seu país de origem e que ele acessou por meio da memória.

No atual cenário mundial, onde memórias individuais e coletivas estão em constante construção, onde de igual modo identidades gozam de permanente mutação e a representação acompanha tais movimentos, onde fronteiras estão sendo, de certo modo, contestadas enquanto delimitações que possam guardar unificações e semelhanças dentro de um mesmo território, é interessante retomar uma questão brilhantemente lançada por Bhabha (2003). O autor propõe que “o estudo da literatura mundial poderia ser o estudo do modo pelo qual as culturas se reconhecem através de suas projeções de 'alteridade'” (BHABHA, 2003, p. 33). E, nesse sentido, ele sugere que as histórias dos migrantes sejam o terreno, o novo tema central dessa literatura. Assim, para o autor, não haveria soberania nem universalismo de nenhuma cultura.

É importante se atentar a esse desejo de Bhabha (2003) para promover, em resposta a ele, uma futura escuta dos “turistas-migrantes”. E que a contação da história desses reais personagens possa auxiliar no caminho rumo a uma sociedade que, cada vez mais, conviva melhor com as suas diferentes identidades sem despertar a aversão ao outro, ao estrangeiro.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Margarita. **Interfaces entre turismo e migrações: uma abordagem epistemológica.**

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/881/88111633001/>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Turismo: investigação e crítica.** São Paulo: Contexto, 2002.

CHAMBERS, Iain. **Migración, cultura, identidad.** Buenos Aires: Amorrortu, 1994.

Estatísticas básicas de Turismo. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/pdf/EstatisticasBasicasdoTurismo-Brasil2016-Anobase2015.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Recusa de vistos dos Estados Unidos a brasileiros deve triplicar em 2016.** Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1834330-recusa-de-vistos-dos-estados-unidos-a-brasileiros-deve-triplicar-em-2016.shtml>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

GALLERO, Alvaro Lopes. **Um outro turismo é possível.** São Paulo: Contexto, 2004.

GASTAL, Suzana (org.). **Turismo: investigação e crítica.** São Paulo: Contexto, 2002.

GASTAL, Suzana (org.); MOESCH, Marutschka Martini. (org.). **Um outro turismo é possível.** São Paulo: Contexto, 2004.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo.** São Paulo: Aleph, 2000.

MOESCH, Marutschka Martini. **Epistemologia Social do Turismo.** São Paulo, 2004.

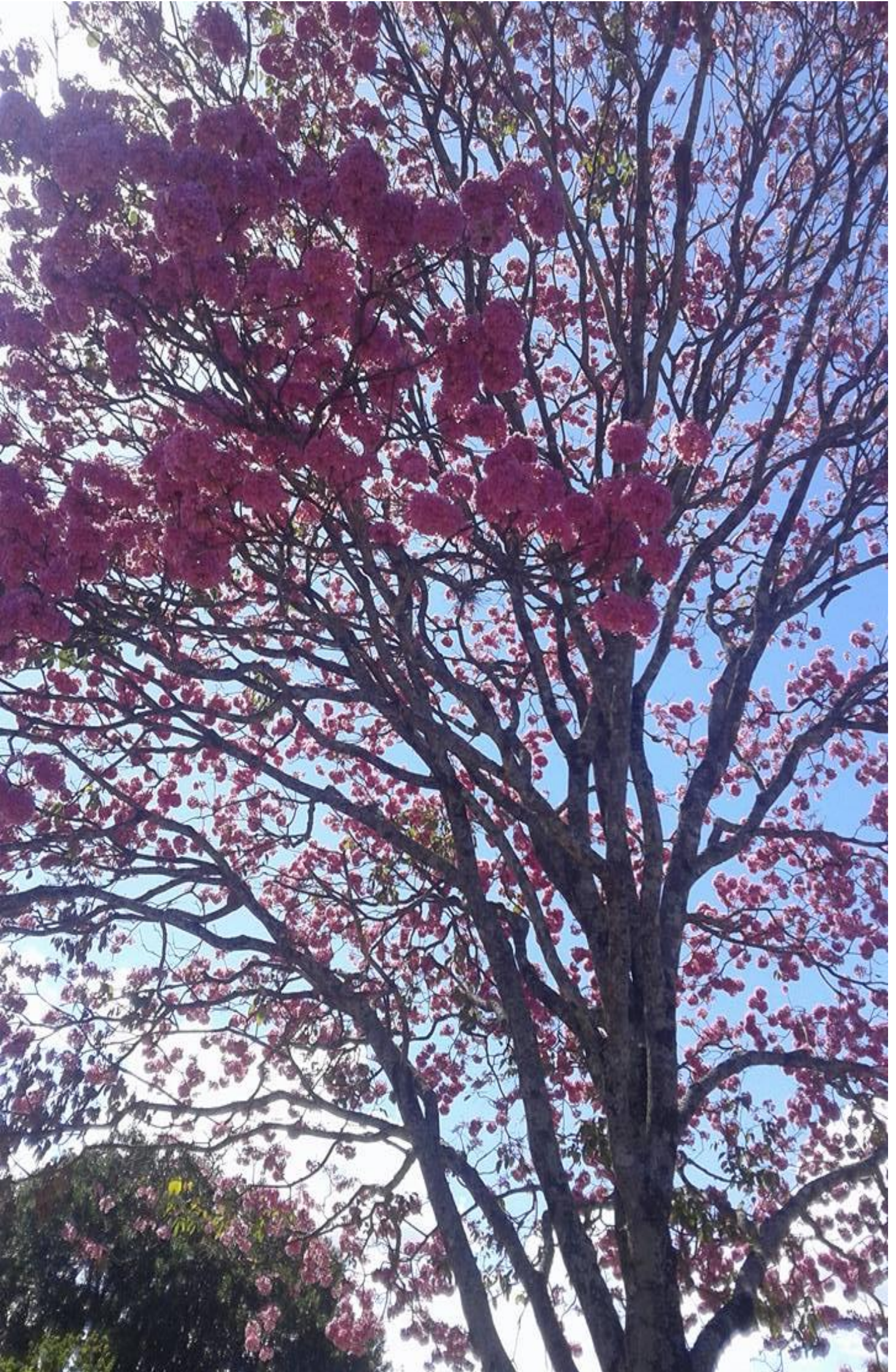
MOLINA, Sergio. **Conceptualización del turismo.** México: Limusa, 2000.

Organização Mundial de Turismo – OMT. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/es>>. Acesso em: 20 out. 2016.

Organização Mundial de Turismo – OMT. **Tourism and Migration: exploring the Relationship between Two Global Phenomena,** 2009.

PESAVENTO, Sandra. **Cultura e Representações, uma trajetória.** Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6395/3837>>. Acesso em: 22 out. 2016.

RAMOS, Silvana Pirillo. **Hospitalidade e Migrações Internacionais: o bem receber e o ser bem recebido.** São Paulo: Aleph, 2003.



Os usos múltiplos das águas do lago reservatório de Furnas, Minas Gerais: turismo, geração de energia elétrica e conflitos.

The multiple uses of the waters of the reservoir lake of Furnas, Minas Gerais: tourism, electric power generation and conflicts.

Marcos Jorge Godoy³⁴

Fernando Luiz Araújo Sobrinho³⁵

³⁴ Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília. Email: marcos.jgodoy@yahoo.com.br

³⁵ Professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: flasobrinho@unb.br

Resumo

O turismo no lago de Furnas surge como possibilidade para o desenvolvimento dos municípios e da região, fortalecido por meio dos discursos governamentais. Contudo, o desenvolvimento do turismo encontra entraves ao seu desenvolvimento na instabilidade do lago e na geração de energia elétrica. O rebaixamento do nível de água em decorrência das operações da usina na geração de energia elétrica em conjunto com a crise hídrica evidencia conflito regional que envolve agentes com interesses opostos. Pode-se verificar que mesmo com a Política Nacional de Recursos Hídricos que estabelece o uso múltiplo das águas e a criação de uma agência reguladora para operacionalizar seus instrumentos, verificou-se a existência de uma valoração dissimétrica entre os usos das águas no lago de Furnas. As cotas estabelecidas visam atender a prioridade de geração de energia elétrica frente aos demais usos, sendo a atividade do turismo uma das maiores afetadas.

Palavras-chave: Lago de Furnas. Turismo. Geração de Energia. Conflitos.

Abstract

Tourism in the lake of Furnas appears as a possibility for the development of municipalities and the region, strengthened through governmental discourses. However, the development of tourism is hampering its development in the instability of the lake and in the generation of electricity. The lowering of the water level as a result of the operations of the power generation plant in conjunction with the water crisis shows a regional conflict involving agents with opposing interests. It can be verified that even with the National Water Resources Policy that establishes the multiple use of waters and the creation of a regulatory agency to operationalize its instruments, a dissymmetric valuation was verified between the uses of the waters in the lake of Furnas. The established quotas aim to meet the priority of electric power generation compared to other uses, and tourism activity is one of the largest affected.

Keywords: Furnas Lake. Tourism. Generation of Electricity. Conflicts.

Introdução

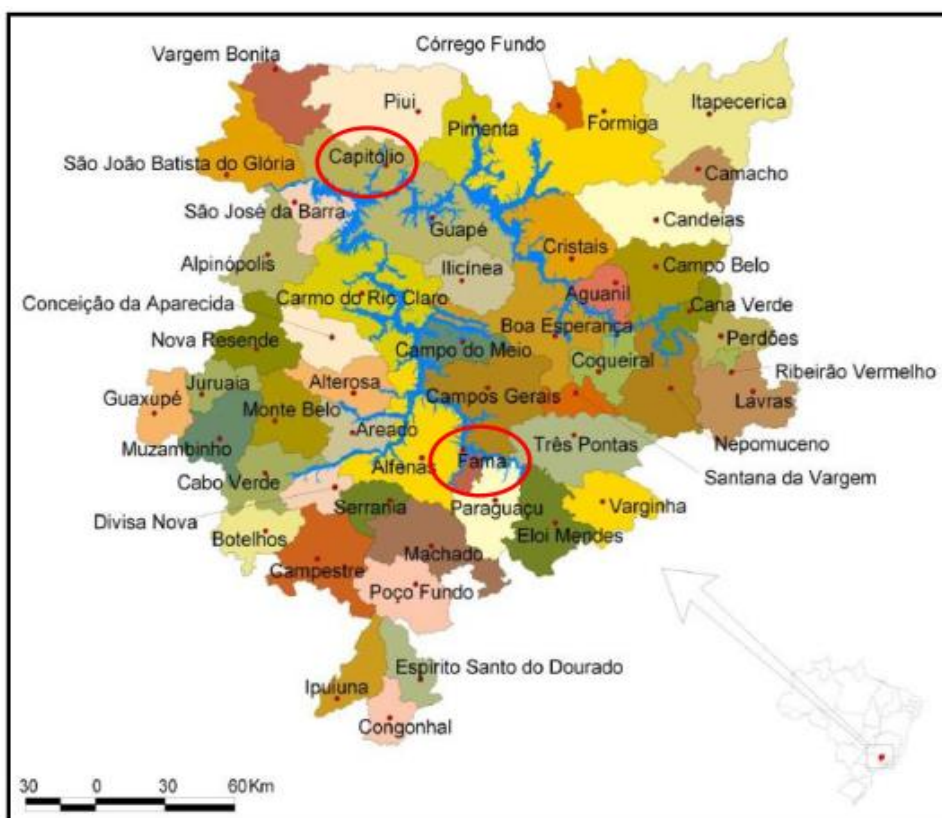
Localizada no sul do estado de Minas Gerais o lago de Furnas compreende vasta área que se espalha por 1.406,26 Km². Formado no ano de 1963, a partir da criação da Usina Hidrelétrica de Furnas no município de São José da Barra em Minas Gerais. Fruto e consequência de um projeto político nacional desenvolvimentista que objetivava fomentar o crescimento econômico nacional a partir da expansão industrial e de investimentos no setor energético, a formação do lago naquele momento alterou profundamente a dinâmica territorial da região, impactando fortemente sobre a economia de base agrária, as populações locais e relações entre os 34 municípios mineiros que tiveram parte de seus territórios cobertos pelo lago (Figura 1).

Buscou-se neste trabalho identificar os conflitos entre os atores e agentes decorrentes dos usos múltiplos das águas do lago de Furnas, mais precisamente as questões que envolvem o

desenvolvimento da atividade do turismo no lago frente às pressões exercidas pelo setor energético, ou seja, distintas funcionalidades que tem no lago seu principal recurso e objeto de conflito.

Foram selecionados dois municípios, Capitólio com 8.612 habitantes e Fama com 2.423 habitantes (em destaque na Figura 1), que integram a região do lago de Furnas para melhor evidenciar o contexto dos conflitos e possibilitar diálogo próximo da realidade regional através da análise de questões de cunho territorial referentes a esses municípios.

Figura 1 –Municípios da Região do Lago de Furnas



Fonte: Pereira et al (2006)

Os dois municípios são classificados pelo IBGE (2016) como municípios de pequeno porte demográfico e extensão territorial, no entanto apresentam particularidades em relação ao desenvolvimento do turismo, no que pese a sua localização na região, proximidade com a barragem, relevo e geologia. Capitólio localiza-se na porção norte do lago e próximo à barragem da usina enquanto Fama localiza-se na porção sul e distante da barragem.

O lago, no contexto que envolveu sua criação, foi criado com a funcionalidade única de servir de reservatório para a geração de energia, entretanto, com o passar dos anos, sua apropriação fomentou novas necessidades que geraram novos usos, tais como: a piscicultura, o turismo, a navegação, a irrigação, a preservação ambiental entre outros. Usos concorrentes entre si e com a demanda de geração de energia fortemente articulada a grandes interesses políticos e econômicos

de escala nacional. Incitando, de tal modo, o acirramento dos conflitos em relação às prioridades sobre seus usos.

No entanto, a prioridade na utilização do lago para a geração de energia e os parâmetros estabelecidos para operacionalização da usina, atuam sobre a instabilidade dos níveis de água, que por sua vez, impacta sobre as demais atividades, como no caso o turismo.

Enquanto função de reservatório, o lago exprime grande importância, principalmente devido a sua extensão e capacidade de geração de energia. Nos primeiros anos de sua criação (1965 a 1972) a Usina Hidrelétrica de Furnas foi responsável por 1/3 do total de geração de energia elétrica no país. Atualmente a UHE Furnas gera um total de 1.216 MW (megawatts), de importância significativa no sistema energético brasileiro, ainda mais se somada ao potencial de geração hidrelétrica de todo o Sistema Furnas ao longo do Rio Grande (estados de Minas Gerais e São Paulo), no qual se assenta a usina, totalizando mais de 6.000 MW instalados.

Este poderio de geração energética pesa sobre as tomadas de decisões em relação aos usos das águas do lago e reflete diretamente sobre as prioridades estabelecidas entre os agentes e atores que as utilizam. As cotas estabelecidas para operação da usina tornam-se um embate sobre o desenvolvimento da atividade de turismo no lago, uma vez que as oscilações e o deplecionamento³⁶ dos níveis das águas do lago alteram a paisagem e impactam sobre a atividade.

O lago de Furnas: o contexto de sua formação

O ano de 1963 marca o início das operações da Usina Hidrelétrica de Furnas e conseqüentemente a formação de um dos maiores lagos reservatórios até então. Contudo, o contexto que envolveu a formação do lago de Furnas é marcado por intencionalidades, ações e processos externos à região (Santos, 2004). Mesmo antes do anúncio do Plano de Metas pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, em 1956, no qual eram estabelecidas as diretrizes para a política de desenvolvimento nacional, o Brasil já esboçava a necessidade de pensar meios para suprir a demanda energética por parte da demanda crescente que se estabelecia no país a partir da modernização produtiva em curso.

A crise energética que assolava o desenvolvimento do setor industrial seria considerada um dos pontos de estrangulamento para o avanço da política exportadora, que tinha como premissa a substituição das importações em detrimento da criação de um novo arranjo produtivo nacional, pautado pela intensificação industrial (MACEDO, 1987; CANO, 1985 e 2011). De acordo com Cano (2011, p. 159) “o Brasil vinha dinamizando sua produção, seguindo a lógica da modernização das

³⁶ Diminuição do nível do lago da barragem de Furnas em razão da estação seca e ou a partir do escoamento da água do reservatório para os lagos de usinas a jusante.

atividades produtivas e incentivando a produção de bens intermediários e de capital no intuito de abastecer e fortalecer a indústria interna”. Para subsidiar esse processo seria necessário direcionar maiores esforços sobre o setor energético.

A industrialização é a diretriz correta para o desenvolvimento econômico de um país de população crescente, com um grande mercado potencial e dotado de adequados recursos naturais. Além de representar, em si, um estágio econômico evoluído, ela permite a substituição das importações e a diversificação dos artigos de exportação. (BRASIL, 1955, p. 18)

A substituição das importações era o objetivo que demandaria maiores esforços produtivos, pois se de um lado seria necessário desenvolver a indústria nacional do outro o processo resultaria em maiores investimentos na expansão de serviços de energia que dessem suporte a essa política.

A expansão dos serviços básicos de Energia e Transportes pretende eliminar dois pontos clássicos de estrangulamento de nossa economia e criar fatores de germinação e estímulo à iniciativa privada. No Plano se define o objetivo de reorganização e reaparelhamento dos sistemas de transportes operados pelo Governo, com a criação de entidades governamentais de espírito industrial, e o investimento seletivo de recursos em equipamentos. Define-se também a política do Governo nos setores de petróleo, carvão de pedra, combustíveis vegetais e eletricidade, com a indicação das tarefas atribuídas à iniciativa privada. (BRASIL, 1955, p. 22)

É nesse contexto que Minas Gerais torna-se palco das transformações que dariam base para o desenvolvimento econômico do Brasil nesse período, mais especificamente a região na qual se assenta o lago de Furnas e os municípios que com este estabeleceram relações intrínsecas. A região foi impelida de protagonizar nova fase da expansão da industrialização nacional. Seu papel enquanto território foi determinante para a manutenção das forças produtivas naquele período.

A formação do lago, no ano de 1963, ocasionou profundas transformações no território e na economia dos municípios da região. De início, o contexto que envolve o projeto de implantação da usina e a formação do lago é marcado pelas desapropriações e o descontentamento das populações dos municípios afetados. No entanto, no transcorrer dos anos que se seguiram o lago passa a configurar-se como parte integrante do território e do cotidiano das populações.

De modo, que é possível verificar a apropriação do lago pelas populações, efetivando novos usos, como no caso do desenvolvimento da atividade do turismo, reafirmado através dos planos para a região³⁷ e programas de estímulo ao desenvolvimento econômico dos municípios do interior do Brasil em diferentes escalas governamentais.

³⁷ Primeiro Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas, elaborado em 1975, buscou realizar um levantamento das características gerais da região e indicar os direcionamentos das ações para o desenvolvimento regional. Os apontamentos deste plano orientavam para o potencial turístico em determinadas localidades da região.

A criação da Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO) em 1993, a partir da articulação e cooperação entre os municípios afetados ganhou força como instituição sintetizadora das demandas e interesses dos municípios frente ao poder monopolista da empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. sobre o lago, passando a expressar importante papel para o desenvolvimento regional e no cooperativismo intermunicipal. O turismo surge, então, como possibilidade para o desenvolvimento dos municípios e da região, mais precisamente na década de 1990, fortalecido por meio dos discursos governamentais, das ações e dos planos para a região.

Contudo, as ações empreendidas sobre o turismo e o próprio desenvolvimento da atividade posteriormente irão se confrontar com a instabilidade do lago. A geração de energia elétrica impõe uma dinâmica prejudicial ao desenvolvimento da atividade do turismo, assim como sobre as demais atividades vinculadas ao lago, a concorrência sobre os usos das águas do lago, expressa a síntese de um conflito travado entre os agentes e atores com interesses conflitantes, como veremos a seguir.

Agentes de produção do espaço geográfico no Lago de Furnas

Segundo Santos (2003), por muito tempo o setor elétrico foi imune às questões relacionadas aos conflitos decorrentes dos usos das águas dos lagos reservatórios, tanto pelo fato dos anos favoráveis a geração de energia em razão do volume elevado de precipitações quanto pela inexistência de legislação que garantisse o uso múltiplo das águas. Em período recente, o acirramento da concorrência pelos usos das águas e o amparo legal das atividades que utilizam dos recursos hídricos alteraram essa relação.

[...] este cenário mudou, primeiro pela edição da legislação que estabeleceu a equidade entre diversos usos, com prevalência apenas para o abastecimento público e dessedentação de animais (lei n. 9433/97), segundo pela redução da afluência de água ao reservatório, decorrente de uma sequência de anos com índices pluviométricos abaixo da média histórica. (SANTOS, 2003, p.411).

No entanto, ao analisar os conflitos travados relacionados ao desenvolvimento da atividade do turismo no lago de Furnas, mesmo atualmente com o respaldo da Política Nacional de Recursos Hídricos que visa garantir o uso múltiplo das águas, a valoração da energia elétrica frente aos demais usos concorrentes do lago implica numa escala de forças em que se prioriza a geração de energia, sendo o nível operacional do lago um dos principais objetos motivadores dos conflitos na região.

As cotas operacionais do lago são as mesmas estabelecidas no projeto de sua criação (máxima de 768 e mínima de 750 metros em relação ao nível do mar) e mesmo com a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos no ano de 1997 e a criação da ANA enquanto agência

O segundo Plano, intitulado Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado para o Lago de Furnas, de 1996, reconhecia a importância da atividade do turismo para a região e para as economias municipais. Estes dois planos foram elaborados na esfera do Governo do Estado de Minas Gerais, nas pastas relacionadas às secretarias de turismo nas respectivas datas.

reguladora e coordenadora desta política, a questão do dimensionamento das cotas operacionais em detrimento da demanda energética persiste ainda hoje.

Em relação à atividade do turismo na região essas implicações recaem sobre o seu desenvolvimento, em que o lago é o principal atrativo dos municípios, conflitando com a demanda de geração de energia elétrica e a dinâmica do lago frente a processos de diferentes interesses, nos quais podemos identificar os principais agentes envolvidos no conflito através de pesquisas de campo no recorte territorial deste estudo:

a) Governantes locais

Dois pontos destacam-se sobre a questão dos conflitos travados pelos municípios: a quantidade de municípios afetados diretamente pelas águas do reservatório, somando 34 no total; e o fato da região ser configurada por municípios de pequeno porte demográfico e extensão territorial. Esses dois pontos, refletem o contexto territorial e econômico dos impactos da instalação da usina de Furnas na região.

A baixa arrecadação incita as prefeituras municipais a buscarem nos potenciais atrativos de seus territórios, meios que possibilitem o desenvolvimento de suas economias e geração de renda, de modo que a apropriação do lago para a prática do turismo mostrou-se inicialmente como uma potencialidade para as economias locais.

Entretanto, as variações dos níveis de água do lago, devido tanto pela concorrência de períodos cíclicos de estiagem e de menor pluviosidade quanto pela prioridade com que a geração de energia impõe impactam sobre o desenvolvimento do turismo do lago.

b) Associação dos Municípios do Lago de Furnas - ALAGO

A associação é uma das instituições que atuam junto a Furnas Centrais Elétricas no intuito de negociar uma cota mínima que possibilite o desenvolvimento das atividades ligadas ao lago. Representante dos municípios da região do lago e com sede no município de Alfenas, no extremo sul do lago, a 15 km do município de Fama. Tendo, portanto, a dimensão da realidade enfrentada pelos municípios circunvizinhos que vivenciam os embates em torno da estruturação do turismo no lago em meio aos interesses prioritários da usina de Furnas na geração de energia.

Através da ALAGO os municípios buscam conjuntamente garantir uma cota mínima para a operação do lago, estipulada em 762 metros acima do nível do mar, diferente do atual nível mínimo permitido para operação da usina (750), de modo a reduzirem os impactos causados pela oscilação dos níveis do reservatório e garantir ambiente mais estável para o desenvolvimento do turismo nos municípios lindeiros.

c) Empresários do setor de turismo

Diferente do que ocorre em grandes centros, ou em regiões turísticas mais estruturadas e já consolidadas nas grandes rotas do turismo regional, nacional e internacional, nos municípios analisados esses agentes constituem um grupo de pequenos empresários, como: proprietários de hotéis, pousadas, restaurantes à beira do lago e comerciantes locais, pode-se englobar ainda as empresas de aluguel de lanchas e jet-skis, assim como os passeios de chalana e lancha.

Atualmente parte dos empreendimentos, principalmente aqueles situados as margens do lago, veem se recuperando da crise hídrica que rebaixou o nível do reservatório no ano de 2012 e se estendendo até meados de 2015, quando parte do lago praticamente secou, servindo de pasto para o gado. O turismo fora seriamente impactado, de modo que os empreendimentos à beira do lago que foram construídos acima da cota máxima de operação do lago, que é de 768 metros acima do nível do mar, viram o lago recuar consideravelmente nesse período, alcançando seus menores níveis, chegando a marcar 752 metros em 2015, a menor medição em 15 anos.

As transformações na paisagem impactaram diretamente sobre as demandas do turismo nesses municípios, principalmente em Fama, que se localiza no extremo sul do lago, onde as oscilações do nível da água são mais abruptas.

d) Furnas Centrais Elétricas S.A.

A empresa estatal de geração e transmissão de energia criada na década de 1950 exerce forte influencia sobre o lago. O histórico das operações de geração da usina de Furnas evidencia que sempre prevaleceram os interesses da empresa sobre os demais agentes existentes no lago de Furnas, apoiada no discurso da necessidade primordial da geração de energia para atender a crescente demanda nacional e assegurar o desenvolvimento das forças produtivas industriais e do abastecimento das grandes centros, alegando ainda estarem de acordo com os níveis estabelecidos para operação e, portanto, tendo suas ações legalmente amparadas.

O interesse central sobre o lago, assim, destina-se a alcançar os níveis e metas estabelecidos para geração de energia, visando mesmo nos momentos de deplecionamento intenso do reservatório, alcançar a máxima eficiência na produção energética.

Dentre as causas que acirram ainda mais os conflitos na região, o dialogo unilateral entre a empresa e os atores que também utilizam das águas do lago, como é o caso dos envolvidos no turismo e em outras atividades econômicas, assim como a própria população dos municípios, é um ponto de tensão na relação com a empresa.

e) Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS

O Operador Nacional do Sistema Elétrico é o órgão responsável pela coordenação e controle das operações de geração e transmissão de energia elétrica no país.

Como seu objetivo pauta-se na otimização das operações do Sistema Interligado Nacional (SIN) buscando o menor custo para o sistema, seu interesse aproxima-se mais em garantir a geração e transmissão de energia dentro das limitações técnicas disponíveis, ou seja, atua sobre o controle de geração de acordo com a permissibilidade dos limites dos níveis do lago oficialmente estabelecidos para a operação da UHE Furnas, impactando sobre outros usos e atividades desenvolvidas no lago, como é o caso do turismo.

O lago é entendido pelo seu papel de reservatório e a demanda do sistema implica sobre a geração de energia da usina, o que resulta nas oscilações dos níveis de água. Apesar de agir dentro dos níveis estabelecidos, essas “cotas de operação” influem diretamente sobre a paisagem e a própria instabilidade do turismo na região, principalmente daqueles municípios situados distantes da barragem, os quais são mais afetados.

f) Agência Nacional de Águas – ANA

Criada no ano de 2000 a partir dos desdobramentos da Política Nacional de Recursos Hídricos³⁸, a agência reguladora atua no gerenciamento dos recursos hídricos e exerce papel central no que compete aos usos múltiplos das águas.

No contexto analisado, a ANA atua na mediação dos conflitos decorrentes dos usos do reservatório e na garantia dos usos concorrentes das águas do lago. A agência busca agir no monitoramento dos níveis do reservatório, garantindo o uso múltiplo das águas do lago, contudo atuando sobre os níveis pré-estabelecidos, dimensionados para operação da usina.

Isso implica a necessidade de pensar novos níveis que atendam as necessidades dos atores envolvidos e servindo de base para as tomadas de decisões da agência visando minimizar os efeitos dos usos concorrentes das águas do lago contribuindo, assim, para o equilíbrio dos usos e a consolidação do turismo no lago de Furnas, mitigando os impactos decorrentes das oscilações dos níveis do reservatório na atividade turística.

Geração de energia X Desenvolvimento do turismo

Em relação aos municípios limieiros e atentando particularmente para o fato de se constituírem de municípios de pequeno porte, dialeticamente, a exploração das águas pela usina é

³⁸ A Lei n. 9.443, de 8 de Janeiro de 1990, também conhecida como Lei das Águas, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. É um marco importante no gerenciamento dos recursos hídricos e no reconhecimento dos usos múltiplos das águas.

fonte de entrada de receitas para os municípios. A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) é importante fonte de receitas (Tabela 1).

Estes recursos financeiros são repassados mensalmente aos municípios de acordo com o percentual de área alagada do território municipal e com a geração de energia elétrica pela usina, porém em períodos de menor geração e crises hídricas esses valores são reduzidos devido ao recuo do lago, afetando duplamente a região, por meio da diminuição dos repasses e pelo impacto sobre a atividade do turismo.

Tabela 1 - CFURH proveniente de Furnas aos municípios analisados, referente ao período de 2011 a 2016.

Municípios	Anos de referência do recolhimento do CFURH (Furnas)					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Capitólio	R\$ 908.014,24	R\$ 1.074.915,7 2	R\$ 758.527,38	R\$ 631.822,09	R\$ 385.533,64	R\$ 698.243,57
Fama	R\$ 272.779,40	R\$ 322.918,80	R\$ 227.871,59	R\$ 189.807,66	R\$ 115.819,37	R\$ 209.761,54

Fonte: Base de dados da Aneel³⁹ (Organizado pelo autor)

Nota-se que os valores provenientes do CFURH aos municípios analisados sofrem brusca variação ao decorrer dos últimos seis anos. Isso devido à instabilidade do lago e de geração de energia. Contudo, o impacto da crise hídrica que assolou a região nos últimos anos, tendo início no ano de 2013 e a qual os municípios ainda vêm se recuperando, evidencia a necessidade de planejamento estratégico, boa gestão e direcionamento dos investimentos provenientes destes repasses que entram para estes municípios e principalmente o fortalecimento do diálogo entre os envolvidos no intuito de apresentar as necessidades e demandas de cada ator em relação ao lago.

Os municípios recebem também os *Royalties*⁴⁰ de Itaipu, tal repasse é estipulado de acordo com a vazão dos rios devido à exploração dos recursos hídricos na geração de energia elétrica pela usina localizada no rio Paraná na fronteira do Brasil com o Paraguai, por se encontrarem no sistema produtivo de energia elétrica de Itaipu. Contudo são importâncias menores comparadas aos repasses decorrentes da UHE Furnas. O rio Grande em conjunto com o Paranaíba são os formadores do rio Paraná, configurando uma bacia hidrográfica internacional que engloba o Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

³⁹ Agência Nacional de Energia Elétrica. Informações disponíveis em: <http://www2.aneel.gov.br>

⁴⁰ De acordo com Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS), a Itaipu Binacional e ANEEL, os royalties são compensações financeiras decorrentes da exploração ou uso dos recursos hídricos, ou seja equivale-se ao CFURH.

Verifica-se, portanto, que o deplecionamento do lago afeta diretamente os municípios tanto na questão do repasse financeiro quanto ao próprio impacto sobre o turismo e demais atividades vinculadas ao lago, bem como outras usinas hidroelétricas a jusante de Furnas.

De acordo com reportagem do Jornal Folha de São Paulo do ano de 2015 (2015, Dezembro, Caderno Cotidiano, B6), intitulada “Turismo na Seca: estiagem histórica espanta visitantes e deixa rastro de abandono em cidades de São Paulo e de Minas Gerais antes atrativas por causa de suas represas”, evidencia que o período crítico que assolou a região naquele momento repercutiu sobre os empreendimentos turísticos localizados nas margens do lago:

“Em Minas, ao menos 20 das 34 cidades banhadas pelo lago da hidrelétrica de Furnas sofrem com a debandada de visitantes. A água, em alguns casos, recuou quilômetros e deixou sem função os píeres para motos aquáticas. [...] Em comum as cidades desenvolveram o turismo a partir da criação de represas. Com a seca e o recuo das águas, turistas ficaram sem lazer.”

Ressalta-se que a exploração turismo em lagos artificiais é um fenômeno ainda recente. Segundo a Agência Nacional de Águas (2005, p. 19), a grande quantidade de usinas hidrelétricas espalhadas pelos rios brasileiros e a baixa exploração do potencial turístico nessas localidades, evidenciam a necessidade de definições políticas e estratégicas para o desenvolvimento da atividade turística nos lagos reservatórios como instrumento de oferta de lazer de baixo custo à sociedade.

Entretanto, faz-se necessário primeiramente melhor conhecimento sobre as dinâmicas das atividades desenvolvidas em lagos reservatórios, considerando os fatores condicionantes e os atenuantes que atuam sobre a atividade, para que então se possam elaborar planos estratégicos para o desenvolvimento do turismo nestas condições.

De acordo com a ANA (2005), o lago de Furnas é um dos principais reservatórios nacionais com grande potencial de aproveitamento para o desenvolvimento da atividade turística (Tabela 2).

Tabela 2 – Características dos maiores reservatórios nacionais para aproveitamento turístico.

Reservatório	Área inundada (Km ²)	Perímetro (Km)	Rio	UF	Município
Sobradinho	4.214	1.352	São Francisco	BA	Casa Nova
Tucuruí	2.430	8.396	Tocantins	PA	Tucuruí
Serra da Mesa	1.784	3.898	Tocantins	GO	Minaçu
Furnas	1.442	3.500	Grande	SP, MG	São João da Barra
Itaipu	1.350	1.400	Paraná	PR	Foz do Iguaçu
Três Marias	1.009	2.297	São Francisco	MG	Três Marias

Fonte: ANA, 2005 (adaptado pelo autor, 2017).

Ainda que reconhecida a importância dos lagos reservatórios pela exploração turística, muito ainda necessita ser estudado. Como, por exemplo, a dinâmica dos usos dessas águas e a valoração de cada função de modo que viabilize pleno desenvolvimento do turismo e redução dos impactos nos momentos críticos.

Na sua cota máxima operacional o reservatório de Furnas foi dimensionado para ficar a 768 metros acima do nível do mar, e a cota mínima a ser trabalhada pela usina ficou estabelecida em 750 metros.

Contudo, este índice representa grave prejuízo para o desenvolvimento do turismo na região, pois impacta sobre as instalações que se situam a beira do lago, como: bares, restaurantes e pousadas. O turismo local depende da paisagem do lago, e quando é desfigurada pelo rebaixamento dos níveis de água ou mesmo as oscilações e causa marketing negativo sobre a destinação. Contudo atuando de modo diferente nas porções norte e sul do lago, devido a fatores como relevo, proximidade da barragem, geologia, organização, gestão e infraestrutura do turismo (Figuras 2 e 3).

Devido à profundidade do lago, a proximidade com a represa e ao seu relevo escarpado, Capitólio não tem sua paisagem bruscamente afetada, enquanto Fama mostra-se mais vulnerável as oscilações e conseqüentemente maior é o impacto nos empreendimentos, tanto aquele próximo às águas, quanto aos empreendimentos e comércios em geral que em momentos mais críticos são impactados pela redução do fluxo de visitantes. Pois com as alterações na paisagem, devido ao recuo do lago recaem negativamente sobre a região, a divulgação das notícias pela mídia difunde marketing negativo sobre as destinações e atrativos turísticos.

Figura 2 –Cânions do lago de Furnas em Capitólio (MG): margem norte do lago é pouco afetada com a oscilação das águas



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 3 –Antiga linha férrea alagada em Fama (MG): transformações e ressurgimento em meio à crise hídrica que se manifesta com maior intensidade na margem sul do lago.



Fonte: Acervo Família Ferreira, dezembro de 2014.

De acordo com Beni (2001, p. 248) o marketing tem o poder de influir sobre a motivação e atitude do indivíduo em relação à determinada destinação.

São as predisposições individuais quando se avaliam alguns símbolos, objetos, aspectos da destinação turística, pessoas e outros, de uma maneira positiva ou negativa, favorável ou desfavorável. Podem ser alteradas e através de estímulos de marketing mudadas, às vezes desfavoravelmente, em relação a certos núcleos receptores ou equipamentos receptivos. (BENI, 2001, p. 248).

Frente a estes apontamentos, verifica-se a complexidade e a dificuldade de pensar o desenvolvimento do turismo na região. Pois se de um lado existe a dimensão da promoção desta atividade através dos discursos que enfocam o lago como atrativo central da oferta turística, por outro lado pesam os fatores que impedem um desenvolvimento linear, como no caso da instabilidade dos níveis de água em decorrência das crises hídricas, dos processos cíclicos naturais e principalmente da priorização da produção energética e a falta de diálogo entre os agentes envolvidos neste processo.

Apesar da instalação física da usina situar-se em uma localização específica entre os municípios de São José da Barra e São João Batista do Glória, ambos em Minas Gerais, o lago criado se espalha por grandes extensões, aumentando a dimensão territorial dos problemas em diferentes níveis, mas também possibilitando a apropriação das águas – o turismo passa a ser uma atividade em diversos municípios, como é o caso de Capitólio e Fama que singularmente tem no turismo diferenças expressivas de desenvolvimento.

Localizado no extremo norte do lago de Furnas, Capitólio é um dos principais municípios da região. Os cânions e o relevo escarpado configuram a paisagem junto ao lago de Furnas que se espalha por entre os paredões, propiciando raro atrativo turístico nacional. Diferente de Fama que tem o desenvolvimento do turismo muito mais atrelado aos discursos da promoção do lago que na concretude e estruturação desta atividade, muito em decorrência da instabilidade do lago no seu território.

O processo de desenvolvimento do turismo em Capitólio tem sua gênese a partir da formação de um bairro as margens do lago no ano de 1978. O poder aquisitivo dos engenheiros e técnicos que chegavam à região nos primeiros anos de funcionamento da usina fomentou a construção do bairro Escarpas do Lago, que foi o primeiro empreendimento para a estruturação do turismo no município. (Figura 4).

Mesmo nos períodos de crises hídricas, o rebaixamento do lago não afeta significativamente a paisagem turística em Capitólio, entretanto, o marketing negativo que se faz devido ao rebaixamento abrupto em outros municípios, como aqueles situados na margem sul do lago é prejudicial ao lago como um todo, difundida principalmente por meio da mídia, que acaba por generalizar o contexto da crise afetando o fluxo de turistas na região.

Figura 4 – Bairro Escarpas do Lago



Fonte: <http://www.escarpasdolago.org.br/galerias>. Acesso em 12 de Maio de 2017

Ainda sobre o rebaixamento do lago, a inexistência do diálogo entre a empresa Furnas Centrais Elétricas e os municípios demonstra o distanciamento da empresa com a realidade da região, prevalecendo e sobrepondo seus interesses sobre a questão do uso múltiplo das águas do lago, das demandas locais e sobre o interesse regional em antever as ações da hidrelétrica, de modo

que os municípios possam então se preparar para os períodos de maior geração de energia em que afetam os níveis do lago e impactam sobre o turismo.

Analisando os níveis do lago de Furnas nos últimos anos, período que compreende o início da estiagem e os momentos mais críticos para a região, pode-se verificar que o rebaixamento atingiu índices alarmantes próximo à cota mínima estabelecida para operacionalização da usina (Tabela 3).

Tabela 3 – Histórico do nível do lago de Furnas no período entre 2009-2016.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2009	766,42	767,54	767,69	767,89	767,89	767,77	767,38	766,88	766,22	766,02	766,11	765,82
2010	766,79	767,24	767,47	767,81	767,57	767,17	766,35	765,43	764,10	762,81	761,50	761,50
2011	762,75	767,03	767,64	767,90	767,85	767,82	767,17	766,64	765,51	764,29	763,49	762,57
2012	764,94	767,36	767,30	766,70	766,05	765,23	765,02	764,13	762,53	760,60	756,74	754,16
2013	753,56	758,55	761,40	763,23	764,37	764,27	764,32	763,73	762,58	761,57	761,03	760,81
2014	760,65	758,99	757,24	757,09	757,31	757,30	757,21	757,15	756,30	754,66	753,12	753,41
2015	753,80	752,73	753,70	755,96	756,65	757,15	757,31	757,23	757,02	757,02	755,75	756,32
2016	757,72	761,41	763,18	764,94	765,18	764,99	765,25	764,47	763,30	762,19	761,10	760,76

Fonte: Banco de dados do ONS (organizado pelo autor, 2017)

Nota-se que a partir de 2012 os níveis do lago começam gradualmente a baixar, marcando 756,74 metros em novembro daquele ano. Desde então, os níveis do lago ficaram em grande parte do período na casa dos 750 metros, apresentando recuperação somente a partir do mês de fevereiro de 2016.

Mesmo nas menores marcações dos níveis do lago verificadas ao longo da crise hídrica, a UHE Furnas continuou a operar independente de tais circunstâncias, agravando ainda mais a situação, pois respaldada pela cota de operação do lago (mínimo 750 e máximo 768) lhe é permitida a contínua geração de energia dentro destes limites estabelecidos.

Os níveis estabelecidos para operação da UHE Furnas são prejudiciais à atividade do turismo, impactando principalmente sobre os empreendimentos localizados próximos ao lago que utilizam da paisagem para potencializar seus fluxos (Figuras 5 e 6).

O recuo do lago, constatado empiricamente, reflete de forma negativa sobre os empreendimentos, principalmente os que se encontram na orla. Entretanto, ainda que com baixas receitas e a oscilação dos valores do CFURH e dos *royalties* de Itaipu, o turismo no lago apresenta-se como um potencial instrumento para geração de renda e empregos nestes municípios de pequeno porte, contudo tal alternativa esbarra na valoração desigual dos usos múltiplos das águas do lago de Furnas.

O planejamento para reconhecer e lidar com as problemáticas é essencial para o desenvolvimento do turismo em nível local. De acordo com Lohmann (2008, p.193) “o planejamento

é de extrema importância, pois é ele que conduzirá o desenvolvimento turístico do local em que for aplicado. Sem este instrumento, os objetivos e as diretrizes de desenvolvimento não são claros”.

Contudo, os fatores climáticos e a geração de energia que independem da ação local, são entraves a serem considerados em instrumentos de planejamento como planos diretores, planos de desenvolvimento do turismo e estudos de viabilidade de empreendimentos. No entanto o planejamento é essencial para mitigar os impactos que recaem sobre o turismo.

Figura 5 – Orla do lago de Furnas em Fama (Maio de 2016)



Fonte: acervo do autor (2016)

Figura 6 – Orla do lago de Furnas em Fama (Setembro de 2016)



Fonte: acervo do autor (2016)

Apontamentos finais

O rebaixamento dos níveis de água do lago em decorrência das operações da UHE Furnas na geração de energia elétrica, em conjunto com as crises hídricas na bacia hidrográfica do rio Grande evidenciam conflito regional que envolve agentes com interesses opostos.

Pode-se verificar que mesmo com a Política de Nacional de Recursos Hídricos que estabelece o uso múltiplo das águas e a criação de agência reguladora para operacionalizar, controlar e avaliar os instrumentos desta política, ou seja, fazer cumpri-la, verifica-se a existência de uma valoração dissimétrica entre os usos da água no lago de Furnas. As cotas estabelecidas visam atender a prioridade de geração de energia elétrica frente aos demais usos, sendo a atividade do turismo uma das mais afetadas.

A oscilação dos níveis de água do lago em decorrência dos períodos críticos naturais é atenuada ainda mais devido à operacionalização da UHE Furnas nesses momentos. As cotas estabelecidas para sua operação na geração de energia são invariáveis, independente do contexto

que recaia sobre a região. Os níveis do lago foram dimensionados para atender a demanda energética, as atividades subsequentes que se instalaram no lago, como é o caso do turismo, são reconhecidas por lei e mesmo pelas políticas de desenvolvimento que por meio do discurso buscam promover tal funcionalidade, contudo tais atividades são impactadas com o modelo conflituoso de usos das águas que impera no Brasil.

Assim, nota-se que o lago, além de assumir papel no desenvolvimento do turismo, é também objeto de conflito na região, em que o papel da ANA na garantia do uso múltiplo das águas do lago em equidade é anulado frente a interesses setoriais.

A precarização do diálogo entre os e atores envolvidos no conflito atenua a resolução dos problemas. A falta de aviso prévio sobre o rebaixamento dos níveis de água do lago pelos órgãos responsáveis e a carência de planejamento específico em atender estas demandas reverberam em um campo de pesquisa ainda desconhecido sobre a realidade que envolve os usos múltiplos das águas dos reservatórios no Brasil. Este quadro vislumbrado na região sul de Minas Gerais incita para a necessidade de ações no intuito de reduzir os impactos sobre as atividades, como no caso o turismo. Faz-se necessária a ampliação dos diálogos incorporando as demandas locais, como as problemáticas vinculadas à instabilidade do lago, e fazer cumprir a equidade nos usos das águas, atentado para o papel de cada atividade na região.

Portanto, é necessário estabelecer uma valoração adequada para as atividades que utilizam das águas do lago, e que atenda as reais necessidades dos envolvidos. É de conhecimento que determinar um valor que satisfaça e atenda aos interesses de todos é algo bastante difícil e complexo, entretanto é essencial repensar os atuais níveis estabelecidos.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para Una Teoría de los Estudios Territoriales**, in MANZANAL, M.; NEIMAN, G. e LATTUADA, M.(orgs.) *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

ANA Agência Nacional de Energia Elétrica. **O Turismo e o Lazer e sua Interface com o Setor de Recursos Hídricos**. Ministério do Meio Ambiente: Agência Nacional de Águas – Cadernos de Recursos Hídricos:Brasília, 2005.

ANA Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br> Acesso ao site em 25 de Julho de 2017.

ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. **Turismo e Dinâmica Territorial no Eixo Brasília-Goiânia**. 447 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Geografia. Uberlândia-MG, 2008.

BECKER, Bertha K. **Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil**. Revista Caderno Virtual de Turismo. V. 1, n. 1, 2001.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 6ª Edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

_____. **Política e Planejamento Estratégico no Desenvolvimento Sustentável do Turismo**. Revista Turismo em Análise, São Paulo, v. 17, n. 1, Maio, 2006.

_____. **Análise Estrutural do Turismo**. 6ª Edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

BENKO, Georges. **A Recomposição dos Espaços**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 1, n. 2, p. 7-12, Março, 2001.

BERNARDES, Maria Elisa Brandão. **Relatório de Processamento de Construção do Planejamento Estratégico para o Destino Turístico Lago de Furnas**. Fundação Dom Cabral (FDC) / Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR) Outubro, 2008.

BRASIL. **Constituição da Rep. Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização de Antonio Luiz de Toledo Pinto; Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 29ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei Complementar nº 62 de 28 de Dezembro de 1989**. Estabelece normas sobre o cálculo, entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp62.htm> Acesso em 06 de Setembro de 2016.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 273p. (série fontes de referência. Legislação; n. 49)

BRASIL. **Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento**. Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1955.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo**. Ministério do Turismo: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2013.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global; Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1985.

Escarpas do Lago Residencial. Site e Informações. Disponível em: <http://www.escarpasdolago.org.br/galerias> Acesso em: 12 de Maio de 2017.

CANO, Wilson. **Ensaio Sobre a Crise Urbana do Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

COSTA, Everaldo Batista da. **Contribuição à Leitura Interescalar do Turismo**: resgate dos princípios lógicos da geografia. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (Orgs.). Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local. João Pessoa: Editora Universitária da UFBP, 2012.

COSTA, Maria Teresa Valente; REIS, Rui Lopes. **Turismo e Desenvolvimento Local**. Revista Lusíada. Economia e Empresa, Lisboa, n. 8, 2008.

COTRIM, John. **A Barragem de Furnas**: chave de uma grande solução para um grande problema. Cemig: Belo Horizonte, 1955.

ENDLICH, Ângela Maria. **Papéis e Dinâmicas das Pequenas Cidades e a Construção de uma Temática de Pesquisa**. In: ENDLICH, Ângela Maria; MENDES, César Miranda (Orgs.). Construindo o Saber Geográfico. Maringá: Eduem, 2011.

GODOY, Marcos Jorge. **A reestruturação produtiva e territorial dos municípios de pequeno porte do Entorno do Lago de Furnas (MG): (re)funcionalização, transformações e novas dinâmicas**. Brasília, Dissertação de Mestrado, PPGEA UnB, 2017.

FOLHA DE SÃO DE PAULO. **Turismo na Seca**: estiagem histórica espanta visitantes e deixa rastro de abandono em cidades de São Paulo e de Minas Gerais antes atrativas por causa de suas represas. Jornal Folha de São Paulo, 14 de Dezembro de 2015, Caderno Cotidiano, B6. Acesso em: 02 de Março de 2017. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=nivel+do+lago+de+furnas&site=&periodo=acervo&x=15&y=13>>

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETO, Alexandre. **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008

MACEDO, Roberto. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). In: Betty Lafer (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, p. 51-68, 1987.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia – pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

_____ & COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica; a valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

Operador Nacional de Sistema Elétrico. Disponível em: <http://www.ons.org.br/conheca_sistema/o_que_e_sin.aspx> Acesso ao site em: 25 de Julho de 2017.

PEREIRA, Cadmila Arislene, et al. **Metodologia para Elaboração/ Revisão dos Planos Diretores Participativos**. Anais: IV Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. São Paulo, Dezembro de 2006.

REIS, Luiz C. T. dos. **Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos**. Revista Geografares, Vitória, vol. 1, n° 1, 2000.

RIBEIRO, Guilherme. **O Espaço em por uma Nova Geografia: Resgatando Milton Santos**. Anais: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos: 70 anos de AGB, Goiânia, 2004.

SANTOS, Alexandre Augusto Moreira. Administrando Conflitos: o caso do lago de Furnas. In: Marco Aurélio Vasconcellos de Freitas (Org.). **Estado das Águas no Brasil**. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro/ São Paulo, Editora Record, 2001.

SANTOS, Alexandre Augusto Moreira. Administrando Conflitos: o caso do lago de Furnas. In: Marco Aurélio Vasconcellos de Freitas (Org.). **Estado das Águas no Brasil**. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2003.



O estudo da relação Turismo, Eventos e Acolhimento para transformação da práxis numa prática refletida.

The study of the relation Tourism, Events and Reception for the transformation of praxis into a reflected practice.

Luciana Resende Borges⁴¹

Biagio Mauricio Avena⁴²

⁴¹Mestre em Turismo pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – CET / UnB. Especialista em Gestão e Planejamento de Eventos pela atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC – GO. Graduada em Hotelaria pelo atual Instituto Federal de Goiás – IFG.Experiência profissional no Turismo, Hotelaria, Eventos e Administração.luciana_rborges@yahoo.com.br

⁴²Pós-doutor em Difusão do Conhecimento; Doutor e Mestre em Educação; Especialista em Gestão Hoteleira. Docente do IFBA e do Mestrado Profissional em Turismo do CET/UnB.bmavena@gmail.com

Resumo

Turismo, Eventos e Acolhimento passam por uma evolução, teórica e prática, aliados aos saberes dos indivíduos, possuem potencialidades econômicas e sociais para a sociedade. Este trabalho propõe uma análise destes campos de investigação e expõe uma compilação de dados oriundos das pesquisas bibliográficas e de campo realizadas para a conclusão da dissertação intitulada 'O Saber-fazer dos sujeitos protagonistas dos eventos como lugar de acolhimento'. Com Método Multirreferencial, pesquisa qualitativa e estudo de caso, conferiu-se a importância do sujeito como agente de acolhimento, a necessidade de qualificação, em busca da transformação da práxis numa prática refletida.

Palavras-chave: Turismo. Eventos. Acolhimento. Saber-fazer. Qualificação profissional em eventos.

Abstract

Tourism, Events and Reception go through an evolution, theoretical and practical, allied to the knowledge of individuals, have economic and social potential for society. This work proposes an analysis of these fields of investigation and presents a compilation of data from the bibliographical and field research carried out for the conclusion of the dissertation entitled 'The Know-how of the subjects protagonists of the events as place of reception'. With Multirreferencial Method, qualitative research and case study, the importance of the subject as host agent was verified, the qualification need of these actors, in search of the transformation of praxis into a reflected practice.

Keywords: Tourism. Events.Reception.know how. Professional qualification in events.

Introdução

Ao longo da trajetória histórica do turismo percebem-se transformações e evoluções seja no aspecto conceitual e acadêmico ou na conduta de suas práticas, o que influencia diretamente nos sujeitos envolvidos nos processos turísticos.

O crescimento relevante também está presente no segmento 'Turismo e Eventos', com influências econômicas e sociais, visto que é considerado como indutor e/ou criador de fluxo turístico para uma localidade.

Muitos são os esforços em abordar o turismo por âmbitos econômicos, tanto por autores quanto por órgãos relacionados. Mesmo incluindo o fator econômico, este estudo propõe a observar o turismo, o 'Turismo e Eventos' e suas práticas sociais, com um olhar mais humanizado, indo para além das questões economicistas.

Assim, com base nos estudos de Beni e Moesch (2015), do novo SISTUR hologramático, o Turismo será tratado como fenômeno complexo, por meio de uma visão ecossistêmica. Os eventos se relacionando da mesma forma ecossistêmica, para além da setorização turística, numa conjuntura social embasada nos processos de acolhimento e tendo o indivíduo como agente e receptor, ou seja, a base para a construção e o entendimento deste fenômeno.

Desta forma, o evento é visto nesta investigação como propiciador de experiência turística e local de encontro entre os indivíduos em prol do conhecimento, no qual o acolhimento torna-se fator essencial nos seus processos.

O estudo do conceito de acolhimento, suas categorias principais e complementares, e os saberes dos indivíduos, visa o aprimoramento da qualidade do acolhimento, influenciando as práticas operacionais e organizacionais no 'Turismo e Eventos'.

Portanto, a motivação é refletir sobre os aspectos que envolvem o 'Turismo e Eventos', suas nuances, observando as práticas existentes, partindo da constatação da necessidade de estudos constantes e aprofundados nessa área. Isto, pois se considera que acolher/recepcionar em eventos é uma forma contemporânea de praticar o acolhimento, a hospitalidade tida como genuína, vista como dádiva e a hospitalidade comercial, resultado das relações de comércio, de forma indissociável, ou seja, híbrida; como nos estudos de Gotman *apud* Camargo (2011) e Avena (2006).

Mesmo identificando a relevância salientada neste estudo, existem poucas pesquisas sobre os campos de investigação Turismo, Eventos e Acolhimento, principalmente interrelacionando-os. Diante disso, a reunião dos assuntos abordados se dá em virtude da complexidade destes campos, da inexistência de pesquisas nesta área e da necessidade de serem estudados como fenômenos complexos para uma efetiva contribuição para a quebra de paradigmas existentes que envolvem o desenvolvimento do indivíduo nas práticas do Turismo, dos Eventos e do Acolhimento.

Turismo em evolução

O Turismo vem passando por transformações e evoluções conceituais e práticas ao longo de sua trajetória, da mesma forma como ocorre com diversas áreas do conhecimento. Diante disso, numa contribuição à construção do espaço epistemológico no mundo acadêmico do Turismo, este estudo faz distinções quanto à escrita das palavras Turismo, sendo que o Turismo com letra maiúscula faz referência ao campo de conhecimento, enquanto turismo com letra minúscula se refere ao campo de ação, prática, negócio ou produto.

Ao analisar essa trajetória histórica e evolutiva, podem-se observar diversas interpretações que são dadas a esse fenômeno chamado Turismo.

A palavra Turismo tem seu primeiro registro no Pequeno Dicionário de Inglês Oxford em 1800, que o define como: "Teoria e prática de viajar, deslocar-se por prazer. Uso, depredação". Existem registros, na Inglaterra, datados de 1760, da raiz da palavra turismo, *Tour*. E, verificando a etimologia da palavra, observa-se também a procedência latina de *Tornus* e *Tornare*; dando ideia de

giro, viagem ao redor, retornar ao ponto de partida. Outra percepção seria que o *Turn* britânico cede lugar ao *Tour*, utilizado nos dias atuais, por influência francesa. Esta raiz etimológica foi utilizada em 1810, pela primeira vez, em título de obra sobre viagens, no livro de Henry Swinburne, *Picturesque Tour Spain*. Em 1911, o turismo é conceituado a partir da visão econômica do austríaco Herman Von Schanttenhofen, economista, sendo definido como “os processos econômicos que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, estado ou país”. Em 1929, considerando a questão do espaço, a “escola berlinesa”, a partir de Benschmidt e Glucksmann, conceitua o turismo como “um vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não tem residência fixa”. Com o passar dos anos, outros autores têm definido o Turismo de diferentes maneiras, porém com semelhanças; sempre abordando a questão do deslocamento e o volume turístico e incluindo aspectos como o consumo de luxo, motivações pessoais, etc.; alguns de forma mais elaborada outros de forma mais simplista (MOESCH, 2000).

A definição considerada como universal/oficial, referenciada internacionalmente, sobre Turismo é aquela elaborada pela Organização Mundial do Turismo (OMT). No entanto, para a academia, esta possui limitações conceituais, pela sua forma simplista. A última revisão conceitual realizada pela OMT foi em 2008 e aponta questões relacionadas a aspectos sociais, culturais e econômicos, além de apontar questões de deslocamentos e prazer direcionado ao lazer como fator motivacional. Assim, salienta Pakman (2014, p. 18):

O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer.

Neste trabalho de investigação dar-se-á ênfase às conceituações de Moesch e Beni, pelo fato de serem autores contemporâneos e pesquisadores do fenômeno turístico.

Em seus estudos, Moesch (2000) aborda aspectos importantes que formam o produto turístico, tais como os relacionamentos humanos, objetivos e/ou subjetivos, inclusive de hospitalidade (seja ela qual for, genuína ou comercial), aspectos particulares do meio ambiente, cultura e história, como se pode observar:

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social, com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório dessa dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico (MOESCH, 2000, p. 9).

Ao conceituar Turismo, segundo Beni (2004, p. 37), devem ser mencionadas questões materiais e psicossociais como fatores de satisfação pessoal e social, bem como relações de consumo, equipamentos, meio ambiente, ecologia, a influência da escolha do destino visitado como fator causal de desenvolvimento intelectual e emocional do indivíduo, dentre outros:

Tenho conceituado Turismo como um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos dos sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos.

Este mesmo pesquisador (BENI, 2004) alerta para o equívoco de limitar a conceituação de Turismo a meras definições, visto que este fenômeno pode ocorrer em distintos e variados contextos de realidades sociais, da mesma forma que pode ocorrer em campos de estudos diferenciados, como sociologia, antropologia, políticas públicas, economia, acolhimento, eventos; e, por isso, é explicado conforme diferentes correntes de pensamento.

De acordo com os pensamentos de Morin (2000, p. 115 *apud* BENI e MOESCH, 2015) o não enquadramento definitivo para conceituar o Turismo, bem como as disciplinas, numa necessidade de ecologizar, ou seja, observando em que meio nascem, se desenvolvem e transformam-se; alegando também questões culturais, históricas e aspectos relacionados à hospitalidade, conforme constatamos em suas palavras:

(...) o Turismo não é algo dado. O conceito de 'Turismo' não é dado de uma vez por todas. Encontra-se ligado às culturas, o ato de receber um visitante é enraizado no código da tradição. No código da hospitalidade, é necessário venerar o viajor errante, oferecendo-lhe o que é mais precioso, ou seja, o que é mais íntimo. Tampouco o conceito de hospitalidade cai do céu: é uma construção ligada a uma cultura determinada historicamente.

Após essa reflexão sobre a (r)evolução dos conceitos de Turismo, observa-se, com base nos estudos de Beni e Moesch (2015), que o cerne ou o ponto central do Turismo é de caráter humano, pois são os turistas que se deslocam e não as mercadorias, o que torna mais complexos os esforços para o estudo por meio de uma argumentação sistemática do mesmo, ou seja, o grande desafio para a construção de uma Ciência do Turismo seria a identificação e compreensão do objeto turístico, que quando mal definido tem por consequência a assimilação insuficiente dos conhecimentos adquiridos.

Neste trabalho, com base nos estudos de Beni e Moesch (2015) abordaremos a reconstrução do novo modelo do SISTUR e o paradigma holístico da transdisciplinaridade, ou seja, “aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além das disciplinas”. Considerando também a interdisciplinaridade que é para a elaboração de melhores representações do objeto em estudo, sendo capaz, assim, de passar à ação.

Para exemplificar, Beni e Moesch (2015) apontam o campo das conceituações que toma o turismo como um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que

preço. Intervêm fatores de realização pessoal e social, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transportes e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si, para fruição tanto material como objetiva dos sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, de expansão de negócios. Neste cenário, no estudo em pauta a delimitação se dá na realização e participação em eventos.

Logo, para esses autores, o sistema turístico é um sistema aberto, orgânico e de total interação para atingir equilíbrio entre o todo envolvido. Por isso, não pode ser estudado como uma entidade radicalmente isolada. Daí o seu conteúdo interdisciplinar e transdisciplinar.

Ao estudar o turismo como realidade humana o compreendemos como uma amálgama na qual tempo, espaço, diversão, economia, tecnologia, imaginário, comunicação, diversão, ideologia, hospitalidade são categorias fundantes de um fenômeno social contemporâneo, em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor dessa prática social. Não é negada a contingência material do turismo em sua expressão econômica, mas ela ocorre historicamente, em espaços e tempos diferenciados, cultural e tecnologicamente construídos, a ser irrigado com o desejo de um sujeito biológico, nômade em sua essência. Sujeito objetivado, fundamental para a compreensão do fenômeno turístico como prática social, e subjetivado em ideologias, imaginários e necessidade de diversão e encontro, na busca do elo perdido entre prosa e poesia. (BENI e MOESCH, 2015).

Gradativamente verifica-se que há uma evolução conceitual para definir o turismo conforme seus estudos vão se aprofundando, como afirma Moesch:

O turismo constitui-se num fenômeno sociocultural de valor simbólico aos sujeitos que o praticam. O sujeito turístico consome o turismo, por meio de um processo tribal, de comunhão, de re-ligação, de testemunho, em um espaço e tempo tanto real como virtual, desde que possível de convivência, de presenteísmo. O valor simbólico, perpassado pela comunicação tátil deste fenômeno, reproduz-se, ideologicamente, quando os turistas comungam de sentimentos reproduzidos pela diversão, e quando há a possibilidade de materialização do imaginário, por vezes individual, em *societal* (MOESCH, 2000, p. 134).

O avanço do fenômeno turístico deve ser visto para além de seu valor economicista, para que haja uma expansão da sua prática epistemológica. O meio acadêmico tem condições de investir no saber-fazer e contribuir para o desenvolvimento adequado do Turismo e, assim, livrar-se do fazer-saber (MOESH, 2000) empírico que empobrece o mercado e que vem pautando as práticas do turismo no Brasil.

‘Turismo e Eventos’: eventos como lugar de encontro e acolhimento

Neste estudo o termo turismo de eventos, que visa o evento apenas como impulsionador de fluxo turístico será substituído por ‘Turismo e Eventos’ numa iniciativa acadêmica de olhar o evento como uma experiência turística imbuída de acolhimento, um lugar de encontro nos processos do Turismo ecossistêmico, como fenômeno social complexo.

No ‘Turismo e Eventos’ a necessidade de desenvolver o saber-fazer de forma melhor fundamentada teoricamente é latente. O principal objetivo de um evento é difundir conhecimento e estabelecer relações sociais entre os indivíduos, locais ou turistas, e também é necessário o conhecimento para a organização e realização do evento. Todo esforço no sentido da criação ou desenvolvimento do conceito do acolhimento e da categoria da hospitalidade, no segmento de eventos, necessita do envolvimento das comunidades receptoras e dos prestadores de serviços do evento.

Para Melo Neto, (2000) um evento pode ser considerado um elemento, um agente de transformação social, de conscientização, educação, mobilização, fator de desenvolvimento ou impulsionador do turismo. Uma forma de alavancagem de negócios profissional e pessoal, pois sem eventos não se atrai público, não há venda, não há promoções de marcas ou cidades. Os eventos criam, recriam, inovam e reinventam acontecimentos; esse princípio mostra a importância desse setor para a economia, o desenvolvimento do mercado e do indivíduo.

No entanto, criar eventos não é tarefa fácil, pois é preciso uma gama enorme de profissionalização. É preciso um saber-fazer específico, construir, executar e aprimorar saberes, usando a criatividade para inovar a cada dia, com novas formas de comunicação, temas inovadores, desbravando caminhos em busca do conhecimento. E este, por sua vez, não é estático e evolui juntamente com a história da humanidade.

Matias (2003, p. 251) define o ‘Turismo e Eventos’ de forma mais abrangente, levando em consideração o fator principal dos eventos, a difusão de conhecimentos:

Turismo de Eventos é o conjunto de atividades exercidas por pessoas que viajam a fim de participar dos diversos tipos de eventos que visam ao estudo de alternativas, de dimensionamento ou de interesses de determinada categoria profissional, associação, clube, crença religiosa, corrente científica ou outra organização com objetivos nos campos científicos, técnicos e religiosos para atingir objetivos profissional-cultural, técnico-operacional, de aperfeiçoamento setorial ou de atualização (MATIAS, 2003, p. 251).

Outro aspecto complementar relacionado aos eventos é seu aspecto singular mencionado por Goldblatt *apud* Watt (2004, p. 15). Este afirma que “um evento especial reconhece um momento único no tempo, com cerimônia e ritual, para satisfazer necessidades específicas”.

Por conseguinte, como não poderia deixar de ser, o elemento humano é a razão de ser de todo evento. Nesse contexto, Nakane (2013) salienta que o fator primordial dos eventos é o agrupamento de pessoas reunidas em certo local, data, horário, sintonizadas com interesses em comum, e isso se dá a partir de bastante planejamento detalhado desse acontecimento.

Esta autora também traz à reflexão a ampla e complexa conceituação de eventos, pois não se deve prender a uma única definição para compreender esse universo. Da mesma forma que, considerando essa total diversidade, há a possibilidade de mensurar mais de sessenta tipos, que

podem apresentar diferenças sutis ou se enquadrar em mais de uma classificação. No entanto, esse entendimento torna-se vital para o bom planejamento e desenrolar de um evento.

Para que se realizem os eventos é necessária uma gama de fatores interligados e integrados entre si, pois são diversos serviços se unindo em prol de um mesmo objetivo. Como recursos humanos qualificados, tecnologias adequadas e disponíveis, comunicação eficaz que atinja o público-alvo, capacidade técnica e operacional, os atrativos turísticos naturais ou artificiais da cidade sede do evento e a localização desta cidade geram vantagens competitivas para a realização bem sucedida do evento. Para isso, é preciso investir na qualidade e no grau de especialização dos serviços. (CANTON, 2002).

Na visão da autora citada acima, agregar valor aos serviços, aprender, reinventar-se, investir em conhecimentos, pois o conhecimento é a base para ser criativo e para a inovação, para gerar novos processos, novos meios para o desenvolvimento da sociedade. Nesse cenário, para entender bem o poder do evento bem realizado e seus impactos sociais e econômicos, é necessário visualizá-lo como instrumento de diferenciação e apelo, com poder integrador e catalisador de demandas.

Estabelecer melhorias nos eventos por meio da inovação e criatividade, caminhando e evoluindo conjuntamente com as aspirações ou necessidades do mercado, tendo o indivíduo como protagonista do processo, torna-se fator primordial, pois o evento se transforma num espaço de encontro, num lugar de acolhimento. Para tanto, há um constante pensar no outro, considerando a alteridade e o exercício contínuo do acolhimento por meio do seu conceito e de suas categorias principais e complementares. Por isso, estudamos a relação Turismo-Eventos-Acolhimento, cujo cerne desta relação é o indivíduo enquanto ator deste processo ou deste fenômeno social, visto que o evento se propicia a ser um espaço de acolhimento.

O Acolhimento

Estudar a hospitalidade torna-se um desafio por sua diversidade de abordagens e seus conceitos podem ser incipientes, tornando o entendimento deste vasto campo de estudo insuficiente para o entendimento abrangente deste fenômeno, bem como de sua aplicabilidade e historicidade.

A comercialização da hospitalidade e o acolhimento mercantilizado não podem depreciar a genuinidade destes conceitos, pois na atualidade é difícil separá-los. Grinover (2007, p. 59) salienta a constante intenção de harmonizar o genuíno com o comercial, muitas vezes com dificuldades e barreiras para concretizar esta harmonia, mas sugere como estratégia a utilização do “acolhimento-estado de espírito das relações humanas; acolhimento-atmosfera ambiental, o acolhimento-atenção pelo outro, o acolhimento-oxigênio do turista”. Este autor conceitua acolhimento como

O conjunto dos comportamentos, das políticas e das técnicas utilizadas para ter um bom êxito na aproximação do turista e dos hóspedes, no sentido de uma relação humana de qualidade, com o objetivo de satisfazer sua curiosidade, suas

necessidades, seus gostos e aspirações, e na perspectiva de desenvolver e estimular o conhecimento, a tolerância e a compreensão entre os seres humanos. Hoje, substância principal do turismo e seu único fator humano, é o acolhimento remanescente da antiga hospitalidade adaptada à sociedade moderna, que inspira e condiciona a concepção dos equipamentos, dos serviços, da animação e da atmosfera de qualquer atividade turística. (GRINOVER, 2007, p. 60).

Kops (2014) faz reflexões sobre a hospitalidade como um paradigma que pode mudar as culturas sociais e ressalta questões da educação para a hospitalidade.

Para esta autora os saberes são fatores positivos para as competências organizacionais, sendo reproduzidos pelos indivíduos e reestruturando a complexidade social. Em suas palavras, “a hospitalidade, como paradigma, é um referencial transversal capaz de influenciar os saberes e fazeres dos colaboradores com a formação de atitude hospitaleira”.(KOPS, 2014, p. 195).

Avena (2006) afirma que existem poucos estudos sobre o acolhimento no Brasil e que há uma tendência em considerar o acolhimento sinônimo de hospitalidade. Porém, em seus estudos, estabelece uma distinção entre os dois termos e ressalta que a hospitalidade está contida no acolhimento.

Este autor também faz uma significativa reflexão sobre o papel do indivíduo nos processos de acolhimento. Ressalta a importância de que quem acolhe observe o Outro com empatia, ou seja, o trate como gostaria de ser tratado e crie no ambiente de acolhimento, seja em qualquer equipamento turístico ou evento, condições para que se sintam realmente acolhidos.

Quando aborda questões sobre os lugares de acolhimento, Avena (2006) traz a reflexão sobre a primeira impressão que o indivíduo cria deste lugar de acolhimento, que pode ser boa ou má, e depende da qualidade do serviço prestado e do acolhimento ofertado. Podem ser considerados como lugares de acolhimento: as cidades, eventos, hotéis, equipamentos turísticos diversos, etc.

Como o indivíduo também pode ter influência nesta primeira impressão do lugar de acolhimento percebeu-se a relevância de investigar a formação e os saberes dos trabalhadores para que, possivelmente, possa ser direcionada aos conceitos do acolhimento.

Para o embasamento teórico deste aspecto sobre os saberes amparou-se nos estudos de Freire (1996), Lyotard (2011) e Perrenoud (2001), visando a junção pertinente e propositiva de seus ensinamentos, pois, acredita-se na importância da discussão e aplicação dos saberes do indivíduo em sua conduta de trabalho nos eventos, seja ele empírico ou acadêmico e sob vertentes variadas.

O saber-fazer dos indivíduos

Freire (1996) relata a importância da crítica, de pensar a prática criticamente e ter uma aproximação epistemológica, dando mais inteligência à prática, o que pode tornar o indivíduo mais aberto à mudança, capaz de mudar-se e promover-se, transformando a “curiosidade ingênua em curiosidade epistemológica”. Ou seja, a questão do saber-fazer é uma prática criticada, prática refletida com esses elementos.

É pensando criticamente a prática de (hoje) ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 1996, p. 18).

Para Lyotard (2011, p. 36) ao termo saber “misturam-se ideias de saber-fazer, saber-viver, saber-escutar, etc.”. O saber é “aquilo que torna alguém capaz de proferir bons enunciados denotativos, prescritivos, avaliativos...”. O saber permite boas *performances* de discursos, como conhecer, decidir, avaliar, transformar. E uma de suas principais características é a formação de competências no indivíduo, que “é a forma única encarnada em um sujeito constituído pelas diversas espécies de competências que o compõem”.

De acordo com Perrenoud (2001) existem dois tipos de saberes: os eruditos, que são os saberes científicos, da academia e, também, os oriundos de escolas, instituições, centros de pesquisas aplicadas; e os saberes de experiência, ou de senso comum, que são construídos graças à experiência, e não à formação. Este autor também relata a importância de um não se opor ao outro e se complementarem em momentos e campos específicos, sem se eliminarem e sim criando uma ponte entre os dois saberes.

Por conseguinte, é importante compreender de onde vêm os saberes dos profissionais e como se reúnem os saberes de diversas fontes. E, a grande questão da disseminação dos conhecimentos é a compreensão de como os indivíduos utilizam os saberes em determinadas situações; por isso, nesta reflexão, Perrenoud (2001) acredita que todos os saberes são de ação, para agir corretamente perante as situações.

Neste contexto, Lyotard (2011) menciona o papel das universidades junto aos saberes teóricos e práticos da comunidade e do indivíduo, como uma fonte de saber, além de abordar em seus estudos aspectos sobre o poder dos saberes e como isso pode influenciar no cotidiano das sociedades.

Metodologia

Neste artigo constam partes da pesquisa de campo oriunda do trabalho de dissertação e para a obtenção destes dados foi utilizado como método o Multirreferencial.

Para Ardoino (1998), a multirreferencialidade propõe uma leitura plural de seus objetos, tanto práticos como teóricos, sob diferentes pontos de vistas, o que implica em visões específicas, linguagem apropriada, em sistemas considerados heterogêneos. Preocupa-se em tornar mais legíveis os fenômenos sociais, a partir de leituras plurais, em que as perspectivas multidisciplinares observam o objeto de estudo sob outro ângulo, assumindo rupturas epistemológicas.

Já para Borba (2001) a multirreferencialidade é construída por meio de uma bricolagem, uma atualização, articulação e rearticulação de conceitos e dispositivos, num processo de reificação de

todo procedimento que tenha por objetivo um discurso pleno e perfeito; até mesmo negando esse discurso pleno e perfeito; observando diferentes aspectos e suas nuances, bem como os não-ditos contextuais.

A Bricolagem, para o autor mencionado acima, é a arte da articulação de saberes. E enfatiza que é articulação e não fusão ou confusão. É um trabalho artesanal da inteligência face às coisas e situações. Borba (2001) ressalta que esta perspectiva exige do pesquisador a capacidade de criar sentido para suas ações no correr do fazer, ou seja, que ele se autorize, faça-se sujeito e, para isso, é preciso ir além do que é frequente, sair da alienação proposta ou imposta cotidianamente.

Lapassade (1998) afirma que a bricolagem é parte essencial da multirreferencialidade nas ciências sociais, e para praticar esse método o pesquisador deve aprender a bricolar.

Diante destes estudos e reflexões de diversos autores, observou-se a necessidade metodológica de abordar os estudos sobre o Brico-método.

O Brico-método teve origem nos estudos de Avena (2008) em sua tese que perpassa pelos campos de estudos do turismo, das viagens e do acolhimento. O termo foi criado a partir da necessidade de denominar uma proposta de abordagem metodológica que envolvesse os estudos da complexidade de Morin, a multirreferencialidade de Ardoino e a Bricolagem metodológica de Lapassade.

Morin é considerado referência quando se fala em complexidade, possui diversas obras com vários volumes que abordam estudos sobre método, levando sempre em consideração o sujeito complexo e suas referências. E a partir desta reflexão macro da complexidade, Ardoino, que é contemporâneo a Morin, desenvolveu os conceitos de multirreferencialidade.

Por possuir uma formação educacional também multirreferencial, englobando áreas como a psicologia, educação, direito dentre outras, percebeu que a abordagem tradicional não atendia às necessidades do desenvolvimento do sujeito por serem abordagens fechadas, ou seja, as técnicas educacionais não se adequavam à complexidade dos sujeitos; por isso, amparado na complexidade de Morin, Ardoino desenvolve seus estudos para uma perspectiva metodológica multirreferencial, uma perspectiva aberta.

Quando se trata da bricolagem metodológica, o patchwork de ideias, a âncora autoral é Lapassade.

Após estudar estas vertentes e utilizá-las em sua tese, Avena (2008) percebeu a relevância de criar um termo que aglutinasse as perspectivas destes três autores citados, então, cria o termo Brico-método.

Portanto, neste trabalho, utilizam-se as premissas do Brico-método e sua interface nos campos de estudo do Turismo, Eventos e Acolhimento. Esta construção teórica respalda o caminho

metodológico escolhido para análise do trabalho. Bem como, numa abordagem qualitativa, um estudo de caso de um evento técnico-científico, observação participante, aplicação de questionários e entrevistas com atores envolvidos no evento.

Alguns achados da pesquisa de campo relacionados aos campos de investigação Turismo, Eventos e Acolhimento

Os autores envolvidos no evento pesquisado são os organizadores, o promotor, participantes e trabalhadores recepcionistas.

Em se tratando do campo de investigação Turismo, com a análise dos dados coletados por meio dos instrumentos de pesquisa, percebeu-se que, de uma forma geral, os pesquisados não possuem a visão do turismo ecossistêmico mencionada neste estudo e sim, um olhar economicista. Desta forma, para eles, o evento tem relevância no sentido de desenvolver o consumo nos equipamentos turísticos relacionados, como hotéis, restaurantes e demais atividades relativas ao comércio; de uma forma sucinta e superficial, fazem a relação do turismo e eventos com a aquisição de conhecimentos e o envolvimento de pessoas neste processo.

O perfil dos pesquisados se resume a Trabalhadores que tem como profissão ser recepcionista de eventos com o intuito de aquisição ou complemento de renda mensal, predominância do gênero feminino, jovens, renda abaixo de três salários mínimos por mês, possui ensino médio ou a maioria cursou ou cursa ensino superior fora da área de turismo ou eventos. Percebe-se que se intitulam profissionais desta área, porém há uma lacuna quanto à qualificação específica. Apesar de muitos apontarem a necessidade de qualificação.

O campo de investigação Eventos foi idealizado a partir de conceitos que abordam o evento como momento único de encontro entre as pessoas, com o objetivo de troca de conhecimento, com a necessidade de inovação e envolvimento de diversos setores.

Estudos científicos nesta área ainda são poucos, há diferentes interpretações e abordagens que podem ser complementares e permanece o desafio acadêmico de aprofundar as pesquisas e transpô-las à prática das relações.

Os pesquisados, por falta de conhecimento fazem relações equivocadas quanto à tipologia dos eventos, fato que pode influenciar no pré, trans e pós evento. E apontam insatisfações relacionadas a gestão de processos do evento. Todos eles apontaram necessidade de qualificação profissional, e os trabalhadores acreditam nisso para ser um bom profissional da área de eventos, podendo assim, acolher o participante.

Já no campo de investigação Acolhimento os atores envolvidos no evento apresentam preocupação superficial quanto à importância e aplicabilidade do acolhimento. A falta de

conhecimentos específicos os impede de aplicar as categorias de acolhimento, portanto as ações utilizadas no evento visando as categorias do acolhimento são insipientes.

Considerações finais

O processo comercial do acolhimento, quando bem executado, envolvendo a ética e a dedicação tem a capacidade de ofertar aos atores uma relação social de forma apaixonante. Para tanto, acredita-se na educação e qualificação para o acolhimento. Uma tentativa de mudar as relações humanas pela alteridade; pois, se o indivíduo olhar para o outro e se inserir nas condutas embasadas na alteridade, este pode se tornar um indivíduo acolhedor. Exercitando a sensibilidade social para o trato com o outro, independente das nuances dos contextos culturais e não excluindo as relações comerciais, mas evitando conflitos.

Assim, complementando as análises, aponta-se a necessidade de reflexão sobre o aprofundamento dos estudos específicos sobre eventos e os assuntos que contêm e que estão contidos nesta prática, como o Turismo e os princípios do acolhimento. Além da reflexão sobre o sujeito como ator e receptor dos processos de acolhimento, ou seja, o ponto crucial de desenvolvimento seria este sujeito como ser multirreferencial, inserido nas ações sociais do evento como lugar de encontro.

Por conseguinte, os locais de acolhimento sendo idealizados sobre os preceitos propostos por Avena (2006) fazem com que a pessoa que chegue ao lugar estranho para participar do evento se sinta integrada àquele ambiente e ao processo em si, ou seja, se sinta realmente acolhido, bem recepcionado e bem atendido. Tendo uma imagem propositiva do evento. Sob outra perspectiva, este local de acolhimento também pode ser idealizado como local de aprendizagem ao indivíduo que esteja trabalhando, numa oportunidade de colocar em prática seus conhecimentos acadêmicos e desenvolver sua experiência prática ou servir de incentivo para o aperfeiçoamento contínuo do trabalhador.

Numa reflexão teórica sobre a prática, em busca da transformação da práxis numa prática refletida, esta pesquisa sugere uma contribuição social a partir de um diálogo com as instituições ou associações que estão na área de eventos, como a ABEOC, visando a quebra de paradigmas existentes nestas práticas, muitas vezes empíricas, ou seja, a utilização dos conceitos acadêmicos para que altere no sentido de trazer melhorias às condutas sociais existentes nos eventos, nos relacionamentos e técnicas profissionais e nos processos de humanização.

A sociedade mundial passa por período conturbado social e político, em que o outro precisa ser tratado de forma mais humana, respeitando sua singularidade cultural e ética. Boff (2005, p. 197) faz reflexões sobre este sentido e ressalvas quanto à consciência pela hospitalidade: “É importante que se crie o mais rápido possível a consciência da urgência da hospitalidade”. Neste contexto,

aponta-se para a necessidade de reflexões sobre a qualificação pessoal visando à hospitalidade e, de forma minuciosa, visando o conceito de acolhimento estudado neste trabalho. Como uma tentativa, talvez utópica, de relações ternas, solidárias, nos processos comerciais dos eventos e das práticas do turismo.

Por fim, essa pesquisa pode servir de base para estimular os profissionais envolvidos com os processos de planejamento e organização de eventos a refletirem sobre suas práticas, a busca por conhecimento específico, a necessidade de aperfeiçoamento contínuo e aos processos de humanização dos eventos.

Da mesma forma, pode servir para os docentes refletirem sobre os conteúdos dos cursos existentes que englobem o 'Turismo e Eventos' a fim de realizar a inserção dos conceitos de acolhimento e voltar o olhar para o agente acolhedor e o sujeito acolhido, ou seja, o trabalhador e o participante do evento, visando sempre o acolher, o receber bem. Portanto, uma reflexão perante as estruturas curriculares dos cursos, o que tende a repercutir nas ações práticas.

Perante tais reflexões: Encontre-se! Recrie! Acolha!

REFERÊNCIAS

ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

AVENA, Biagio M. **Por uma pedagogia da viagem do turismo e acolhimento: itinerário pelos significados e contribuições das viagens à (trans)formação de si**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2008.

AVENA, Biagio M. **Turismo, educação e acolhimento: um novo olhar**. São Paulo: Roca, 2006.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 10ª ed. atualizada. São Paulo: Senac, 2004.

BENI, Mário Carlos; MOESCH, Marustchka M. **Do Discurso sobre a Ciência do Turismo para a Ciência do Turismo**. Artigo apresentado no XII Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa Pós-Graduação em Turismo: 2015.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um mundo possível. Hospitalidade: direitos e deveres de todos**. Vol.I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BORBA, Sérgio da Costa. **Multirreferencialidade na formação do professor-pesquisador: da conformidade à complexidade**. 2ª edição. Maceió: Edufal, 2001.

CAMARGO, Luiz Octávio de L. O estudo da hospitalidade. In: MONTANDON, Alain (Org.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. São Paulo: Senac, 2011.

CANTON, Marisa. Os eventos no contexto da hospitalidade – um produto e um serviço diferencial. In: DIAS, Célia Maria de Moraes (Org.). **Hospitalidade: reflexões e perspectiva**. Barueri: Manole, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRINOVER, Lucio. **A hospitalidade, a cidade e o turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

LAPASSADE, Georges. Da multirreferencialidade como “Bricolagem”. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 14° ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MATIAS, Marlene. Turismo de Eventos: relação entre sociedade e espaços de eventos. In: BAHL, Miguel (Org.). **Turismo: enfoques teóricos e práticos**. Organizador: Miguel Bahl. São Paulo: Roca, 2003.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Criatividade em eventos**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

NAKANE, Andrea. **Segurança em eventos: não dá pra ficar sem!** São Paulo: Aleph, 2013.

PAKMAN, Elbio Troccoli. **Sobre as definições de Turismo da OMT: Uma contribuição à História do Pensamento Turístico**. Artigo apresentado no XI Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa Pós-Graduação em Turismo: 2014.

PERRENOUD, Philippe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. 2° ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

WATT, David C. **Gestão de eventos em lazer e turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2004.